



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

A EXPANSÃO DA
MALHA URBANA NOS
ÚLTIMOS 15 ANOS DO
MUNICÍPIO DE RIBEIRA
DO POMBAL-BA.

ROBERVAL FERREIRA DOS SANTOS TELES

ROBERVAL FERREIRA DOS SANTOS TELES

**A EXPANSÃO DA MALHA
URBANA NOS ÚLTIMOS 15
ANOS DO MUNICÍPIO DE
RIBEIRA DO POMBAL-BA.**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE
CURSO APRESENTADO AO
DEPARTAMENTO DE
ARQUITETURA E URBANISMO DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SERGIPE COMO REQUISITO PARA
A OBTENÇÃO DO TÍTULO DE
ARQUITETO E URBANISTA.**

**ORIENTADOR: PROF. FERNANDO
ANTÔNIO SANTOS DE SOUZA**

LARANJEIRAS 2020

**A EXPANSÃO DA MALHA
URBANA NOS ÚLTIMOS 15
ANOS DO MUNICÍPIO DE
RIBEIRA DO POMBAL-BA.**

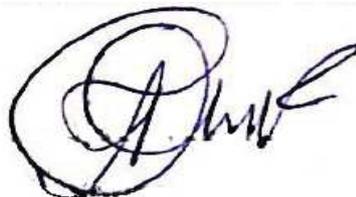
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Fernando Antônio Santos de Souza
Universidade Federal de Sergipe



Prof.^a Dr.^a. Ana Maria de Souza Martins Farias
Universidade Federal de Sergipe



Prof.^a Mfc. Larissa Scarano Pereira Matos da Silva
Universidade Salvador-UNIFACS

RESUMO

Contextualizando o processo de urbanização mundial globalizado, identificando as tendências contemporâneas na produção do espaço urbano evidenciadas nas cidades grandes e refletindo nas cidades médias e de pequeno porte, onde o mercado financeiro aliado aos agentes do crescimento dita a nova dinâmica da produção urbana, em conjunto com o próprio processo de urbanização, onde criam novas demandas. Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo analisar a Expansão da Malha Urbanas no Município de Ribeira do Pombal-Ba, e seus reflexos no território, abrangendo o recorte temporal de 2004 a 2019. Optou-se como metodologia a revisão bibliográfica, utilizando-se como fonte Leis, Normas, textos, artigos e monografias referentes ao tema, assim como de um estudo de campo. Concluiu-se que: a nova dinâmica das relações das formas de produção do espaço urbano como formas de acumulação de capitais reforçam ainda mais a centralidade de Ribeira do Pombal na rede urbana onde esta inserida propiciando seu crescimento, aumentando a necessidade emergencial de um planejamento urbano municipal adequado sem negligenciar a produção espacial recente para abrandar ou mitigar os problemas da expansão urbana repentina e desordenada.

Palavras chave: Expansão Urbana. Planejamento Urbano. Cidade de Pequeno Porte. Ribeira do Pombal.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Igreja da Ascensão do Senhor.	54
Figura 2	Igreja Matriz.	54
Figura 3	Av. Santa Tereza-1960.	69
Figura 4	Imagem do centro de Ribeira do Pombal -1980.	69
Figura 5	Imagem da Rua João Paulo II-2019.	106
Figura 6	Imagem da Rua Ana Brito-2019.	106
Figura 7	Imagem Aérea de Ribeira do Pombal -1985.	111
Figura 8	Loteamento Nova Cidade -2019.	120
Figura 9	Loteamento Sítio 360/ Nova Cidade -2019.	120
Figura 10	Loteamento Novo Horizonte -2019.	125
Figura 11	Loteamento(João do Alto) -2019.	125
Figura 12	Bairro Santo Antônio -2019.	126
Figura 13	Vista do Tecido Urbano Adensado do Bairro Santo Antônio -2019.	127
Figura 14	Vista Aérea Alterada o Relevo (3x).	129
Figura 15	Vista do Loteamento Vila Velha.	132
Figura 16	Vista da Av. Evencia Brito.	133
Figura 17	Vista da Av. B.	133
Figura 18	Pç da Juventude.	135
Figura 19	Adjacente a Av. Evencia.	135
Figura 20	Av. Evência Brito.	136

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Número de Aglomerado Subnormais, de Municípios Com Aglomerados Subnormais e de Domicílios Particulares Ocupados em Aglomerados Subnormais, Segundo As Unid. Da Federação-Censo 2010.	35
Tabela 2	População Residente Total e em Domicílios Particulares Ocupados em Aglomerados Subnormais e Domicílios Particulares Ocupados Total e em Aglomerados Subnormais, nas 15 Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento com as Maiores Quantidade de Domicílios Particulares Ocupados em Aglomerados Subnormais Segundo - Censo 2010.	36
Tabela 3	Percentual de Domicílios Particulares Permanente Adequados em Relação ao Total de Domicílios Particulares Permanente em Aglomerado Subnormais e em Áreas Urbanas Regulares, de Acordo com o Tipo de Serviço-Segundo o Censo 2010	37
Tabela 4	População e Variação de Crescimento-1970-2018	87
Tabela 5	Distribuição da População no Território -1970-2018	88
Tabela 6	Número de Domicílio Particulares Permanente-2010	89
Tabela 7	Indicadores Sociais Municipais Adequação de Moradia - 2000 a 2010	90
Tabela 8	Rendimento Nominal Mensal por Domicílios-2010	91
Tabela 9	Valor do Produto Interno Bruto-2002 A 2014	92
Tabela 10	Crescimento do Produto Interno Bruto-2002 e 2014 dos Municípios Próximo a Ribeira do Pombal	93
Tabela 11	Evolução do Índice Desenvolvimento Humano IDH	94

LISTA DE DIAGRAMAS

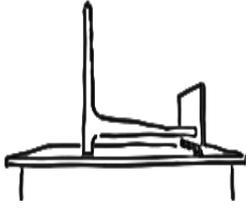
Diagrama 1	Mapa do Brasil e Localização do Estado da Bahia	52
Diagrama 2	Mapa do Estado da Bahia e Localização de R. Do Pombal.	55
Diagrama 3	Mapa da Bahia –Tema Território de Identidade Localização da Micro Região Nordeste Semiárido II.	57
Diagrama 4	Mapa da Micro Região Nordeste Semiárido II.	58
Diagrama 5	Mapa da Bahia–Tema Eixo de Desenvolvimento Localização da Micro Região Nordeste.	59
Diagrama 6	Mapa da Micro Região Nordeste.	60
Diagrama 7	Mapa Geográfico de Ribeira do Pombal.	61
Diagrama 8	Mapa Temático de Tipo de Solo do Território de Ribeira do Pombal.	62
Diagrama 9	Mapa Temático de Altimetria do território de Ribeira do Pombal.	63
Diagrama 10	Mapa do início da Ocupação da Vila Canabrava de Stª Tereza de Jesus dos Kiriris.	67
Diagrama 11	Mapa da Ocupação do Município de Ribeira do Pombal nos anos 1960.	70
Diagrama 12	Mapa da Ocupação do Município de Ribeira do Pombal nos anos 1989.	71
Diagrama 13	Mapa do território de Ribeira do Pombal em 2011.	82
Diagrama 14	Mapa do território em processo de anexação de R. do Pombal de 2011 a 2018.	83
Diagrama 15	Mapa do território de Ribeira do Pombal ano 2019.	84
Diagrama 16	Locação x Tipo de Empreendimento de 2000 ate 2019.	101
Diagrama 17	Locação de Empreendimentos Habitacionais X Percepção de Violência.	104
Diagrama 18	Mapa Temático- Área de Ação dos Agentes Imobiliário.	112
Diagrama 19	Mapa Temático- Hierarquia Viárias.	114
Diagrama 20	Mapa Temático- Eixo de Sustentação do Crescimento.	115
Diagrama 21	Mapa Temático- Nível de Infraestrutura dos Loteamentos.	117
Diagrama 22	Mapa Temático- Zoneamento Municipal.	118
Diagrama 23	Mapa Temático- cheios e Vazios.	121
Diagrama 24	Mapa Temático- Ocupação Territorial.	122
Diagrama 25	Mapa Temático- Abrangência da Pavimentação nas vias urbanas.	128
Diagrama 26	Mapa Temático- Ocupação Territorial.	130
Diagrama 27	Planta do Loteamento Vila Velha.	132
Diagrama 28	Mapa Temático- Áreas Com Predominância Comercial.	134
Diagrama 29	Mapa Temático- Áreas Com Predominância Diversos usos.	137
Diagrama 30	Mapa Temático- Cidades Polo do Estado Da Bahia.	138
Diagrama 31	Mapa Temático- Cidades Polo de Ribeira do Pombal.	139

INTRODUÇÃO

1.0	URBANISMO PÓS REVOLUÇÃO INDUSTRIAL ATÉ OS DIAS ATUAIS NO MUNDO GLOBALIZADO.	25
1.1	O Urbanismo nas Metrôpoles Brasileiras e Suas Reprodução nas Pequenas Cidades.	31
1.2	Relação das Formas de Análises de Estudo de Expansão Urbana nas Cidades Contemporânea e Pós Contemporânea.	41
2.0	OCUPAÇÃO TERRITORIAL E DESENVOLVIMENTO DE RIBEIRA DO POMBAL.	49
2.1	Histórico de Povoamento e Desenvolvimento da Região de Ribeira do Pombal do Século XVIII Até XX.	49
2.2	Característica da Produção do Espaço Urbano De Ribeira do Pombal Até 1990.	65
2.3	Marco Legal Que Regem a Produção e Modelação do Espaço Urbano e Sua Aplicação na Produção do Espaço Urbano Atual de Ribeira Do Pombal.	75
2.4	Dados Estatístico e Sua Relação com a Produção do Espaço Urbano.	85
3.0	REFLEXO DO URBANISMO CONTEMPORÂNEO, UMA ANÁLISE CRÍTICA SOBRE A PRODUÇÃO RECENTE DO ESPAÇO URBANO DE RIBEIRA DO POMBAL.	95
3.1	Agentes Modeladores do Espaço Urbano e Sua Ação na Expansão Recente do Tecido Urbano.	95
3.2	A Especulação Imobiliária e Seu Reflexo Social e Territorial no Tecido Urbano.	109
3.3	A Problemática Produção Inadequada Do Espaço Urbano Na Cidade De Ribeira Do Pombal.	123
4.0	CONSIDERAÇÕES FINAIS.	141
	REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.	151
	ANEXO	155



INTRODUÇÃO





A recente revolução tecnológica encabeçada pelos sistemas de comunicação proporcionou o encurtamento ou até mesmos a supressão de distancia, geográficas e culturais, em conjunto com a globalização contemporânea dirigida pelo capital financeiro, ambas composta com um dinamismo e mutabilidade agressiva, onde se renovam e se reinventam a todo instante, ou seja, em tempo real.

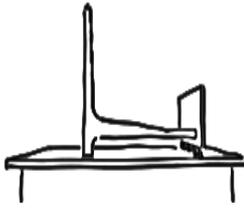
Essa recente corrente de mudanças geopolítica, econômica e espacial, vem a complementar o urbanismo contemporâneo, fulmina em novas estruturas, conceitos e fenômenos que agem na formação e produção do espaço urbano.

Segundo Carlos, et al, (2018, p.7) em vez de apenas ver a urbanização e a produção do espaço urbano como um simples resultado do desenvolvimento econômico nas cidades, é necessário adicionar outros fatores, como forma de complementar as teorias urbanísticas recentes, o entendimento de o urbano como negócio, ou seja, além dos agentes que atuam na modelagem do espaço urbano, a própria urbanização também assume o papel protagonista na construção e mutação do espaço urbano.

Panerai (2005) reconhece que a expansão urbana vivida pela cidade na contemporaneidade é diferente da logica de crescimento da cidade tradicionais não só na velocidade, mas também nas variáveis.

[...] em face de tal complexidade, um primeiro objetivo que poderia ser consignado à análise urbana seria o de contribuir para compreensão da cidade contemporânea, pelo simples prazer de uma descoberta, de uma comparação de um croqui, de um passeio.(PANERAI, 2005, p. 11).

Esse fenômeno urbanístico “Pós-contemporâneo” onde o capital financeiro não só ver a cidade, mas também o urbano com toda a dinâmica e resultados oriundo da produção do espaço urbano como meio de acúmulo de capital, observada primeiramente nas metrópoles, dos países emergentes, pois o crescimento repentino da malha urbana ocasionou vários gargalos estruturais



na malha urbana como também uma valorização de áreas consolidadas ou com potencial de valorização a curto e médio prazo.

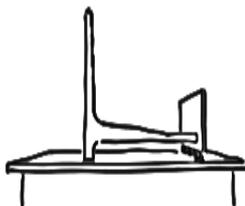
Portanto o presente trabalho tem como objetivos analisar as transformações da recente expansão horizontal e vertical do espaço urbano de Ribeira do Pombal-BA, identificando as causas, consequências e as formas de como agem os agentes do crescimento bem como entendimento que o processo de urbanização é tanto causa como consequência do urbanismo atual, a partir do contexto que expressa a recente evolução urbana.

Nas últimas décadas a cidade de Ribeira do Pombal vem passando por grades transformações, um processo de crescimento desordenado que segrega e fragmenta a malha urbana, reflexo do progresso econômico vivido neste período e do descaso ou despreparo dos órgãos públicos em mitigar os problemas provenientes do processo de urbanização, habitualmente visto nas grandes cidades sendo reproduzido nas cidades menores, justificando na necessidade das análises que rege o estudo da produção do espaço urbano.

Complementando Carlos, Panerai (2005), expõe que o estudo da produção do espaço urbano atual traz a percepção que os conceitos e fundamento de urbanização não seguem em sua totalidade à lógica das cidades tradicionais, mas não exime a necessidade de entendimento da produção do espaço urbano de outrora até os dias atuais.

Conhecer a formas das cidades e reconstituir sua história é também orientar uma maneira de projetar. Ainda que este trabalho não pretenda estabelecer uma relação direta com o projeto urbano, ele expõe as interrogações que acompanharam nossa experiência profissional todos esses anos e engaja-se em uma polemica: a denúncia veemente da ignorância do fenômeno urbano presente tanto no urbanismo funcionalista da tabula rasa como aqueles do mimetismo simplório das tendências mais contemporânea. (PANERAI, 2005, p.12).

Localizada no nordeste baiano, em um ponto estratégico no trevo entre a BR 110 e BR 410 que ligam a cidade à BR 116, uma das rodovias principais do país, e próximo as rodovias estaduais que ligam ao estado de Sergipe.



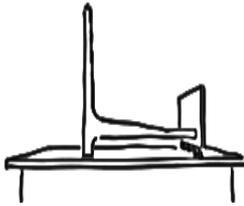
Cruzada por rodovias importantes, a cidade exerce forte influência comercial na região, pois faz divisas com os municípios de Banzaê, Cícero Dantas, Tucano, Ribeira do Amparo, Cipó, Quijingue e Heliópolis, seu raio de influência abrange as cidade Nova Soure, Olindina, Itapicuru, Fátima, Adustina, Novo Triunfo, Paripiranga, Antas, Sítio do Quinto e Jeremoabo.

Somando a centralidade geográfica, o município desfruta de um hospital público regional, como também, clínicas especializadas além de Inúmeras instituições de ensino, públicas e particulares que atende a cidade e região circo vizinhas.

Por ser natural da cidade de Ribeira do Pombal, presenciei ao logo dos últimos quinze anos um crescimento da malha urbana da cidade, uma multiplicação de loteamento, sendo que boa parte desprovida de infraestrutura básica exigida **LEI Nº 6.766, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1979**, que define as normas e orientações para a utilização, parcelamento, ocupação e uso do espaço urbano como tamanho mínimo de lotes, comprimento máximo de quadras, destinação mínima de 35% do loteamento pra áreas institucionais e vias, bem como a exigência de infraestrutura básica (rede de distribuição energia, rede de distribuição de águas, drenagem superficial e pavimentação mínima em cascalho), com o objetivo maior de garantir o desenvolvimento da cidade de forma equilibrada e sustentável.

Em meados de 2012, a Prefeitura do Município passou agir com mais vigor. Exigindo que os loteadores enquadra-se nas leis vigentes, e nos anos subsequente, além do Alvará passou a exigir também estudos e licenças ambientais.

Essa exigência visa atender as leis vigentes, pelo poder público, condicionando os loteadores a cumprir com suas obrigações, embora não se converteu em medidas mitigatória para minimizar o crescimento desordenado do tecido urbano da sede do município.



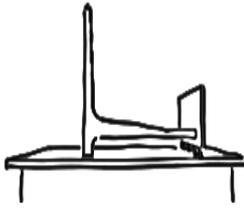
Entretanto nos últimos 15 anos, o Município de Ribeira do Pombal, com população atual aproximadamente 50 mil habitantes segundo projeções do IBGE, testemunhou um brutal crescimento na malha urbana, diferente do habitual vivido até então. Diante do exposto questiona-se: quais foram os agentes que impulsionaram esse crescimento, qual tipologia se constitui a malha urbana atual e quais são as consequências desse crescimento no tecido urbano da cidade? Qual o papel do Estado e da especulação imobiliária na modelagem do espaço do município? Qual são as políticas públicas voltadas o desenvolvimento habitacional naquele território?

Nesse contexto, o presente trabalho procura contribuir para uma compreensão do recente processo de produção do espaço urbano das metrópoles nacionais, e sua reprodução nas cidades pequenas, com característica de polo regional. Bem como a dinâmica socioeconômica influencia o espaço urbano.

Para Landim (2004, p.29)

Assim sendo, a cidade e sua paisagem não se apresentam apenas por seus aspectos formais e construídos, tais como praças, casas, jardins e avenidas, entre outros. A cidade é fruto de um contexto social e caracteriza-se também pelas relações de uso e apropriação dos espaços construídos, estabelecidas pelos usuários desse cenário urbano. Com isso, a cidade transforma-se em fonte geradora de estímulos perceptivos para quem a habita, entendendo por percepção basicamente a capacidade de gerar informação nova e diferenciada a partir dos elementos percebidos.

O referencial teórico para esta pesquisa foi constituído, inicialmente, por autores que analisam, pesquisam, e discutem as questões interdisciplinares sobre a expansão urbanas, destacando-se Roberto Correa. em sua obra “O Espaço Urbano” onde aborda a produção geográfica e social da cidade, desde sua definição como também os agentes e seu processos, que produz o espaço urbano: formas e os resíduos provocado no espaço e na sociedade pela expansão.



Segundo Correa, (1995 p.11)

A complexidade da ação dos agentes sociais inclui práticas que levam a um constante processo de reorganização espacial que se faz via incorporação de novas áreas ao espaço urbano, densificação do uso do solo, deterioração de certas áreas, renovação urbana, relocação diferenciada da infraestrutura e mudanças, coercitiva ou não. Do conteúdo social e econômico de determinadas áreas da cidade.

Nessa linha Sposito (1997, p.11) afirma que: “A urbanização como processo, e a cidade, forma concretizada deste processo, marcam tão profundamente a civilização contemporânea”. Esclarecendo que “o espaço é história” e nesta ótica, a cidade contemporânea é o produto dos processos atuais e antigos.

Santos (2008, p.11) reforça a necessidade do entendimento do processo de urbanização, “O nível de urbanização, o desenho urbano, as manifestações das carências da população são realidade a ser analisada à luz dos subprocessos econômicos, políticos e socioculturais”.

Corroborando com Santos, Panerai (2006), descreve as relações e a inserção: do território, do caminho, do fluxo, espaços, segmento social e dos conflitos além de sua localização geográfica, o tipo desenho das vias, a organização da malha urbana e o conflito com áreas rurais adjacentes trazem a compreensão da cidade a partir de sua expansão, como organismo que se modifica durante o tempo, Proporcionando a criação de uma percepção agrupada, global, associados ao estudo de mapa e campo, as quais se relacionado as linhas das forças geográficas, do tecido urbano com suas barreiras, fluxos e dinâmicas.

Complementado o movimento global a dialética contemporânea, Carlos, et al, (2018, p.7). trazem uma nova dimensão na produção do espaço urbano, dando protagonismo ao “*urbano como negocio*” possibilitando uma revisão e atualização da produção do espaço urbano contemporâneo evidenciando a mundialização financeira. Ou seja, a escala na produção do espaço urbano é variável da depender volatilidade do capital financeiro, das crises, conflitos e resistências no processo de molda do território urbano.

Esses autores retificam que:



A construção de uma geografia urbana crítica e radical envolve o diálogo perene com as disciplinas afins para que seja possível o desenvolvimento dos novos processos de reprodução do espaço e que articulam novas estratégias, escalas, processo, agentes e sujeitos à produção de novas formas espaciais e de novos conteúdos da sociabilidade urbana e que redefinem a vida social por meio da produção do espaço cotidiano tornado momento da reprodução do espaço capitalista” (CARLOS, ET AL, 2018, p.12)

Além destes autores descritos acima foram acrescentado outros autores ao decorre do trabalho como Del Rio (1990), Gehl (2013), e (2018), Perrone (2016). A revisão bibliográfica foi realizada mediante consultas em livros, dissertações, teses, publicações em periódicos e anais de congressos, dados estatístico fornecido tanto pela prefeitura como pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

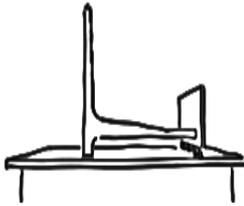
Foram realizadas, assim, visitas e consultas na Prefeitura Municipal, em especial na Secretaria de obras, dos quais foram coletados: histórico; dados socioeconômicos atuais e leis desse município.

Para compreender melhor a importância da coleta de dados

Se a Geografia deseja interpretar o espaço humano como o fato histórico que ele é, somente a história da sociedade mundial, aliada à da sociedade local, pode servir como fundamento à compreensão da realidade espacial e permitir a sua transformação a serviço do homem. Pois a História não se escreve fora do espaço e não há sociedade a-espacial. O espaço, ele mesmo, é social” (SANTOS, 1977, p.81).

Com toda complexidade exigida na análise das dinâmicas do espaço urbano, os mapas temáticos que ilustram o presente trabalho foram elaborados pelo próprio autor, num processo de sobreposição de imagens e interpretação de dados extraídos in loco e por meios eletrônicos. Utilizando-se de softwares como Autodesk AutoCAD, Civil 3D, QuantoGIS, ArcGIS Google Earth, Adobe Photoshop , Microsoft Excel e Microsoft Power Point.

O presente trabalho está estruturado em 4 capítulos. O primeiro Capítulo traz uma abordagem dos principais autores sobre as transformações na economia mundial com “Pós Revolução Industrial” passando pela

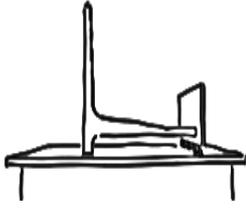


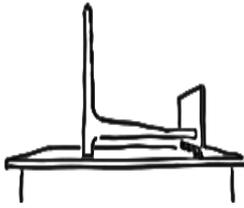
Globalização ate chegar na Revolução Tecnológica em curso e seus reflexos na produção do espaço urbano das cidades, principalmente no arranjo territorial metropolitano e relação das formas de análises de estudo de expansão urbana nas cidade contemporânea e pôs contemporânea analise dos dados estatístico, e sua relação com a produção do espaço urbano.

O Capítulo 2 apresenta: um breve histórico de povoamento e desenvolvimento da região de Ribeira do Pombal do século XVIII até XX; Característica da produção do espaço urbano atual; Analise e compreensão das Leis vigentes desse município que rege a produção e modelação do espaço urbano como também dos dados estatístico do IDH entre outros e sua relação com a produção do espaço urbano relacionado produção da expansão urbana nas cidades contemporâneas e pôs contemporânea.

Já o Capítulo 3 apresenta: a caracterização contemporânea do urbanismo, a partir dos estudos in loco e representados em mapas e fotografias; Identificação as causas que impulsionaram o crescimento desordenado e padrões de produção espacial, localizando da área de conflito, vazios urbanos, tipologias predominantes, ocupação de áreas ambientas, ação do capital financeiro na produção do espaço urbano, relacionado aos textos teóricos referente a interpretação e caracterização da expansão do tecido urbano nas cidades.

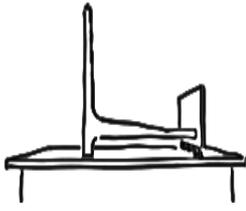
Por fim, o Capítulo 4, contextualiza a relação das formas de produção da expansão como meio de acumulação de capital, e por meio de uma análise critica e observações particulares sobre a expansão urbana desordenada dos ultimo 15 anos, as considerações finais, busca relacionar os resultados obtidos ao traçado teórico.

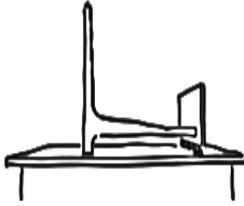




1.0

**URBANISMO
PÔS REVOLUÇÃO
INDUSTRIAL ATÉ OS
DIAS ATUAIS NO
MUNDO GLOBALIZADO.**





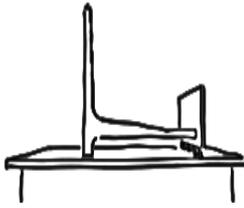
No processo de industrialização durante e pós a revolução industrial, as cidades próximas as indústrias sofreram relevantes transformações nos moldes de urbanização, além da necessidade de mão de obra para a produção das indústrias, inicialmente no ramo de tecelagem, que provocou o elevado número de pessoas que passaram a viver nas cidades como também a forte presença do capitalismo industrial aumentando a produção social das formas espaciais. Portanto de forma mais expressiva foi possível notar que a cidade, ao mesmo tempo, em que é moldada pelo os agentes do crescimento ela também os molda e cria novas demandas, tanto sociais como políticas, econômicas, culturais e geográficas.

Segundo Sposito (1997, p.52):

As cidades, como formas espaciais produzidas socialmente, mudam efetivamente, recebendo reflexos e dando sustentação a essas transformações estruturais que estavam ocorrendo a nível do modo de produção capitalista. A indústria provoca um impacto sobre o urbano. Poderíamos pensar, à primeira vista, que o desenvolvimento industrial a partir da Revolução Industrial constitui-se apenas no reforço do papel produtivo assumido pela cidade com o capitalismo comercial, que permitiu as produções artesanais e manufatureiras. Em parte o processo é este, mas ao mesmo tempo ele é contraditório, porque ao acentuar o papel produtivo das cidades, transforma a própria cidade.

A acumulação de riqueza já era locada nas cidades europeias principalmente as portuárias as margens do mar mediterrâneo ou nas cidades que ficavam em pontos estratégicos, nas rotas comerciais terrestres que ligavam o continente europeu com o Asiático. Com as grandes navegações e o movimento renascentista, ou seja, com o surgimento do mercantilismo amplificou ainda mais o potencial dessas cidades, tornando-as em espaço do poder político e econômico, conseqüentemente e sede dos Estados Modernos.

As cidades comerciais já eram propícias para o desenvolvimento industrial, pois lá já se concentravam expressiva força de trabalho, mercado consumidor em potencial, infraestrutura e avanço técnico científico em várias



áreas do conhecimento, portando a soma desses fatores tonavam as cidades um local excepcional para a implantação das fabricas e eventuais realizações de negócios.

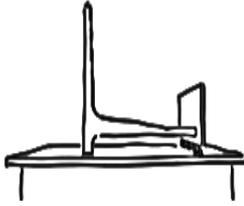
Vale ressaltar que mesmos com todas as vantagens de instalação de uma fabrica nas cidades ou próximos a elas, existiam movimento contrario e em particular, nas indústrias de metalurgia, pois essas indústrias tinham a necessidade de estarem próximas a fontes de matéria prima, principalmente insumos de maior relevância para produção, e meios de transportes (rios e estradas de ferro), além de força de trabalho que existia no campo próximo as planta fabris.

Esse movimento de instalação das indústrias longe das cidades foi responsável pelo surgimento de outro fenômeno, a criação de cidade provocada pela implantação das plantas industriais. Portando a industrialização não só modificou o espaço urbano, mas também criou novos aglomerados urbanos. Sposito (1997) “Inúmeras cidades surgiram e/ou se desenvolveram durante o século XIX, próximas a regiões carboníferas, não somente na Inglaterra, como na bacia do Ruhr (Alemanha), do Donetz (Rússia) e na Silésia (Polônia).”

Portanto com o aumento da frequência da industrialização “maquinofatureira” provocou mudanças estruturais na relação das cidades indústria e urbanização, além da decorrência o crescimento populacional. Conseqüentemente o aumento da industrialização, alterou a escala dos mercados que antes eram locais e passaram a serem regionais e globais.

Para Sposito(1997, p.52)

A fábrica e todos os investimentos necessários para que o capital desenvolvesse plenamente a capacidade produtiva das unidades industriais, exigiam a ampliação dos mercados, o que quer dizer o fortalecimento das relações entre os lugares. A especialização funcional que vimos começar com a manufatura manifestou-se numa divisão social do trabalho cada vez mais complexa à medida que o capitalista fazia mais investimentos na unidade industrial, com o objetivo de ampliar sua capacidade produtiva.



Contudo toda essa movimentação fulminou o fim da cidade como sistema institucional e social quase autossuficiente, dando início a uma série de movimentos articulatórios e crescentes entre as cidades formando redes urbanas. Como a lógica capitalística regia todos esses movimentos com a finalidade de acumulação e reprodução do capital, o produtor industrial tinha por finalidade a obtenção de mais lucros e conseqüentemente o objetivo de que seus produtos alcançassem os locais mais distantes possíveis, assim aumentando a produção.

Para Oliveira (2002, p. 50):

O final da década de 1960 representa um marco temporal importante na história do pensamento sobre as cidades. E isto se deve muito mais à sua incapacidade de dar conta das transformações que aí vinham tendo lugar do que às suas qualidades preditivas e/ou explicativas. De fato, num mundo que vinha sendo questionado a partir de múltiplas frentes (movimentos ecológico, feminista, de emancipação de minorias, de afirmação da cidadania, movimentos reivindicatórios diversos), e que tinha nas cidades o seu maior ponto de ebulição, a “questão social”, amplamente definida, não apenas se projetou na ordem do dia, como acabou assumindo foros de verdadeira “questão urbana”.

Seguindo o rastro das transformações que influenciam as bases sociais do mundo capitalista, em especial no tecido urbano, onde está evidenciado a fragilidade das concepções teóricas que as sustentavam, pois pensar a cidade envolve inúmero agentes e inúmeras variáveis: sociais, econômicas, antropológicas, culturais, territoriais e espacial condicionado um esforço de compreensão abrangente e que responda as necessidade exigidas das complexidade do urbanismo atual.

Oliven (2010) evidencia a fragilidade em vincular teorias que se ocupam com a mudança social e cultural, por exemplo, a da modernização. Como premissa de desenvolvimento urbano, sendo que a produção do espaço urbano, além de multidisciplinar carrega em sua essência a mutabilidade cotidiana da sociedade em que esta inserida.

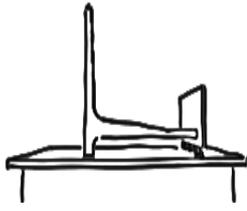


Esta teoria, que durante longo tempo gozou de considerável prestígio entre a comunidade de cientistas sociais, principalmente norte-americanos, se constitui num interessante exemplo de uma ideologia cujo propósito é o de justificar o estado de desenvolvimento das sociedades mais adiantadas e o de subdesenvolvimento das sociedades mais atrasadas, encobrendo as verdadeiras causas desta situação. Ela opera através de um mito (a modernização) que procura explicar como as diferenças culturais entre várias sociedades seriam responsáveis pelas suas diferenças econômicas e sociais. OLIVEN (2010, p.24).

Contudo Oliveira (2002) evidencia que "Vivemos hoje um momento de transição histórica e intelectual sob o impacto da crise do modelo desenvolvimentista e da nossa inserção no novo modelo de produtividade difundido pela globalização".

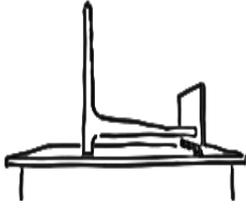
Sua mensagem principal, de natureza liberal, resumia-se à afirmação de que, devido ao desenvolvimento de diversas estruturas monopolísticas, as condições viabilizadoras do aparecimento da mão invisível, isto é, do mercado, não mais se concretizavam de forma espontânea. Conseqüentemente, o mercado privado deixava de funcionar corretamente e, por essa razão, surgiam mecanismos perversos de distribuição de recursos nas áreas urbanas, que eram os detonadores, não apenas de injustiças sociais intra-urbanas, como também dos mais diversos movimentos de contestação. Como solução para o impasse, sugeria-se uma maior presença do Estado na economia urbana, cabendo-lhe, portanto, a tarefa de garantir o funcionamento do mercado (via regulação) e de viabilizar o funcionamento de mecanismos de distribuição de renda, quando isto fosse necessário" (OLIVEIRA 2002,p.50 e 51)

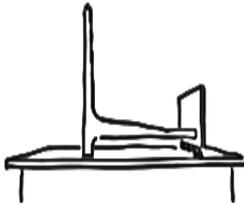
Portanto, com a globalização, e a reorganização de fronteira pela revolução tecnológica, aliado ao princípio capitalista de acúmulo de capitais, neoliberalismo, a macro regulação econômica e juntamente como as variáveis locais e regionais bem como a exclusão social tornam cada vez mais complexo as estratégias aplicáveis no tecido urbano, pois as necessidades locais são incorporadas as tendências mundiais, tornando-as menos acessível aos mais desfavorecido, conseqüentemente ampliando o abismo das desigualdades.



1.1.

**O Urbanismo nas
Metrópoles Brasileiras
e Suas Reproduções
nas Pequenas Cidades.**





É importante contextualizar que durante o período entre 1940, em plena segunda guerra mundial, até 1980, final do regime militar, o Brasil presenciou um violento processo de urbanização, pois esse movimento sócio territorial é notado pelo fenômeno de êxodo rural onde a população Brasileira passou de hegemonicamente rural para uma significativa maioria urbana. Refletindo no tecido urbano.

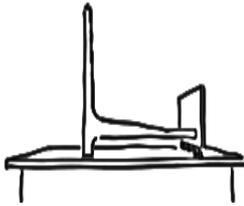
A segunda metade dos governos militar foi caracterizada por modernização da economia e autoritarismo político, onde surgiu o termo “O milagre econômico” (1968-73), quando o Brasil apresentou exorbitantes taxas de crescimento econômico, acima de 10% ao ano, que por sua vez essa modernização da economia deu-se via aprofundamento da dívida externa.

São muitos fatores que moldam o espaço urbano, em particular no Brasil pós guerra, em que a formação de aglomerações urbanas se deu com base no brusco desenvolvimento industrial, diferente de outrora onde a economia era baseada na agricultura, que se realizava na sua zona de influência das capitais do Estado ou nas funções administrativas públicas e privadas.

Além de excludente o modelo de urbanização foi também concentrador: 60% da população urbana vivem em 224 municípios com mais de 100.000 habitantes, das quais 94 pertencem a aglomerados urbanos e regiões metropolitanas com mais de um milhão de habitantes. ROLNIK (In.: BRUNO, 2007, p. 271)

Essa perversidade do modelo de urbanização brasileira é caracterizada por um nível de migração consolidada pela ampla maioria de pessoas de baixa renda e pela restrição velada dessa população a efetiva cidade, ou seja, a cidade legal, hora por omissão ou despreparo do Estado em entender e conseqüentemente propor e executar políticas mitigatórias para uma melhor acomodação dessas pessoas a cidade, assim minimizando as conseqüências desse fenômeno de brusca migração.

Para SANTOS (1998 p.31)



O forte movimento de urbanização que se verifica a partir do fim da segunda guerra mundial é contemporâneo de um forte crescimento demográfico, resultado de um natalidade elevada e uma mortalidade em descenso, cujas as causas essenciais são os progressos sanitário, a melhoria relativa no padrões de vida e a própria urbanização.

Santos (2008) afirma que apesar do aumento da população urbana, também houve aumento na população agrícola que cresceu mais que a rural. Isso evidencia que boa parte da força de trabalho que existe nas cidades é absorvida pelo campo como exemplo os boias frias. Ele ressalta que esse movimento de crescimento da população agrícola na segunda metade do século XX no Brasil não foi hegemônico por vários fatores, principalmente pelo diferentes níveis de desenvolvimento em cada região.

Agravando ainda mais essa problemática segundo dados do IBGE referente ao censo de 2010, onde foram visitados cerca de 67,6 milhões de domicílios nos 5.565 municípios brasileiros apontaram uma população formada por 190.732.694 pessoas; sendo que 160.925.792 aproximadamente 84% vivem em zonas urbanas.

Corroborando para um entendimento do urbanismo nacional, a tabela 1, traz dados estatísticos onde evidencia que aproximadamente 11,4 milhões de brasileiros vivem em aglomerados subnormais, conhecidos como: loteamentos irregulares favelas, invasões, grotas, baixadas, comunidades, vilas, ressacas, mocambos, palafitas, entre outros que tem como características físicas: vias de circulação estreitas, alinhamento de caixa de ruas irregular, lotes de formas desiguais e tamanho inferiores aos estabelecidos pela Lei Federal 6766/79 que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano, construções não regularizadas por órgãos públicos além da ausência de parte ou total de serviços públicos essenciais. Portanto segundo o censo de 2010, existem 6.329 aglomerados subnormais, situados em 323 dos municípios brasileiros, distribuídos em 3.224.529 domicílios particulares ocupados.



TABELA 1- NÚMERO DE AGLOMERADO SUBNORMAIS, DE MUNICÍPIOS COM AGLOMERADOS SUBNORMAIS E DE DOMICÍLIOS PARTICULARES OCUPADOS EM AGLOMERADOS SUBNORMAIS, SEGUNDO AS UNID. DA FEDERAÇÃO-CENSO 2010

Unidade da Federação	Nº de aglomerado subnormais	Nº de municípios com aglomerado subnormais	Nº de domicílios particulares ocupados em aglomerado subnormais	Pop. residente em domicílios particulares ocupados em aglomerado subnormais
Brasil	6.329	323	3.224.529	11.425.644
Rondônia	25	1	12.605	47.687
Acre	16	2	10.001	36.844
Amazonas	121	24	89.933	381.307
Roraima	3	1	303	1.157
Pará	248	13	324.596	1.267.159
Amapá	48	6	23.909	108.086
Tocantins	6	1	2.097	7.364
Maranhão	87	5	91.786	348.074
Piauí	113	1	35.127	131.451
Ceará	226	14	121.165	441.937
Rio G. do Norte	46	2	24.165	86.718
Paraíba	90	5	36.380	130.927
Pernambuco	347	17	256.380	875.378
Alagoas	114	12	36.202	130.428
Sergipe	46	4	23.225	82.208
Bahia	280	10	302.232	970.940
Minas Gerais	372	33	171.015	598.731
Espírito Santos	163	10	70.093	243.327
Rio de Janeiro	1.332	42	617.466	2.023.744
São Paulo	2.087	60	748.801	2.715.067
Paraná	192	13	61.807	217.223
Santa Catarina	74	15	21.769	75.737
Rio Grande do Sul	223	23	86.478	297.540
M. Grosso do sul	8	2	1.879	7.249
Mato Grosso	14	2	16.472	56.982
Goiás	12	4	2.431	8.823
Distrito Federal	36	1	36.504	133.556

Elaborado por Roberval Teles, 2019. Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010



O censo de 2010 ainda traz que parte desses assentamentos irregulares (AS)¹ localizam-se nas regiões metropolitanas litorâneas, geralmente próximo as capitais. Cerca que 88,6% desses domicílios ficam na região Sudeste onde também estão instalados a maior partes das plantas industriais do País.

TABELA 2- POPULAÇÃO RESIDENTE TOTAL E EM DOMICÍLIOS PARTICULARES OCUPADOS EM AGLOMERADOS SUBNORMAIS E DOMICÍLIOS PARTICULARES OCUPADOS, TOTAL E EM AGLOMERADOS SUBNORMAIS, NAS 15 REGIÕES METROPOLITANAS OU REGIÕES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO COM AS MAIORES QUANTIDADE DE DOMICÍLIOS PARTICULARES OCUPADOS EM AGLOMERADOS SUBNORMAIS SEGUNDO - CENSO 2010

15 regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento com as maiores quantidade de domicílios particulares ocupados em aglomerado subnormais	População residente		proporção de pessoas residentes em aglomerados subnormais em relação a população total(%)	Domicílios particulares ocupados		População de domicílios particulares ocupados em relação total de domicílios particulares ocupados em (%)
	Total	Em domicílios particulares ocupados em aglomerado subnormais		Total	Em aglomera dos subnormais	
	19.611.86					
RM São Paulo	2	2.162.368	11,0	6.093.873	596.479	9,8
	11.793.17					
RM R. de Janeiro	4	1.702.073	14,4	3.909.107	520.260	13,3
RM Belém	2.097.287	1.131.268	23,9	555.985	291.771	52,5
RM Salvador	3.564.343	931.662	26,1	1.130.625	290.488	25,7
RM Recife	3.676.067	852.700	23,2	1.111.660	249.432	22,4
RM Belo Horiz.	5.392.938	489.281	9,1	1.665.673	139.780	8,4
RM Fortaleza	3.608.442	430.207	11,9	1.029.603	118.105	11,5
RM G. S. Luis	1.329.154	325.139	24,5	359.521	85.797	23,9
RM Manaus	2.102.778	315.415	15,0	531.730	77.120	14,5
RM BX.Santista	1.657.470	297.191	17,9	528.280	83.543	15,8
RM Porto Alegre	3.934.434	242.784	6,2	1.338.771	70.373	5,3
RM Curitiba	3.159.352	181.247	5,7	1.002.737	51.923	5,2
RM G. Vitória	1.679.716	178.209	10,6	543.045	51.527	9,6
RM Campinas	2.784.877	160.680	5,8	872.201	43.508	5,0
RD da G. Teresina	1.148.734	154.386	13,4	310.578	41.116	13,2

Elaborado por Roberval Teles, 2019. Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010

¹ AGLOMERADOS SUBNORMAIS



Mesmo não identificando a quantidade exata de assentos irregulares, é factível observar que o tipo de moradia que ocupam áreas precárias com fragilidade ambiental ou outra forma de assentamento ilegal tanto administrativo como patrimonial geralmente desprovida de benfeitorias que o urbanismo oferece.

A tabela 3 ainda traz dados referentes a infraestrutura existente nos aglomerados subnormais onde 67,3% dos domicílios tinham algum tipo de coleta ou tratamento de esgoto; 72,5% das residências possui energia elétrica com medição individual; 88,3% contavam de abastecidos de água potável e que a coleta de lixo chegava a atingir 95,4%, mas não faz referencia a acessibilidade aos serviços publico essenciais principalmente as instituições de ensino e saúde.

TABELA 3 -PERCENTUAL DE DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTE ADEQUADOS EM RELAÇÃO AO TOTAL DE DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTE EM AGLOMERADO SUBNORMAIS E EM ÁREAS URBANAS REGULARES, DE ACORDO COM O TIPO DE SERVIÇO-SEGUNDO O CENSO 2010

Tipo de serviços	Percentual de domicílios particulares permanente adequados (%)		
	Em aglomerados subnormais	Áreas urbanas regulares de Municípios (1)	
		com aglomerados subnormais	Sem aglomerados subnormais
Forma de abastecimento de água	88,30%	92,90%	91,30%
Tipo de Esgotamento sanitário	67,30%	85,10%	65,60%
Destino do lixo	95,40%	98,60%	96,30%
Energia elétrica	72,50%	88,50%	91,30%

Elaborado por Roberval Teles,2019. Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010

(1)Entende-se por áreas urbana regular ou por demais áreas urbanas todos os setores censitários nos perímetro urbano, exceto classificados como aglomerados subnormais

Para Rolnik (In.: BRUNO,2007, P. 272):



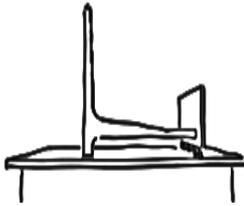
Excluídos do marco regulatório e dos sistemas financeiros formais, os assentamentos irregulares se multiplicam em terrenos frágeis ou em áreas passíveis de urbanização, como encosta íngremes, área inundáveis, além de construir vasta franjas de expansão periféricas sobre a zona rural, eternamente desprovida de infraestruturas, equipamentos e serviços que caracterizam a urbanização.

É notável que a replicação desses assentamentos de maneiras irrestritas, e na escuridão do marco legal das Leis e normas que regem o espaço urbano, possuem uma poderosa força motriz no movimento de exclusão territorial das classes menos favorecidas, criando uma serie de barreiras que dificultam o acesso dos mais pobres a cidade formal repleta de oportunidades econômicas e de infraestrutura. Certificando que essa maneira de urbanismo não só gera desigualdade como também a reproduz, como o fenômeno físico de propagação de ondas, que a depender da frequência, e da amplitude da onda conduzirá seus efeitos sócios territorial na cidade.

Portanto esse urbanismo tupiniquim, evidenciado nos aglomerados urbanos de grande e médio porte, ou seja, cidades ou aglomerados com mais de cem mil habitantes, é altamente nocivo as cidades, pois nutre uma rede de urbanismo seletivo, que seleciona partes das cidades e exclui parcialmente ou integralmente outras partes da mesma cidade que não serrão contempladas com ações urbanísticas atuais e futuras sendo que para a população excluída restam os mercados irregulares, ou a cidade informal, repleta de áreas irregulares não contempladas pelas Leis urbanísticas e ambientais como a margem de rios ou córregos ou até áreas rurais nas mediações da cidade.

Para Santos.(1977, p.81):

Se a Geografia deseja interpretar o espaço humano como o fato histórico que ele é, somente a história da sociedade mundial, aliada à da sociedade local, pode servir como fundamento à compreensão da realidade espacial e permitir a sua transformação a serviço do homem. Pois a História não se escreve fora do espaço e não há sociedade a-espacial. O espaço, ele mesmo, é social.



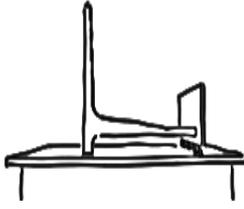
Contudo essa seleção provoca uma valorização do espaço urbano que recebeu ou recebe intervenções urbanísticas tanto do Estado quanto dos agentes financeiro que tornam essa área mais caras, resultando em muitos casos em um fenômeno de gentrificação e consequentemente parte dessa população por não se sentirem identificadas economicamente e socialmente pós-intervenções urbanísticas, deslocam-se para outras regiões da cidade onde se assemelham seus padrões de vida.

Com esse fenômeno de afastamento da força de trabalho do local de labuta é responsável por ocasionar a atual crise de mobilidade vistas diariamente nos noticiários, pois boa parte da população não reside próximo ao local de trabalho consequentemente por causa das consequências desse urbanismo seletivo que amplifica e replica cada vez mais o processo de exclusão de parte da sociedade (baixa renda) como também provoca segundo Rolnik a “cobiça imobiliária” onde ha uma brutal valorização do território, que pode também ser deteriorado. Esse tipo de ocupação do território é visto principalmente em áreas centrais. Onde o deslocamento de vários setores da economia social dita tanto a valorização como também a desvalorização e deteriorização do espaço urbano.

Rolnik (In.: BRUNO,2007, P. 272)

A escassez de áreas de maior qualidade leva às alturas os preços da terra dessas áreas, mais os preços de terras periféricas sobem também, pois se coloca em curso um motor de especulação imobiliária que não existiria com essa força se a qualidade urbana fosse mais distribuídas pela cidade. E, logicamente quando maior o preço da terra, menor a capacidade de o poder publico intervir como agente no mercado.

É importante ressaltar que o processo de modelagem e expansão da malha urbana infere em muitas variáveis, sendo um conjunto de mecanismos que não só tem em seu movimento mais também na absorção das reações desse movimento que forma a base do processo de urbanização. Por tanto,



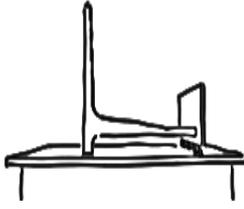
essa dinâmica sócio territorial resume a realidade social que vivemos refletindo na a produção do espaço urbano.

Segundo Carlos, et at.(2015, p.7).

A produção do espaço se coloca como uma noção estratégica para nossa compreensão do mundo, pois ela potencializa a reflexão sobre a *práxis*, sobre os múltiplos e contraditórios processos e relações sociais que estão em transformação constante e que se reproduz espacialmente, revelando por tanto o próprio fundamento da reprodução da sociedade em sua concretude.

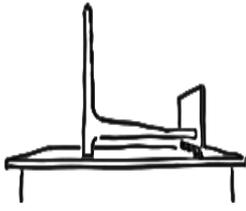
Sintetizando as discussões sobre construção do espaço urbano, verifica-se que o processo de urbanização não é só consequência de inúmeras variáveis, mas é também um agentes que age intensamente na produção do espaço, pois essa dinâmica urbana favorece não só a acumulação de capital mais também multiplica as formas e meios de acumulação de capital.

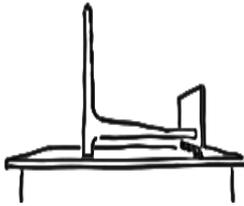
Contudo, seja na valorização de um terreno em uma área urbanizada ou na venda de lotes residências em um loteamento irregular ou em áreas de fragilidade ambiental, há sempre o capital por traz dessas dinâmicas de produção do espaço.



1.2

**Relação das
Formas de Análises de
Estudo de Expansão
Urbana nas Cidades
Contemporânea e Pós
Contemporânea.**





Para se chegar num entendimento amplo da relação das formas de análises de estudo de expansão urbana nas cidades contemporânea e pós contemporânea, é fundamental relacionar a vivência, as pesquisa de campo e o referencial teórico, no intuito de responder as questões urbanísticas atuais, relacionando-as não só a produção do espaço urbano mais também seus impactos, conflitos, ações internas de dentro para fora (endógenas) como também ações externas especialmente do capital financeiro pois as expansões urbanas não é só a consequências do crescimento populacional em um determinado território, mas como também um instrumento contemporâneo de acúmulo de capitais. Assim para se discutir as formas de análises de estudo de expansão urbana, é necessário identificar as questões interdisciplinares sobre a expansão urbanas.

Para (Correa. 1995). A análise geográfica desde sua definição como também os agentes e seu processos, que produz o espaço urbano: formas e resíduos provocados no espaço e na sociedade pela expansão.

O espaço urbano pode ser analisado como um conjunto de pontos, linhas e áreas. Pode ser abordado a partir da percepção que seus habitantes ou alguns de seus segmentos têm dele e de suas partes. Outro modo possível de análise considera-o como forma espacial em suas conexão com estrutura social, processos e funções urbanas. por outro lado ainda o espaço urbano, como qualquer outro objeto social pode ser abordado segundo um paradigma de consenso ou de conflitos. (CORREA, 1995, p. 6).

Esse autor ainda afirma que a complexidade do uso da terra reflete a organização do espaço urbano, ou seja, a cidade fragmentada e articulada, pois mesmo fragmentada cada parte desta interligam-se com as outras, apesar da variação desta conexão. (CORREA, 1995, p. 7).

Além da articulação promovida pelo fluxo de veículos e pessoas, operações de carga e descarga de mercadorias, deslocamento diário entre as áreas residenciais, comerciais, industriais e de lazer, o autor traz a articulação proveniente do capitalismo que se manifesta através das varias uso do capital e de sua influencia no espaço urbano.

Ao expor que:



Ao se constatar que o espaço urbano é simultaneamente fragmentado e articulado, e que esta divisão articulada e a expressão espacial de processo sociais, introduz-se em terceiro momento de apreensão do espaço urbano; é um reflexo da sociedade.” Mas que estes reflexo são resultados de processo tanto do presente como do passado com consequências futuras, pois é um condicionante social (CORREA, 1997, p.8)

Ainda Segundo Correa,(1995 p.12):

Em primeiro lugar, a ação destes agentes se faz dentro de um marco jurídico que regula a atuação destes. Este marco não é neutro, refletindo o interesse dominante de uns dos agentes , e constituindo-se, em muito casos, em uma retorica ambígua, que permite que haja transgressões de acordo com o interesse do agente dominante.

Portanto as ações desses agentes têm como produto os processo e formas espaciais que são descritos por correia como os seguintes: centralização e a área central, descentralização e o núcleos secundários, coesão e área especializadas, segregação e área sociais, dinâmica espacial da segregação e inercia e as áreas cristalizadas.

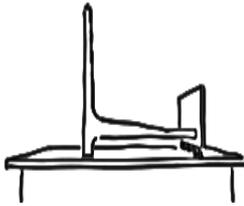
Nesta linha Sposito (1997, p. 11) afirma que:

A urbanização como processo, e a cidade, forma concretizada deste processo, marcam tão profundamente a civilização contemporânea, que é muitas vezes difícil pensar que em algum período da História as cidades não existiram, ou tiveram um papel insignificante.

Entender a cidade de hoje, apreender quais processos dão conformação à complexidade de sua organização e explicam a extensão da urbanização neste século, exige uma volta às suas origens e a tentativa de reconstruir, ainda que de forma sintética, a sua trajetória.

Santos (2008, p.11) reforça a necessidade do entendimento do processo de urbanização, sendo que:

O nível de urbanização, o desenho urbano, as manifestações das carências da população são realidade a ser analisada à luz dos subprocessos econômicos, políticos e socioculturais, assim como das realizações técnicas e das modalidades de uso do território nos diversos momentos históricos.



Corroborando com Santos, (Panerai, 2006) em sua obra “Análise Urbana”, descreve as relações e a inserção: do território, do caminho, do fluxo, espaços, segmento social e dos conflitos além de sua localização geográfica, o tipo desenho das vias, a organização da malha urbana, o conflito com áreas rurais adjacentes, análise visual e a paisagem.

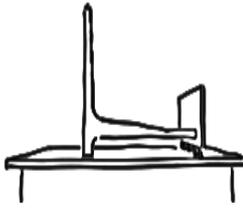
A análise urbana através dos elementos da paisagem, partindo da análise visual através percurso localizando pontos nodais, setor, limites marcos e sistematizando-os. Segundo (Panerai,2006) ” para um observados que se desloca segundo uma dada direção, um percurso- ou qualquer trajeto que deseja estudar”(p. 36)

Para Panerai (2006), a análise urbana não deveria ficar restrita aos centros antigos e ao tecido já constituído. É preciso buscar resposta que as análises do espaço urbano tradicionais não respondem.

Neste entendimento ele afirma:

É preciso habitua-se a visões fragmentárias, perder a ilusão de tudo ver, aceitar o engarrafamento e a impossibilidade de estacionar. Memorizar aquilo que mal se teve tempo de entrever. Orienta-se e encontrar, ler mapas rodoviários, saber para, trabalhar com amostras sem perder o entendimento de conjunto (PANERAI, 2006, p. 43)

Panerai ainda traz que a compreensão da cidade a partir de sua expansão, como organismo que se modifica durante o tempo. Permite criar uma percepção agrupada, global, associados aos estudos de mapa e campo. Relacionado a linha de forças geográfica com o tecido urbano com suas barreira, fluxo e dinâmica. Ou seja a o tecido urbano é fundamentalmente a superposição, o entrelaçamento da rede viária, do parcelamento fundiário e das edificações na geografia onde esta inserida, e favorecendo ou não o crescimento da malha em certas direções. Esta percepção abre um leque de várias formas de análise da malha urbana, tais como: análise das vias e o espaço público, recorte fundiário e parcelas, agrupamento (homogeneidade e heterogeneidade), traçado entre outros premissas.



Complementado o que foi exposto anteriormente Panerai, cita os tipos de morfologias urbanas e das edificações e seu entrelaçamento e os métodos da análise tipológica.

Panerai (2006, p, 127) expõem que:

A análise tipológica pode se situar em diversos níveis, e uma tipologia concluída deve ressaltar a articulação entre tais níveis: como a logica de um nível influi sobre outra, quais são os traços característico de um nível que permanecem sendo pertinentes a outro?

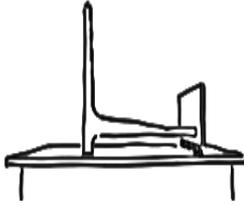
Em sequência Panerai (2006) fala sobre a relação na malha urbana entre o traçado e a hierarquia, expondo sua visão sobre os centros urbano, rede viária e polo relacionado a explosão demográfica vivida nas cidade.

Complementando a linha de raciocínio das formas de análises de estudo de expansão urbana nas cidades contemporânea e pós contemporânea, Carlos (2018), traz toda a dinâmica econômica e sua influência na valorização e desvalorização dos capitais empregado formal e informal no tecido urbano.

Neste entendimento a autora afirma:

É possível falar numa dinâmica espacial nova do capitalismo contemporâneo que possui origens na reestruturação produtiva e que foi estabelecendo, nas últimas décadas, um novo regime de acumulação: o financeiro. Do ponto de vista geográfico, as implicações produzidas por esse novo regime financeiro mundializado de acumulação apontam uma série de novas medições espaciais para sua compreensão, sinalizando a produção de um fenômeno de outra natureza. As transformações nas cidades trazem novas articulações escalares entre os agentes e o processos envolvidos, de modo que a mundialidade perpassa o lugar, trazendo um desencontro e muito conflitos entre a escala da vida cotidiana contraposta à escala da acumulação econômica mundializada que move os negócios urbanos.(CARLOS, et al, 2018, p.9).

Segundo Carlos (2018) a base do urbano como negocio é a próprio cotidiano urbano, portanto não sofre ou não necessita da ação do Estado para valorizar seus produtos. Pois, por exemplo, a não regulação do espaço urbano não impede o acumular capital, apenas há uma mutabilidade para no tipo e nas

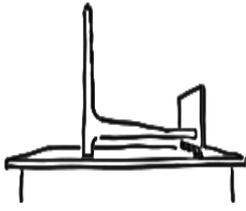


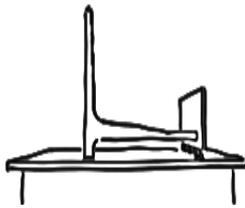
garantias deste produto que o mercado consumidor absolve por causa da necessidade de viver no tecido urbano.

Calos ainda traz outro exemplo:

Quando o patrimônio cultural na metrópole torna-se um negócio, ou melhor, quando se cria a possibilidade de que o patrimônio arquitetônico, histórico, artístico e cultural seja incorporado ao valor de troca e que seja “ajustado” para que não interrompa – como no caso do tombamentos – os processos de valorização do espaço urbano.(CARLOS, 2018, p.10)

Já Villaça (2001, p.69 e 70) relaciona a infraestruturas viárias e a interligação com os centros urbanos no caso as rodovias como definidores de uma organização territorial por direcionarem o processo de ocupação urbano-regional. Ele constata este fenômeno estruturador das infraestruturas do sistema de transportes e sua correlação com o crescimento urbano ao dizer que parece haver íntima relação entre as vias regionais de transporte e o crescimento físico das cidades. [...] As Rodovias - especialmente as expressas - provocam um crescimento mais rarefeito e descontínuo. Contudo ele também faz a relação dessas vias e a valorização fundiária dessas localidades em relação a rodovia. Trazendo para a escala local verifica-se a influência da BR 110 e 410 na locação dos empreendimentos imobiliários públicos e privado de Ribeira do Pombal.



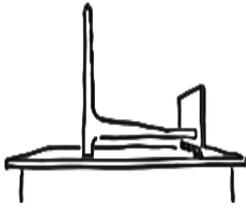


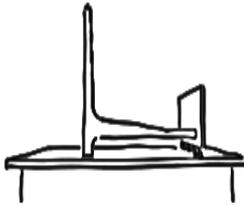
2.0

OCUPAÇÃO TERRITORIAL E DESENVOLVIMENTO DE RIBEIRA DO POMBAL

2.1

**Histórico de
Povoamento e
Desenvolvimento da
Região de Ribeira do
Pombal do Século XVIII
até XX**



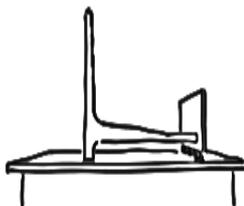


O breve histórico da ocupação territorial Ribeira do Pombal inicia-se, em meados do século XVII, a Bahia foi escolhida para sediar o Governo Geral de Portugal no Brasil, favorecendo as condições de povoamento e prosperidade, como já havia atividade econômica nas áreas litorâneas (Salvador, Recôncavo, Ilhéus e Porto Seguro) restava povoar e explorar o “Sertão da Bahia” e o “Sertão do São Francisco”. Assim, habitado por numerosas tribos indígenas, o sertão baiano, em especial, a região de Canabrava, hoje Ribeira do Pombal, objeto de estudo deste trabalho e Saco dos Morcegos (Mirandela povoado do Município do Banzaé), onde viviam os índios Qiriris/Kiriri (ou Cariris), que segundo vocábulo tupi que significa povo "calado", "taciturno", pertencente ao tronco Jê, chamados Tapuias², que ocupava o território que se estendia do litoral norte da Bahia até as margens dos rios Itapicuru e São Francisco, passando, também, pelo sertão baiano, sul do Piauí, Ceará e oeste de Sergipe.

O povoamento do sertão Baiano pelos portugueses e brasileiros descendentes de portugueses seguiu do sentido da foz dos rios e de seus afluentes ao interior do continente, baseado economicamente na expansão da pecuária. A região entre os: Rio Itapicuru e Rio São Francisco, local de disputa por território, que se estende, com mínima intensidade até os dias atuais.

Contudo o entendimento desses conflitos são diferentes do passado, pois tanto os povo indígenas quanto a população local não indígenas dessas região tem um forte vínculo com a localidade. O que os diferenciam, além da cultura é o modo de tratamento com a terra, uma baseada no extrativismo e a outro na agropecuária.

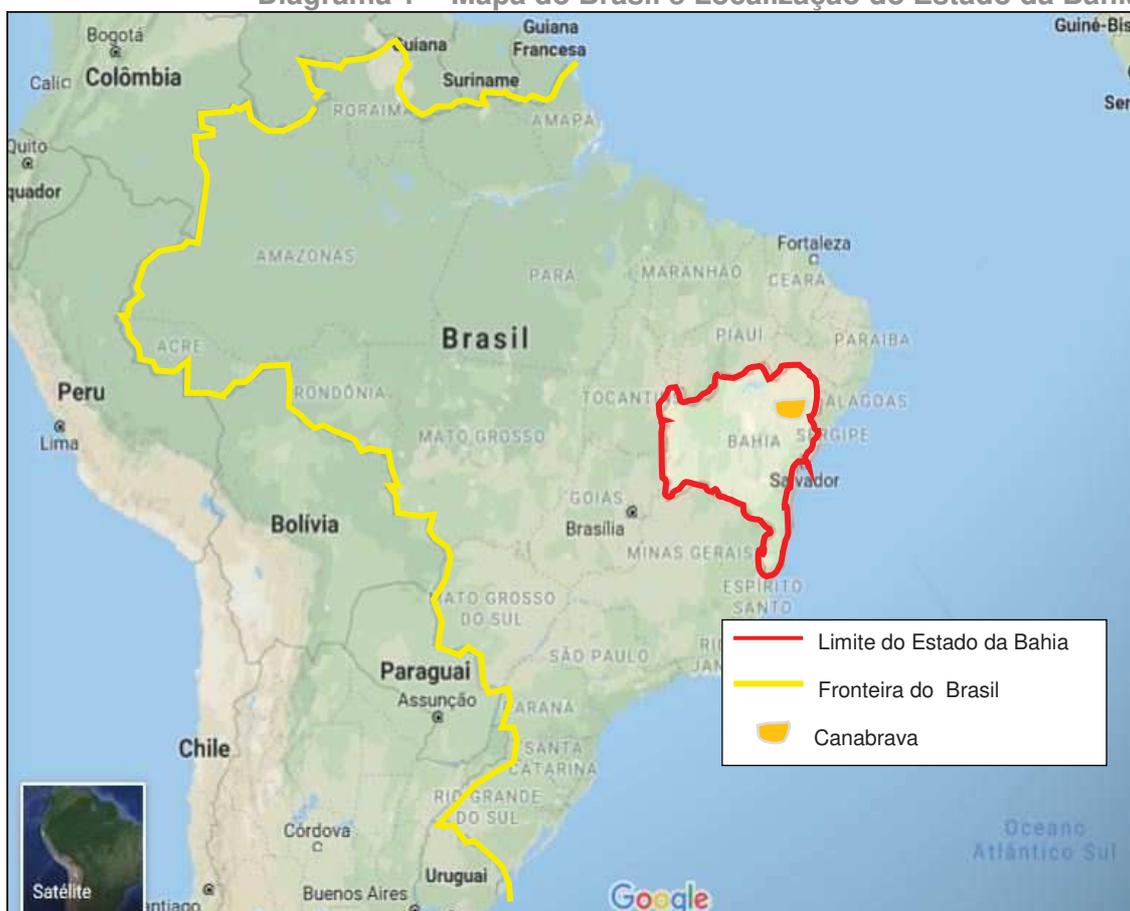
² Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_21.pdf. Acesso em: 15 de janeiro de 2019



Pare entender a complexidade dos conflitos descritos acima, GALLOIS(2004) apud RICARDO(2004,p.39)³ expõe o conceito de “terra” e “território” :

[...] a diferença entre “terra” e “território” remete a distintas perspectivas e atores envolvidos no processo de reconhecimento e demarcação de uma Terra Indígena. A noção de “Terra Indígena” diz respeito ao processo político-jurídico conduzido sob a égide do Estado, enquanto a de “território” remete à construção e à vivência, culturalmente variável, da relação entre uma sociedade específica e sua base territorial.

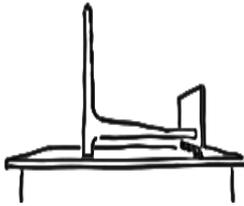
Diagrama 1 - Mapa do Brasil e Localização do Estado da Bahia



Fonte: Google Maps. Editado por Roberval Teles 2019.

Atualmente a reserva Indígena, situa-se a 24 Km a noroeste da cidade de Ribeira do Pombal, e sua área esta situada principalmente nos municípios

³ Disponível em exto disponibilizado no site do Iepé (www.institutoiepe.org.br) Publicado em: in: RICARDO, Fany (Org.). Terras Indígenas e Unidades de Conservação da Natureza. O desafio das sobreposições territoriais. São Paulo, Instituto Socioambiental, 2004



de Banzaê e Quijingue, em uma região de clima semiárido, na transição do agreste com a caatinga, com relevo irregular, constituído por morros, tabulares e encostas entremeados por extensas planícies, mesmo com área definida a localidade fora deste perímetro povoada com povos indígenas. Bem como com as novas divisões territoriais nos últimos cinco anos onde os municípios de Ribeira do Pombal e Banzaé teve um aumento dos seus territórios.

Segundo o senso do IBGE (2010), o Estado da Bahia conta com uma população indígena superior a 60 mil indivíduos, sendo que muitos grupos ainda vivem situações territoriais indefinidos, propícios a conflitos entre índio e não índios.

Com a vinda dos Jesuítas, iniciou-se o povoamento das aldeias, onde construíram base para a catequese sertão adentro e nas proximidades das entradas que iam de Salvador ao Rio São Francisco, dentre elas, a meio caminho, Canabrava e Saco dos Morcegos. Vale ressaltar que os jesuítas além de catequizar a população indígena também atuava como “elo de ligação” entre o poder administrativo e as tribos bem com mediadores de conflitos entre os índios e os poceiros e proprietário de terras segundo a regência de Portugal, sendo que a própria igreja na função de agente fundiário ou detentor de boa parte da pose das terras nessa região, também representava o proprietário de terras.

Em 1666, liderados pelos Jesuítas Jacob Rolando e João de Barros, as missões construíram a igreja em Sacos dos Morcegos, denominada Igreja da Ascensão do Senhor (ver figura 02). Daí erigindo uma vila, com o nome Mirandela. E em Canabrava edificaram outra igreja, réplica da de Mirandela, com o nome de Igreja de Santa Tereza(ver figura 03 e 04), e a aldeia passou a chamar-se aldeia de Canabrava de Santa Tereza de Jesus dos Qiriris.

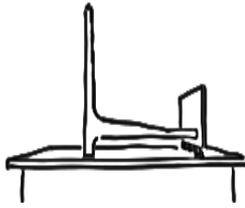


Figura 01- Igreja da Ascensão Do Senhor.



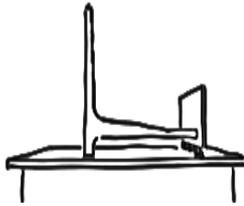
Fonte: <https://www.tribunasisaleira.com.br/2018/04/dia-do-indio-19-abril-na-aldeia-kiriri.html>, janeiro de 2019.

Figura 02- Igreja Matriz⁴.



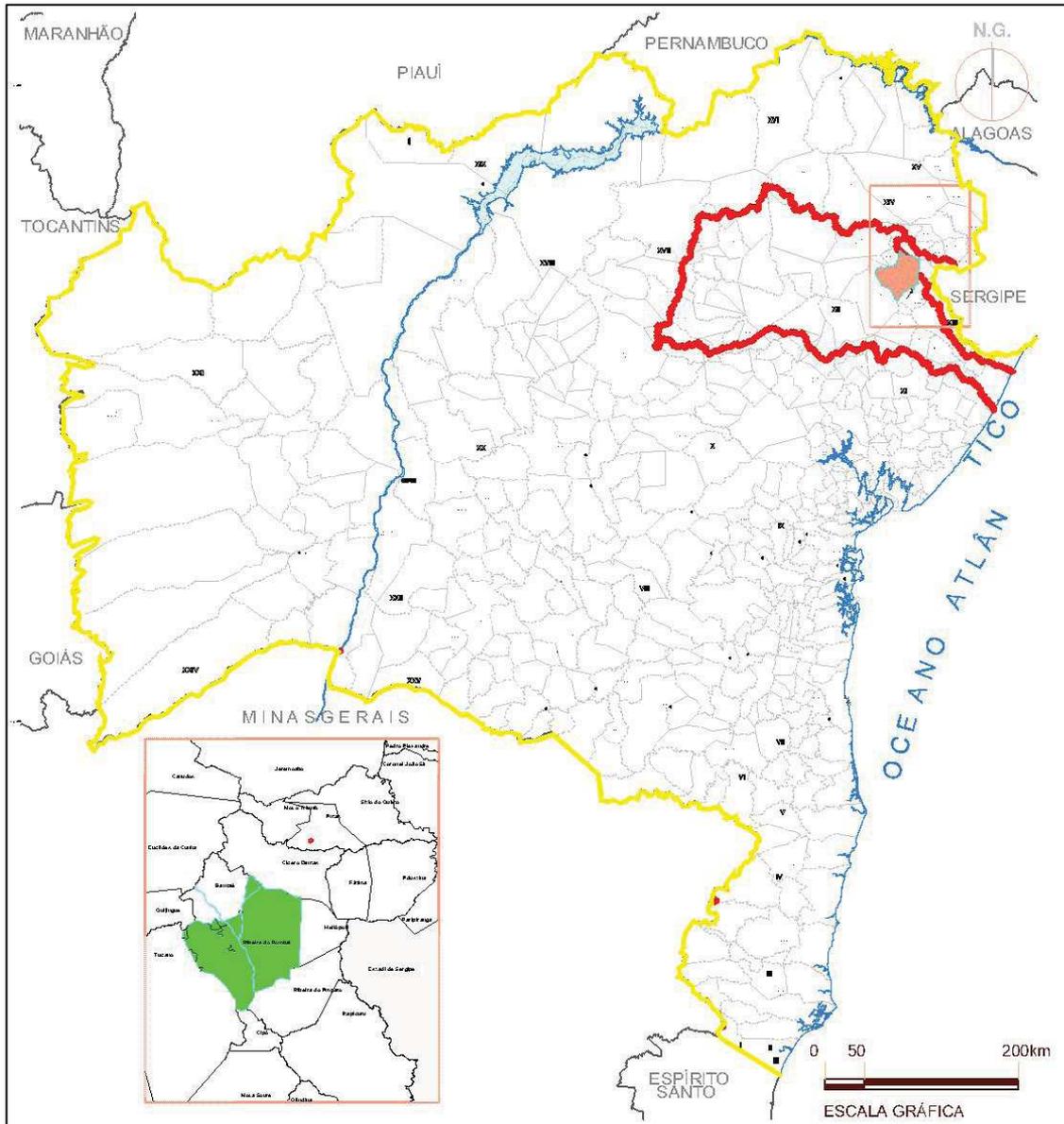
Fonte: [paroq-de-s-tereza-de-jesus-ribeira-do-pombal/](https://diocesedepauloafonso.com.br/paroq-de-s-tereza-de-jesus-ribeira-do-pombal/), janeiro de 2019.

⁴ Disponível em <https://diocesedepauloafonso.com.br/paroq-de-s-tereza-de-jesus-ribeira-do-pombal/>. Acesso em: 15 de janeiro de 2019



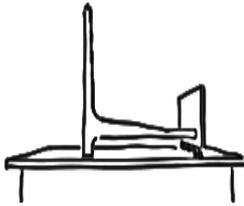
Em 1675, entretanto, Francisco Dias D'Ávila prometeu ajuda as missões dos Kiriris, facilitando, assim, o desenvolvimento da região, que hoje conhecida como Ribeira do Pombal

Diagrama 2 - Mapa do Estado da Bahia e Localização Do Município De Ribeira Do Pombal.



Elaborado por Roberval Teles, setembro de 2019.
Fonte: SEI-Mapa Temático - Bacias Hidrográficas.

-  TERRIÓRIO DE RIBEIRA DO POMBAL.
-  DIVIZA DO ESTADO DA BAHIA.
-  LIMITE DA BACIA HIDROGRAFICA DO RIO ITAPICURU.



A região de Ribeira do Pombal, por estar no meio do caminho entre Salvador e o Rio São Francisco, rota de tropeiros, aventureiros e outros viajantes, servia de parada para repouso, principalmente a aldeia de Canabrava. A ocupação da região foi feita por frentes pastoris e inúmeras fazendas de gado instaladas, a começar das margens dos rios. Ela está localizada no nordeste baiano, em um ponto estratégico no trevo entre a BR 110 e BR 410 que ligam a cidade à BR 116, uma das rodovias principais do país, e próximo as rodovias estaduais e do estado de Sergipe.(digrama 2).

Contemplada por rodovias federais e estaduais, a cidade exerce influência marcante na região, pois possui um repertório de estabelecimento comercial superior do que as cidades circo vizinhas.

O município se estende por 1.177,453 km² e segundo estimativa do IBGE para o ano de 2018 sua população atingirá com 52.956 habitantes. Localizada geograficamente nas coordenadas Latitude: 10° 49' 53" Sul, Longitude: 38° 31' 49" Oeste. O município faz divisas como varias cidade como, Banzaê, Cícero Dantas, Tucano, Ribeira do Amparo, Caldas de Cipó, Quijingue e Heliópolis, seu raio de influência abrange as cidade Nova Soure, Olindina, Itapicuru, Fátima, Ajustina, Novo Triunfo e Paripiranga. Antas, Sítio do Quinto e Jeremoabo.

Completando a análise da microrregião que o município de Ribeira do Pombal esta inserido segundo a Superintendência de Estudos Econômico Sociais da Bahia (SEI), classifica o município como pertencente a microrregião do Semiárido Nordeste II. Esse conceito de identidade territorial que inicialmente tem como base os movimentos sociais ligados à agricultura familiar e posteriormente estende-se a varias dimensões, incluindo a realidade urbana e as atividades dos setores econômicos secundários e terciários. Na microrregião do Semiárido Nordeste II, Ribeira do Pombal apresenta os melhores Índices de Desenvolvimento Humano-IDH em relação em relação aos outro município desta região. Ver Diagrama 3 e 4.

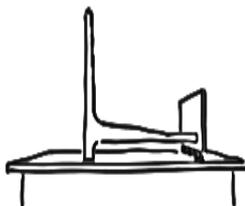
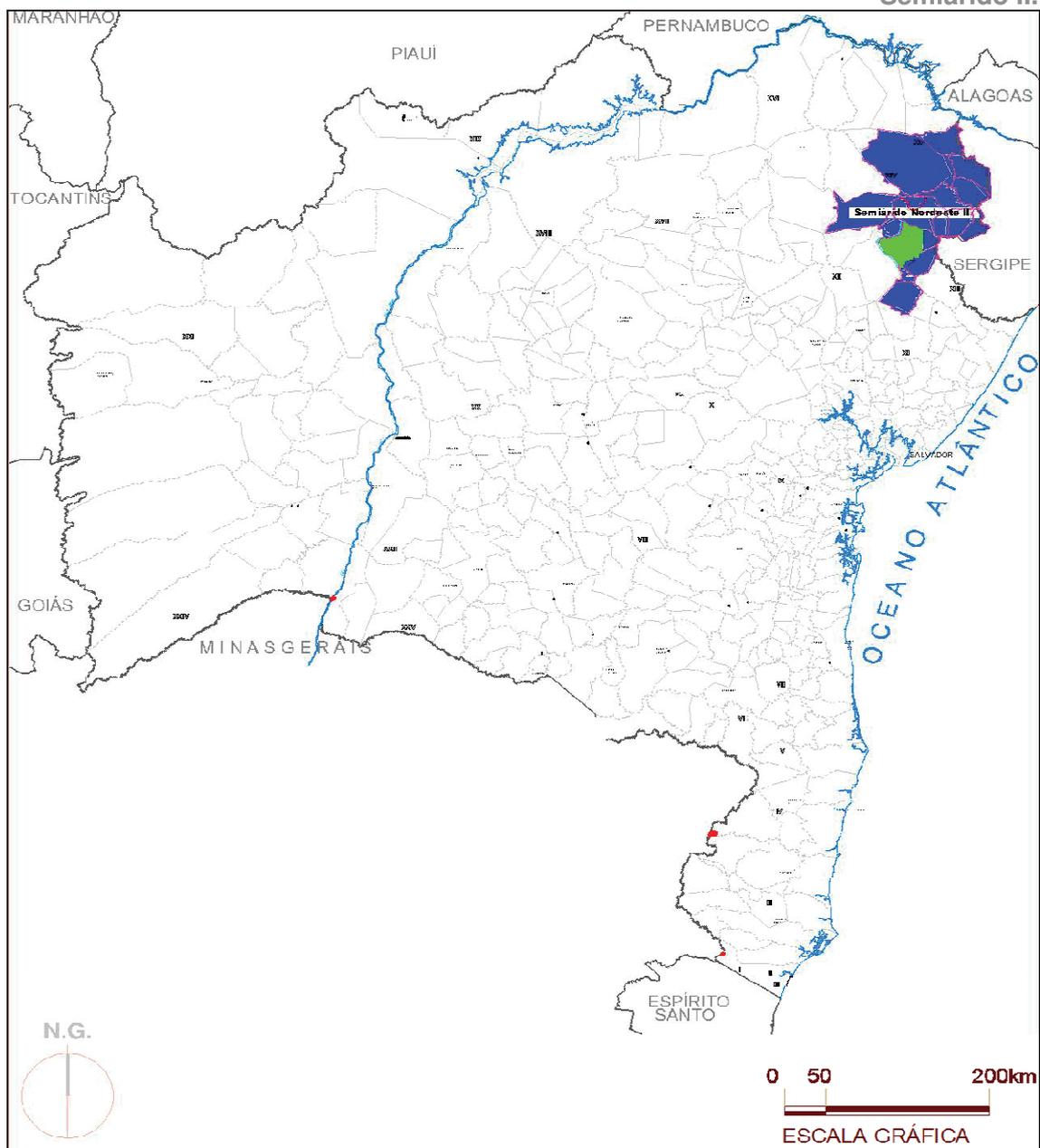


Diagrama 3 - Mapa da Bahia –Tema Território de Identidade Localização da Micro Região Nordeste Semiárido II.



Elaborado por Roberval Teles, setembro de 2019
Fonte: SEI-Mapa Temático- Território de Identidade

-  TERRITÓRIO DE RIBEIRA DO POMBAL INSERIDO NA MICROREGIÃO NORDESTE SEMIARIDO II;
-  MICROREGIÃO NORDESTE SEMIARIDO II

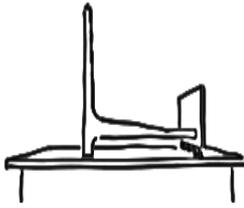
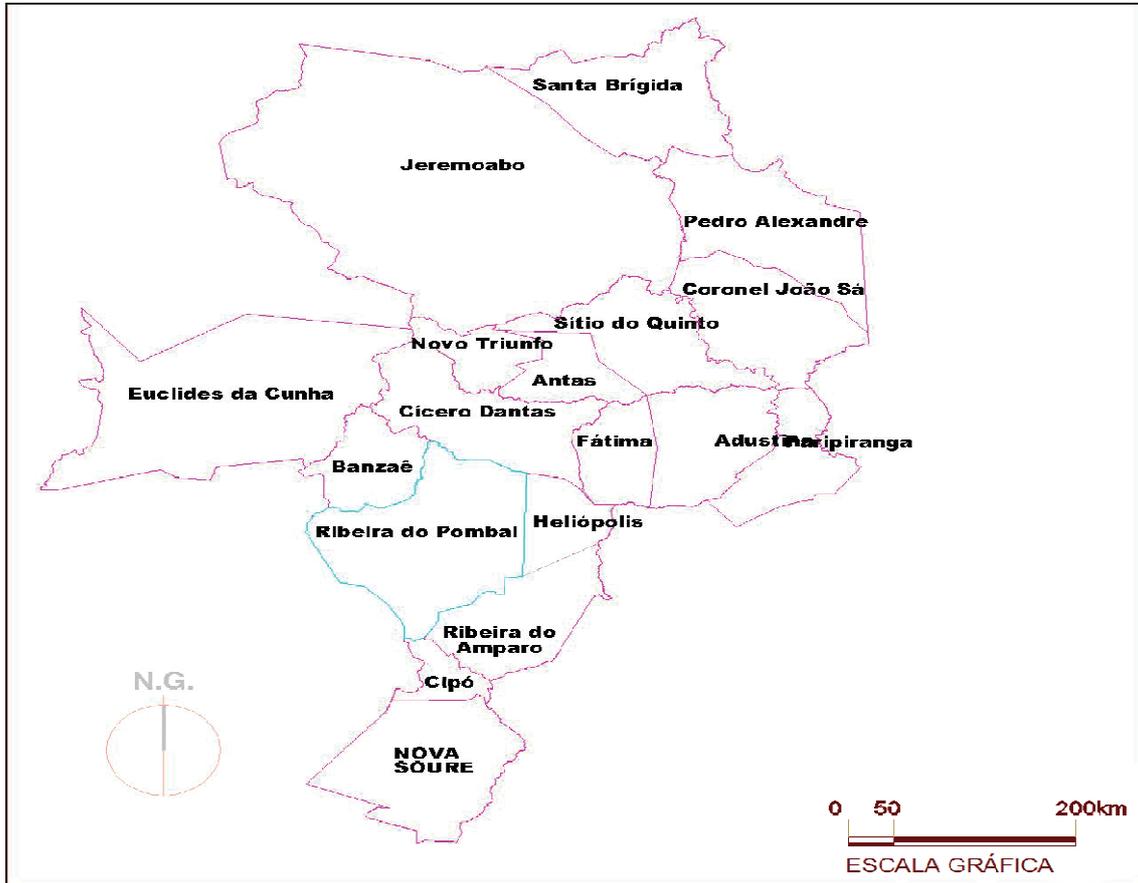


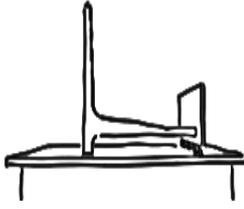
Diagrama 4 - Mapa da Micro Região Nordeste Semiárido II.



Elaborado por Roberval Teles, setembro de 2019.
Fonte: SEI-Mapa Temático- Território de Identidade.

-  MICROREGIÃO NORDESTE SEMIARIDO II; .
-  RIBEIRA DO POMBAL..

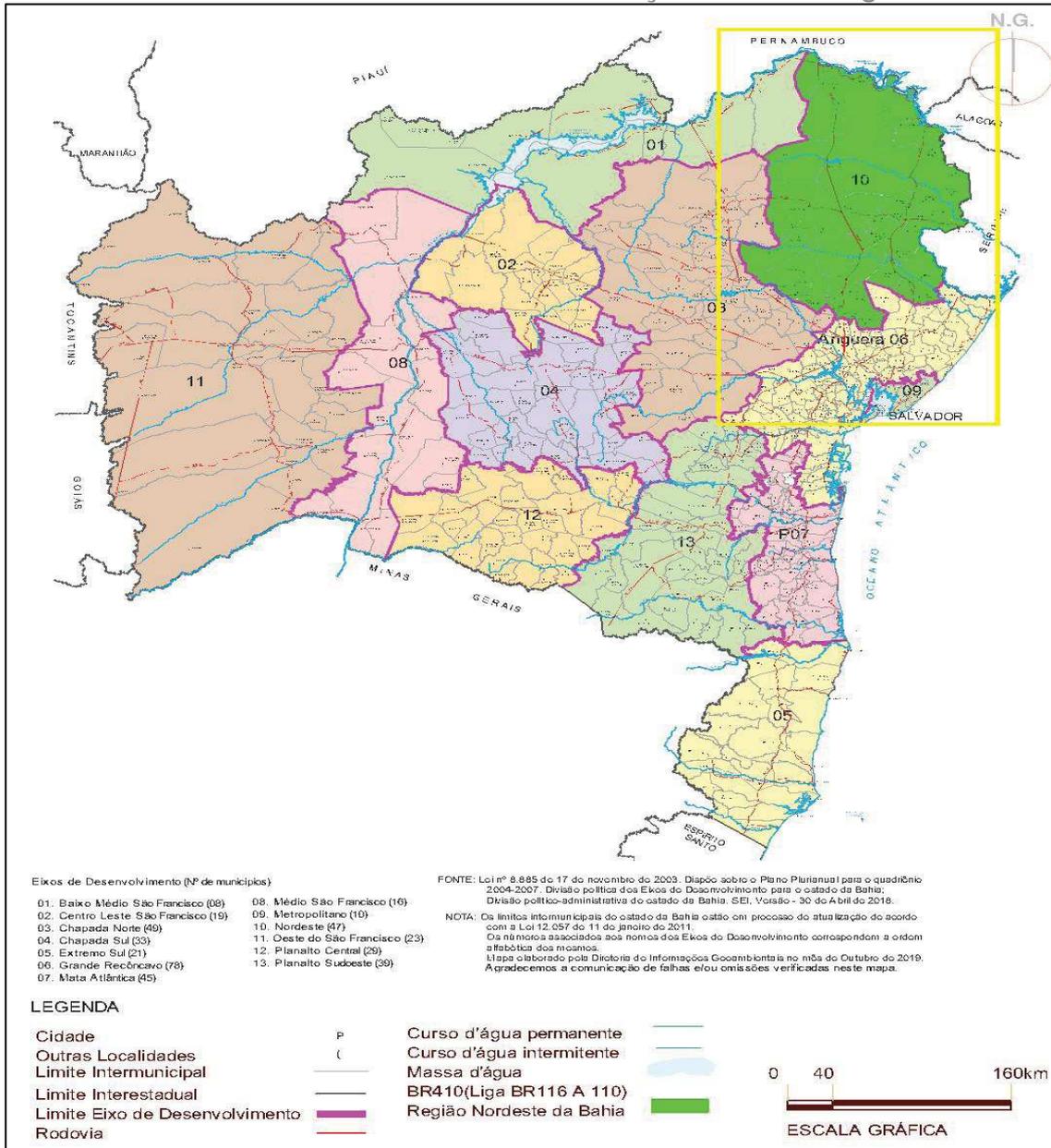
Outro tipo de classificação que Superintendência de Estudos Econômico classifica os municípios Baianos é em relação ao eixo de desenvolvimento que tem como base além da economia e da geografia, o elo de ligações desses municípios, pelas rodovias. Portanto de forma mais abrangente segundo o diagrama 5 e 6 de eixo de desenvolvimento econômico, o município Ribeira do Pombal esta inserida na Região Nordeste do estado da



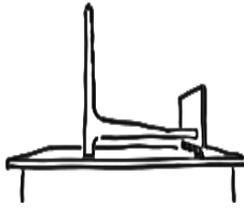
Bahia composta por 47 municípios e cortada de norte a sul pelas BR 116 e 110.

Já nessa configuração a cidade de Ribeira do Pombal divide sua centralidade com Euclides da Cunha, Serrinha e Paulo Afonso, sendo que as duas ultimas possuem um tecido urbano maior que Ribeira do pombal e Euclides da Cunha.

Diagrama 5 - Mapa da Bahia –Tema Eixo de Desenvolvimento Localização da Micro Região Nordeste.



Elaborado por Roberval Teles, setembro de 2019.
Fonte: SEI-Mapa Temático- Eixo de Desenvolvimento.

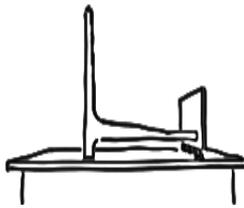


Para uma melhor compreensão da configuração territorial do município de Ribeira do Pombal, o diagrama 7 espoe a posição geografia da sede e os distritos no território, hidrografia e vias de acesso.

Diagrama 7- Mapa Geográfico de Ribeira do Pombal.

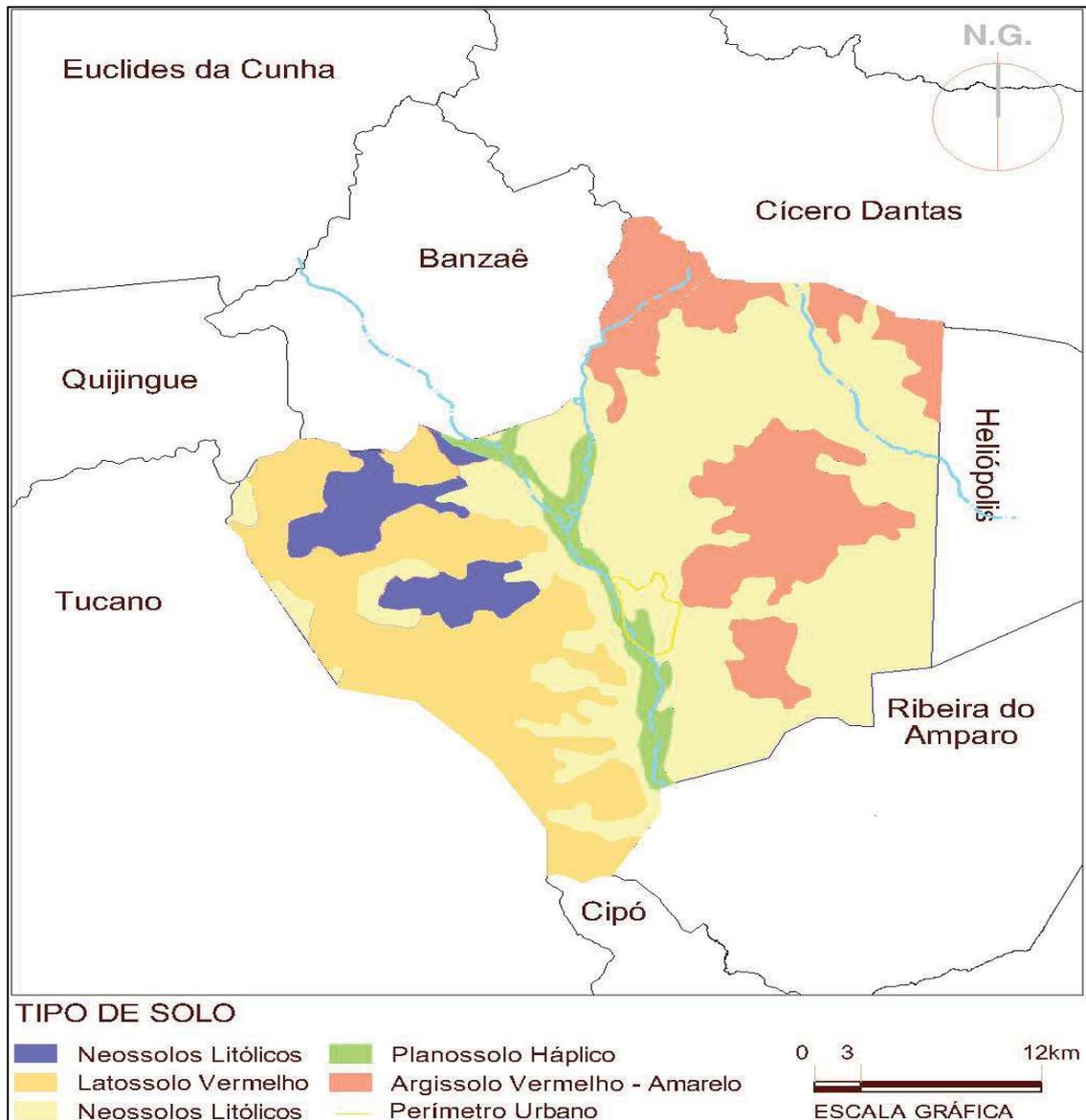


Elaborado por Roberval Teles, Outubro de 2019.
Fonte: SEI-Mapa Temático-Geográfico.



Complementado a análise territorial do município, os diagramas 8 e 9 onde estão representado o tipo do solo e a altimetria, onde pode se verificado que o perímetro urbano está locado na parte com altitude menor(ver diagrama 9), e que há um avanço do perímetro urbano para locais de solo planossolo Háplico(ver diagrama 8), “Ou sejam” a produção dos espaço urbano já direciona para as áreas com fragilidade ambiental.

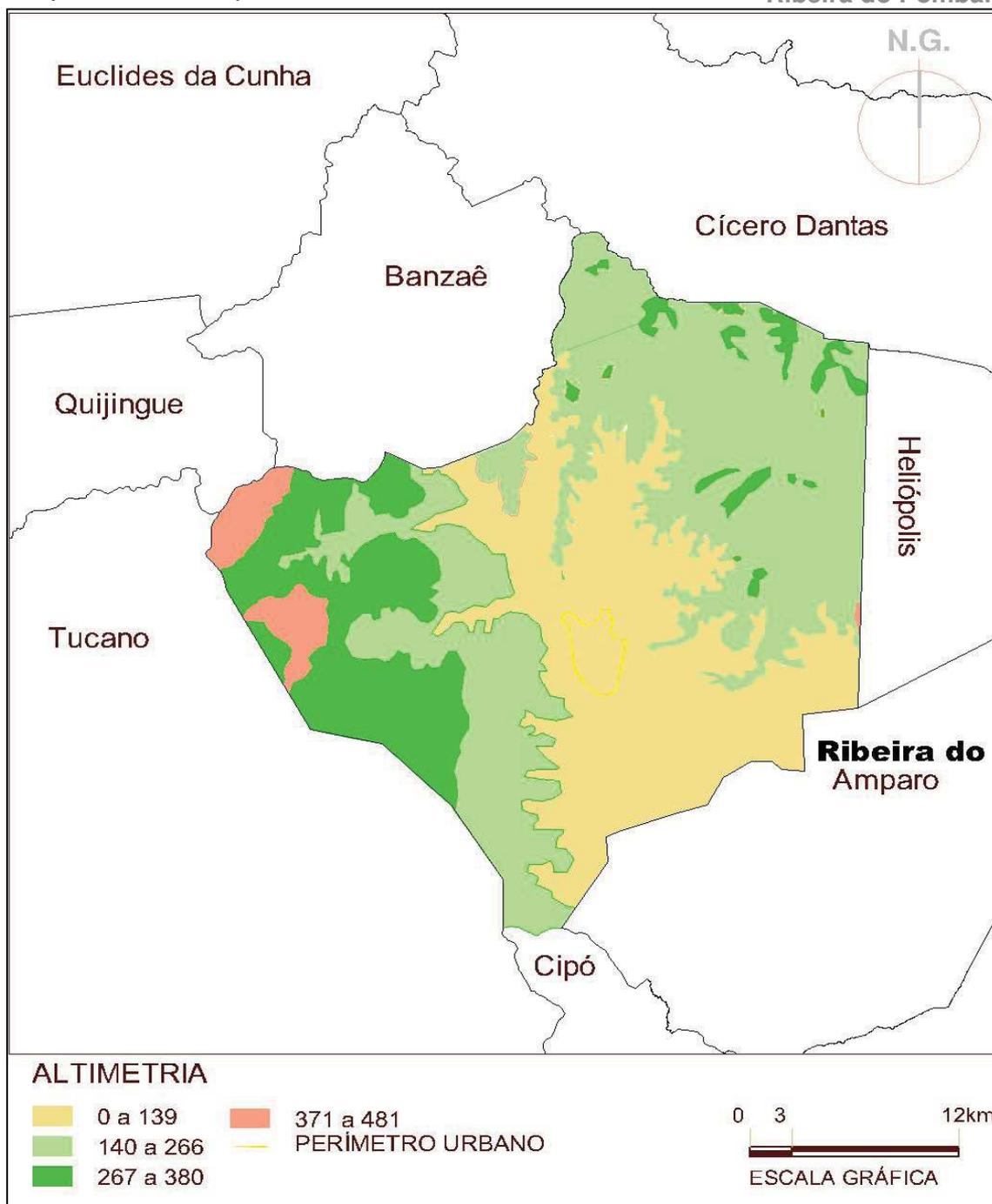
Diagrama 8- Mapa Temático de Tipo de Solo do Território de Ribeira do Pombal.



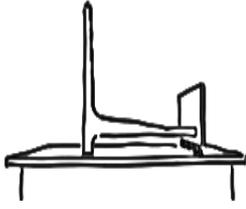
Elaborado por Roberval Teles, setembro de 2019
Fonte: SEI-Mapa Temático- Tipo de Solo

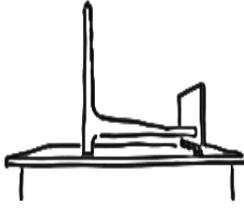


Diagrama 9- Mapa Temático de Altimetria do Território de Ribeira do Pombal.



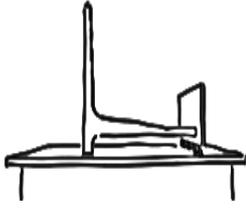
Elaborado por Roberval Teles, Outubro de 2019.
Fonte: SEI-Mapa Temático- Altimetria.

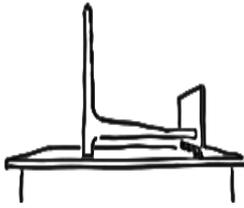




2.2

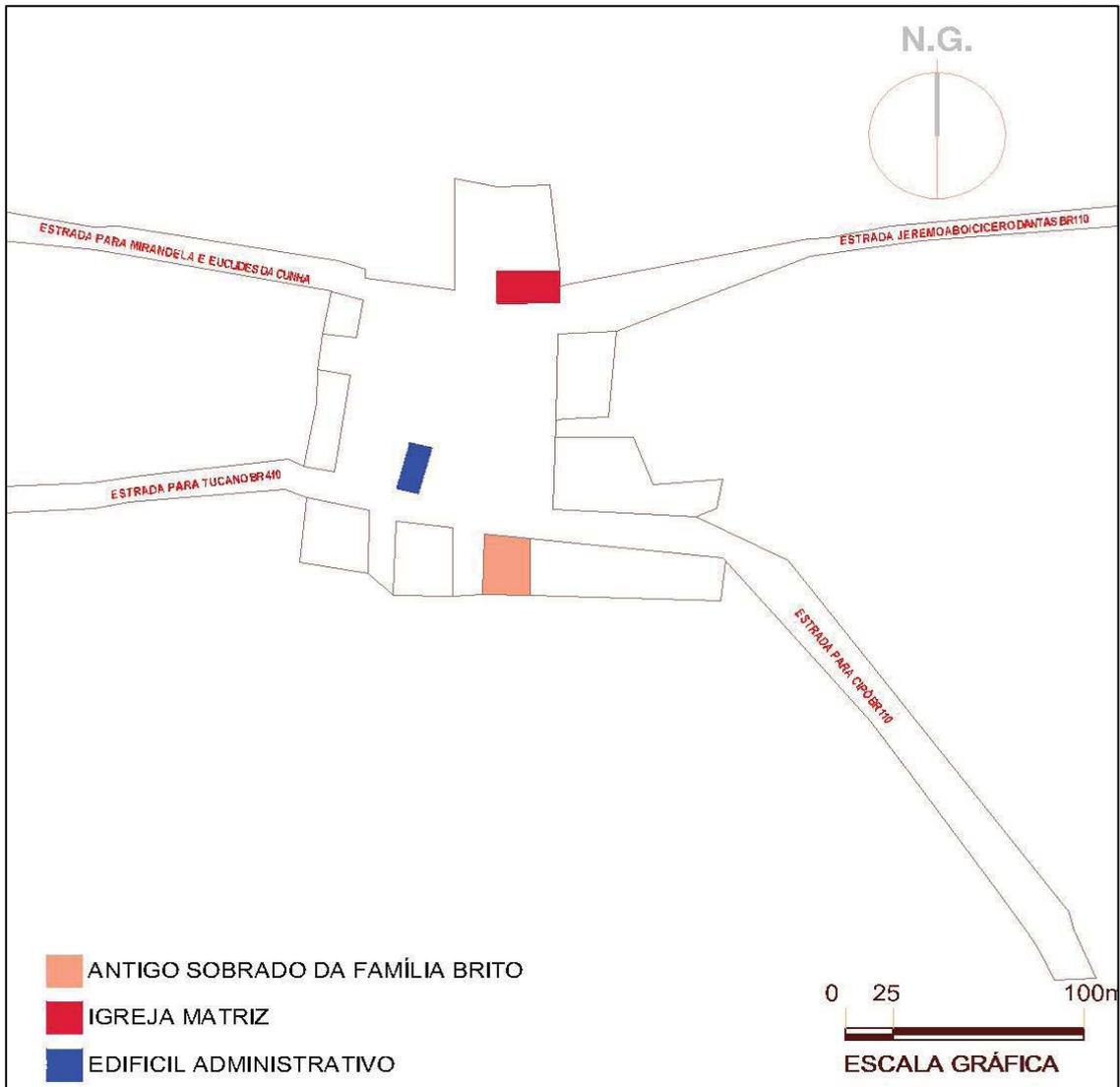
Característica da Produção do Espaço Urbano de Ribeira do Pombal até 1990.



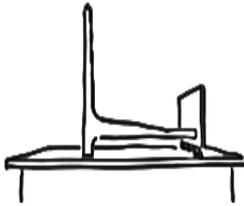


Com a transformação em vila a aldeia de Canabrava de Santa Tereza de Jesus dos Kiriris em meados de 1758, com a denominação de Pombal, foi consolidando o povoamento na região. Inicialmente o perímetro urbano da vila ocupava os redores da igreja matriz e nas décadas subsequente a malha urbana crescia lentamente as margens do perímetro administrativo da vila e se estendia pelas vias que lhe davam acesso, ver diagrama 10.

Diagrama 10 - Mapa do inicio da ocupação da vila Canabrava de Santa Tereza de Jesus dos Kiriris



Elaborado por Roberval Teles, setembro de 2019
Segundo dados históricos do IBGE:



No início do século XVIII o Colégio da Bahia mantinha, nas proximidades, algumas fazendas de gado bovino e de cultura de mandioca, milho e outros cereais, o que fortaleceu a exploração agropecuária local.

Em 1754 foi criada a freguesia, que tomou o nome de Pombal por ser seu pároco o padre João Campos de Cerqueira Pombal, parente do Marquês de Pombal.

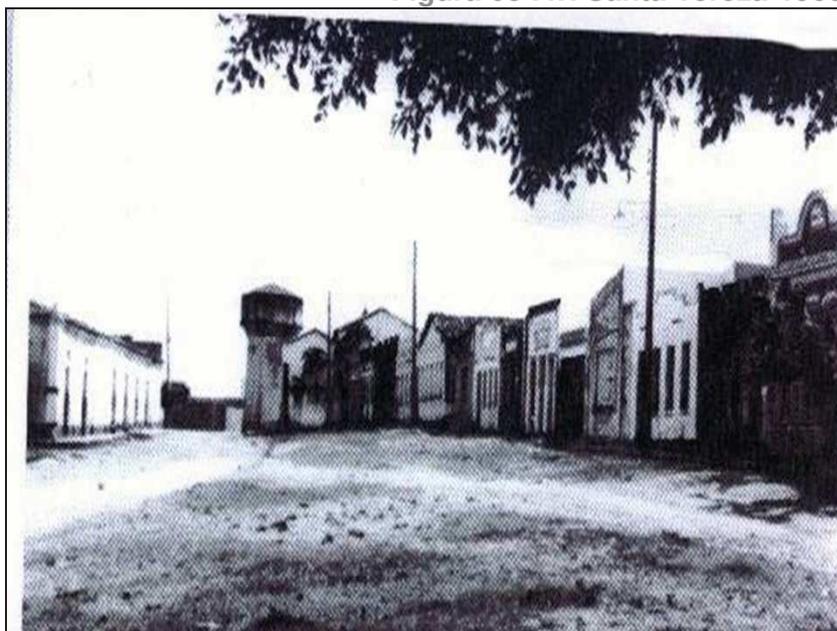
Carta Régia de 8 de maio de 1758, criou o Município, tendo sido instalado nesse mesmo ano pelo ouvidor de Sergipe, Miguel de Aires Lôbo de Carvalho. Fonte IBGE

Em 1911 a vila é constituída do distrito sede (Pombal) com dois distritos secundarias (Mirandela e Pedras). a partir da Revolução de Trinta, onde Getúlio Vargas acende ao poder da nação, iniciou-se um novo processo de readequação administrativa territorial, que segundo os decretos estaduais de nº 7455, de 23-06-1931, e 7479, de 08-07-1931, que determina a extinção da vila de Pombal e anexa seu território ao município de Cipó, como simples distrito. Mais dois anos depois, Pombal o então distrito de Cipó e elevado novamente à categoria de município com a denominação de Pombal, segundo o decreto nº 8643, de 19-09-1933. Constituído de 2 distritos: Pombal e Mirandela (ex-Mirandela e Pedras). “Assim permanecendo em divisões territoriais datadas de 31-XII-1936 e 31-XII-1937. Pelo decreto-lei estadual nº 141, de 31-12-1943, retificado pelo decreto estadual nº12978, de 01-06-1944, o município de Pombal tomou a denominação de Ribeira do Pombal.” Fonte ibge

Todo esse processo administrativo territorial retificou o potencial de Ribeira do Pombal em se torna embora pequeno, um aglomerado urbano promissor.

Essa malha urbana se expandiu até meados de 1960(figura 03 e 04), de duas formas: do lado sul e sudoeste da igreja matriz em um relevo plano foram edificadas as residências das famílias mais abastadas como o sobrado do coronel Ferreira Brito onde hoje está edificado o banco do Brasil além da câmara de vereadores, na extensão norte e leste foram edificados as residências das famílias menos abastadas. Sendo que essas características ainda estão presentes nos dias atuais embora com menos contrastes.

Figura 03-Av. Santa Tereza-1960



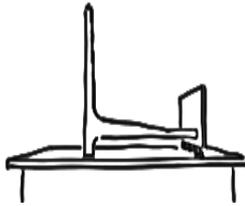
Fonte: paroq-de-s-tereza-de-jesus-ribeira-do-pombal, janeiro de 2019.

Figura 04-imagem do centro de Ribeira do Pombal -1980.



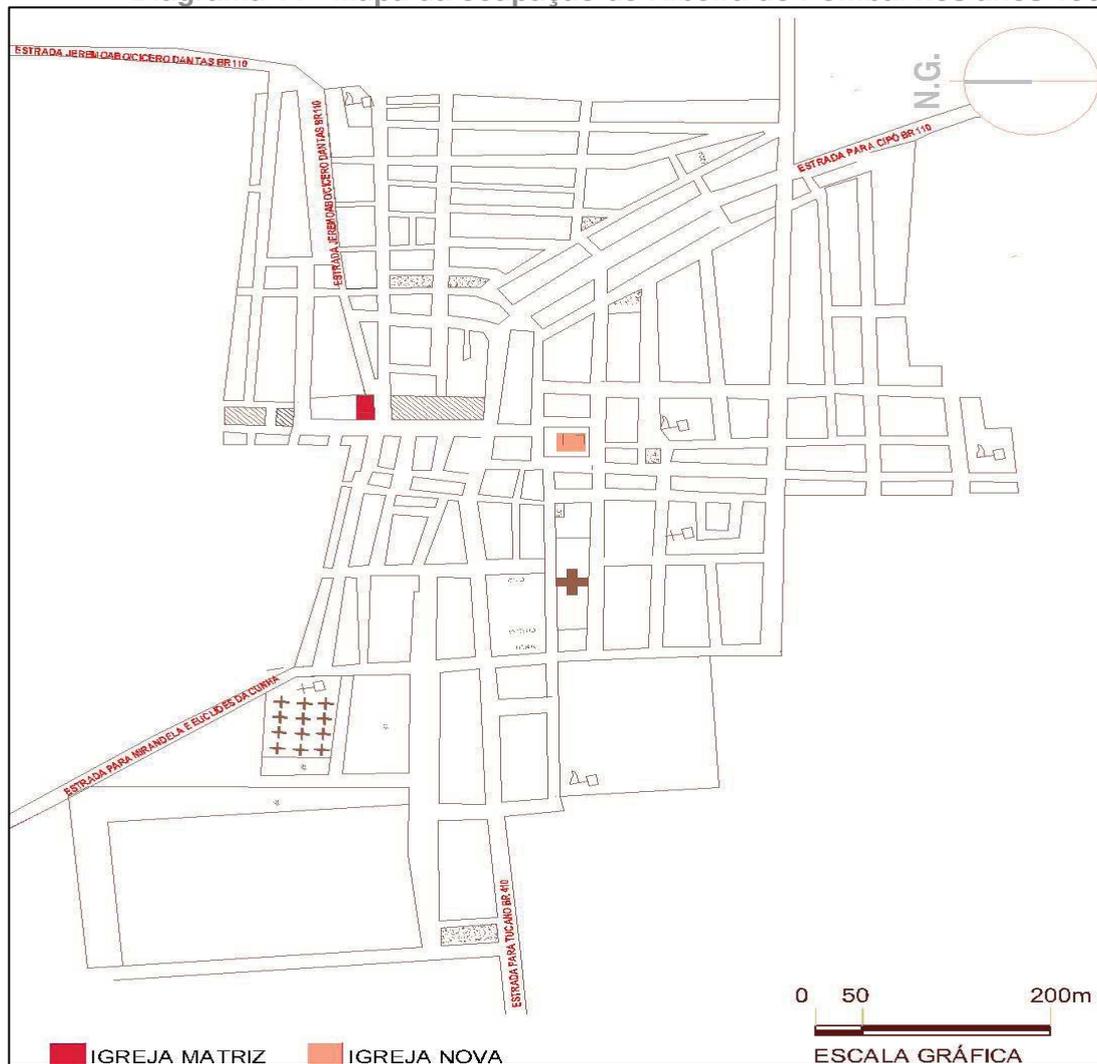
Fonte: paroq-de-s-tereza-de-jesus-ribeira-do-pombal, janeiro de 2019.

E importante frisar, através das informações do mapa de ocupação urbana exposto no diagrama 11 referente à ocupação urbana na década de 60. Onde nas extremidades do perímetro urbano localizavam-se as escolas publicas do município e que o crescimento da cidade já se estendia as franjas as margens, e aos acessos as rodovias de ligação as cidades vizinhas.

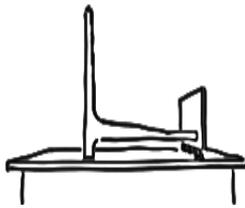


Já no final da década de 60 com o início das obras de terraplanagem e pavimentação da rodovia federal BR110 que liga Ribeira do Pombal a Cicero Dantas potencializou o povoamento da localidade Pombalzinho, que inicialmente foi povoada pela expansão da população rural existente na localidade e depois pelas famílias de baixa renda oriunda da zona rural do município ou imigrantes das cidades vizinhas.

Diagrama 11- Mapa da ocupação de Ribeira do Pombal nos anos 1960.



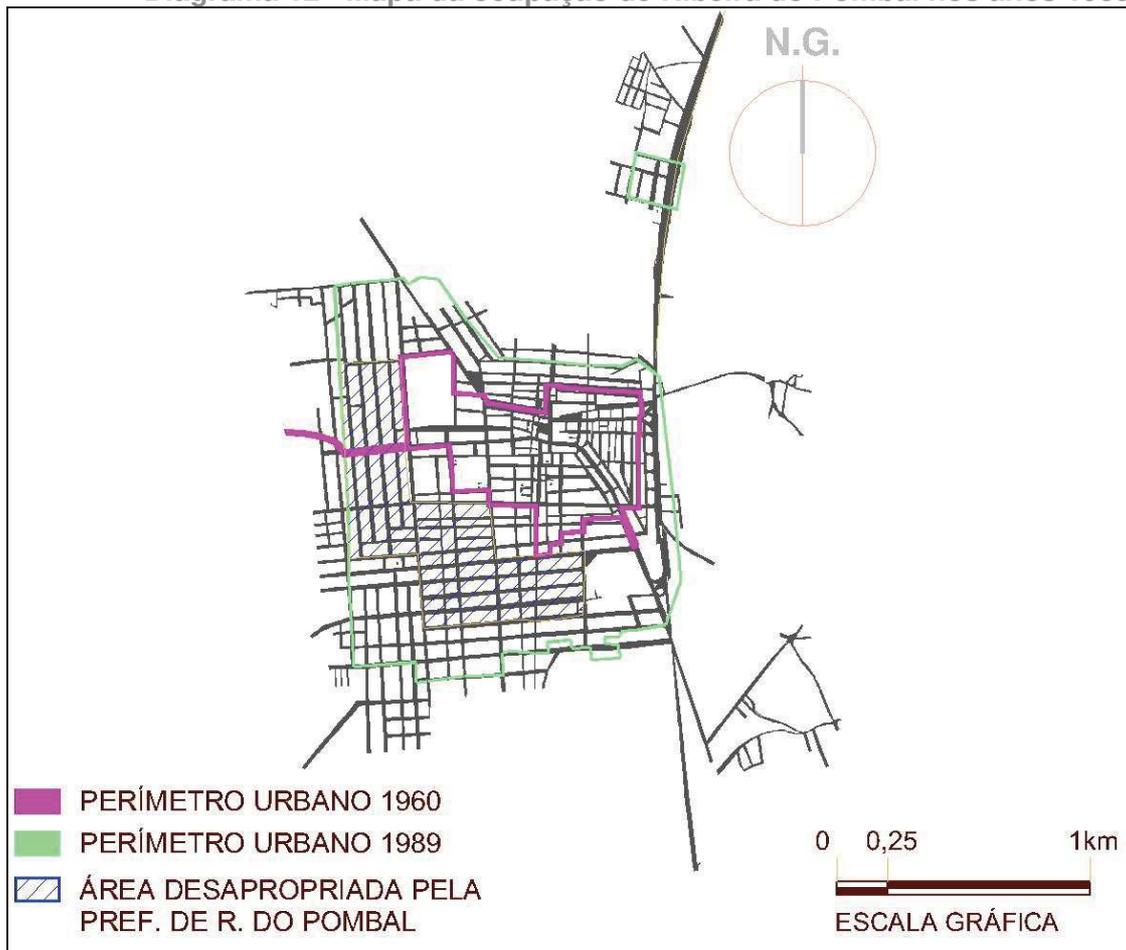
Elaborado por Roberval Teles, setembro de 2019



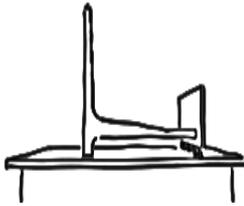
Posteriormente o bairro Pombalzinho foi contemplado com a instalação de garagem de empresas de transportes interestaduais (Gontigil e São Geraldo), como também pelo clubes sociais como a AABB(Associação Atlética Banco do Brasil) e Adelba (Associação de empregados da companhia de energia da Bahia).

Na década de setenta na administração do prefeito Edival Calazans Macedo (Divá) consistiu em uma intervenção agressiva do estado, neste caso a prefeitura, na expansão do espaço urbano do município. Em meado de 1976 a prefeitura chegou lotear uma área aproximadamente de 1,3km² que se estendeu do centro as partes sul e oeste da cidade conhecida como caburé (ver diagrama 12).

Diagrama 12- Mapa da ocupação de Ribeira do Pombal nos anos 1989.



Elaborado por Roberval Teles, setembro de 2019



Segundo Carlos, (2018) o papel do estado e suas políticas é fomentar e regular a espaço urbana.

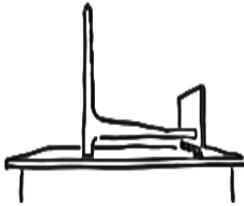
Mas, diferentemente das outras mercadorias, a produção do espaço diz respeito à produção das condições de reprodução da vida, o que recoloca a dimensão do uso e da apropriação, aprofundando as lutas pelo espaço. Nesse contexto, ganha ainda maior importância o papel do Estado, seja para regulamentar as alianças entre os setores fundiário, imobiliário e financeiro, seja na definição de projeto urbanístico de renovação/reestruturação urbana, ou ainda no uso do poder da violência para definir o lugar que cabe a cada um na cidade, como ocorre nos processos violentos de reintegração de posse em terrenos ou edificações ocupadas. (CARLOS, et al, 2018, p. 71).

Vale ressaltar que o protagonismo do estado na construção desse loteamento, iniciou-se na desapropriação das terras em questão que não tinham escrituras lavradas em nome dos proprietários, esses agentes fundiários com posse de recibos de compra e vendas de suas propriedades, ficaram refém da ação do estado em determinar quais áreas seriam desapropriadas e quanto seria pago ou até mesmo não haveria pagamento para a aquisição do estado.

Correia, 1995 retifica a atuação do estado:

Uma primeira observação refere-se ao fato de o Estado atuar diretamente como grande industrial, consumidor de espaço e de localizações específicas, proprietário fundiário e promotor imobiliário, sem deixar de ser também um agente de regulação do uso do solo e o alvo dos chamados movimentos sociais urbanos (CORREA, 1995, p.24)

Apesar desses loteamentos terem sido geridos pela prefeitura, não atendeu em sua maioria as necessidades de infraestrutura requerida para esse tipo de intervenção na malha urbana. Pois essas áreas loteadas não tinham sistema de drenagem pluvial adequado e constantemente, no período das trovoadas, chegavam à interdição de vias por causa da erosão, e em alguns casos, durou anos para serem corrigidas, além do desmoronamento de casas que ficavam próximas do caminho percorrido pelas águas durante as chuvas.



Outro problema de infraestrutura sofrido pela população desse loteamento era a falta de água potável. Apesar das áreas serem contemplada pela rede de distribuição de água, a companhia de água da Bahia (Embasa) não tinha reserva suficiente para atender essa região, por isso a frequente da falta de água.

Além de não serem pavimentadas a vias desse loteamento não possuíam meio fio e suas quadra tinha mais de 150 metros de testada, estando em inconformidade com a lei Federal nº6766 de uso e ocupação do solo.

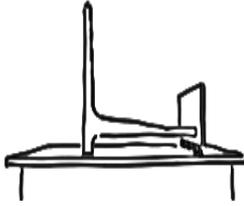
Já na década de 80 e 90 consolidou a ocupação dos loteamentos na região loteada por Divá, e surgiu novo loteamento na região conhecido como Pedro Tibúcio a sudoeste da cidade atrás da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural Bahia (Ematerba), e nas áreas próximo ao cemitério novo a noroeste da cidade na saída para a cidade de Tucano.

Mas a expansão do tecido urbano não se limitava as áreas descritas acima, a cidade cresceu também para o sentido norte e leste as margem do tecido existente provocada pela relocação da feira livre que ficava no centro da cidade que foi relocada para a porção leste as margens da BR110 e limitada por elas, ou na porção nortes que ficou limitada pelo o açude.

A expansão da parte norte e lestes nesse período foi constituída na maioria das vezes por famílias de baixa renda, já na porção sudoeste foi povoada primeiramente por famílias de baixa renda e em seguida por família da classe C e D constituído de funcionários públicos que comparam boa parte dos lotes na fase de implantação dos loteamentos.

Quanto ao Estado, gerido neste período por Pedro Rodrigues e Nilson Brito, limitou-se a regular os tamanhos das glebas e a exigência de se seguir o formato predominante do tecido urbano constituído por quadras retangulares e caixas de ruas largas, superiores as 9 metros.

Quanto a infraestruturas das regiões sudoeste e noroeste, sofreram com falta de pavimentação, precarização do fornecimento de água e a inexistência de sistema de drenagem pluvial adequada.

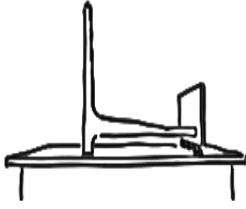


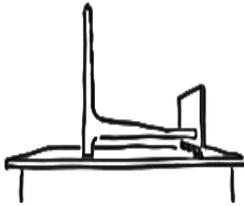
Contudo a produção do espaço urbano de Ribeira do Pombal até 1990 trouxe sequelas para as administrações municipais futuras, pois até 1990 a cidade só tinha 30% das ruas pavimentada e não existia nenhum metro de rede de esgoto implantado. Um reflexo de processo desastroso de expansão da malha urbana vivido em muitas pequenas cidades nacionais.

2.3



Marco Legal Que Regem A Produção e Modelação do Espaço Urbano e Sua Aplicação na Produção do Espaço Urbano Atual de Ribeira do Pombal.





Partindo da Constituição Federal de 1988, que, além de dar ênfase à questão urbanística sendo a primeira constituição brasileira a tratar explicitamente da questão ambiental redefiniu a função social da propriedade. A Lei 10.257/2001, intitulada Estatuto da Cidade, regulamentou os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, que no Capítulo II, Da Política Urbana, tendo como base o art. 170, que indica ter a ordem econômica o fim de assegurar a todos existência digna. Portanto, retifica como instrumento indispensável à política urbana. Ainda no artigo 182, em igual sentido do artigo 170, solidifica que a política de desenvolvimento urbano, a ser executada pelo Poder Público municipal, objetiva “ordenar o pleno desenvolvimento social da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes”.

Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes. (Regulamento) (Vide Lei nº 13.311, de 11 de julho de 2016)

§ 1º O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

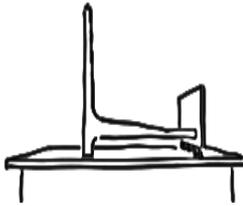
§ 2º A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.

§ 3º As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro.

§ 4º É facultado ao Poder Público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de:

I - parcelamento ou edificação compulsórios;

II - imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo;



III - desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.

Art. 183. Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

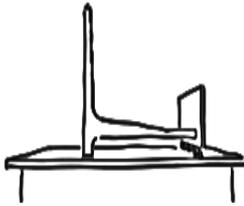
§ 1º O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil.

§ 2º Esse direito não será reconhecido ao mesmo possuidor mais de uma vez.

§ 3º Os imóveis públicos não serão adquiridos por usucapião. (BRASIL, 1998).

Para cumprir esse objetivo, o artigo determina que será seguida diretrizes gerais fixadas em lei, lei essa que, pelo menos para as cidades com mais de vinte mil habitantes, não poderia ser outra e a situação fática, em se tratando de meio urbano, apenas no plano diretor se vislumbra com maior clareza tal possibilidade, e mesmo assim de modo limitado, devido à multiplicidade de situações. A obrigatoriedade de sua revisão periódica dá ao plano diretor a possibilidade de ajustes diante da dinâmica do mundo moderno e possibilita uma maior aproximação entre o comando normativo e a situação fática. Neste artigo, busca-se definir elementos relevantes do Estatuto da Cidade quando o problema ambiental pode ter origem no uso e ocupação do solo e em obras de engenharia, inclusive as de infraestrutura.

É importante retificar que todas as questões atuais que se referem a as leis vigentes do município, que rege a produção e modelação do espaço urbano passou pelo um processo de discussões nacionais que culminaram nos artigos 182º e 183º da constituinte de 88 passando pela Lei 9785 até a criação do estatuto da cidade em 2001, onde tornou evidente a participação do município em ordenar regular o espaço urbano.



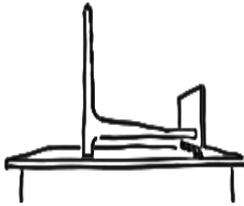
Segundo a Secretaria de Obras e urbanismo do município de Ribeira do Pombal, as leis que regulam o espaço urbano e sua expansão são as seguintes Leis municipais: Lei Complementar Nº 030 de 26 de Dezembro de 2014 que *dispões sobre o Código de postura do município de Ribeira do Pombal e dar outras providências, Lei Nº 606 de 05 de Novembro de 2013 que “estabelece a politica municipal do meio Ambiente e da providencia à Biodiversidade e crua o sistema municipal do meio ambientes-SISMUMA, do Município de Ribeira do Pombal, Bahia e dá outras providencias” e as leis Federais: Lei Nº 6766 de 19 de Dezembro de 1979 que “Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências.” A a Lei N.º 9.785, DE 29 DE JANEIRO DE 1999 que “Altera o Decreto – Lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941 (desapropriação por utilidade pública) e as Leis n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (registros públicos), e nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979 (parcelamento do solo urbano);”, sendo essa ultima lei, instrumento que possibilitou maior autonomia para regular o uso e parcelamento do solo urbano.

Após a revisão bibliográfica dessas leis foi observada algumas deficiência, especialmente no Código de Postura onde fazem referencias a instrumento que o município ainda não detém, com exemplo o Art. 4º “Parágrafo único, onde no item quinto que se refere a Plano Diretor e Ambiental, sendo que o município não tem ate então plano diretor aprovado pela Câmara de Vereadores, como apontam os artigos 4º da referida Lei Nº 030 de 26 de Dezembro de 2014,:

Art. 4º O Sistema de Fiscalização de Postura Municipais será integrado, sem prejuízo de outros setores, pelos serviços de Vigilância e Inspeção Sanitária, Fiscalização de Obras, Fiscalização Ambiental, Fiscalização de Trânsito, Guarda Municipal, Procuradoria e Fiscalização Tributaria.

Paragrafo único. As atividades do Sistema de Fiscalização de Posturas Municipais serão desenvolvidas com base nos seguintes instrumentos;

- I- Normas integrantes do conjunto de postura do município;
- II- Cadastro Técnico Municipal do imóvel;
- III- Cadastro de Contribuinte de ISS;
- IV- Cadastro de Logradouros Públicos;



V- Plano Diretor e Ambiental de Ribeira do Pombal;
VI- Lei de Uso e Ocupação do Solo;
VII- Cadastro Municipal de Publicidade... (RIBEIRA DO POMBAL, 2014).

Já no capítulo VIII seção III sobre Arborização em loteamento Atr. 122º Paragrafo terceiro onde afirma que “Nos projetos de parcelamento do solo, o percentual de 30% (trinta por cento), a ser doado ao Município para áreas de parques, praça e jardins, deverá ser localizado de modo a aproveitar ao máximo a vegetação Arbórea existente na área”. Portanto existe uma inconsistência, pois na Lei de uso e ocupação do solo, lei 6.766/79 define no Art. 4º. Os loteamentos deverão atender, pelo menos, aos seguintes requisitos no inciso IV primeiro paragrafo:

§ 1º A percentagem de áreas públicas prevista no inciso I deste artigo não poderá ser inferior a 35% (trinta e cinco por cento) da gleba, salvo nos loteamentos destinados ao uso industrial cujos lotes forem maiores do que 15.000 m² (quinze mil metros quadrados), caso em que a percentagem poderá ser reduzida.

E a lei 9785/99 que altera o inciso IV primeiro paragrafo com nova redação dá autonomia aos municípios para legislar sobre a percentagem de áreas públicas. Contudo, quando o código de postura normatiza que 30% para áreas a serem doada ao poder publico terão de ser destinada para parques, praça e jardins excluindo as vias, conseqüentemente o hipotético loteamento terá mais de 35% por cento de áreas publicas, sendo que até o presente momento não existe os seguintes instrumento de regulação desses percentuais como: zoneamento. Código de obra e plano diretor.

Contudo é de estrema urgência que o Município de Ribeira do Pombal labore ponha em vigor o Código de obras, o plano diretor e defina com sobriedade o limite urbano do município, pois é notório não só no Município de Ribeira do Pombal, mas a maiorias dos municípios brasileiros terem dificuldades em legislar o espaço urbano.

Segundo Cymbalista (In.: BRUNO,2007):



Do ponto de vista institucional, é também importante um reflexão crítica em torno das conquistas. Para citar apenas alguns dos principais desafios: a opção municipalista da constituição produziu grandes lacunas institucionais e administrativas ainda em aberto para as regiões metropolitanas; a atribuição do município com regulador do território rural ainda carece de experiência, de instrumentos e de capacidade de gestão para transforma-se em realidade; os princípios do direito urbanístico estão ainda longe de serem apropriados pelo Judiciário e pelo Ministério Público como um todo.(p.29).

A relação das leis e o território não ficaram só no campo urbano, pois, a partir de 2011 varias leis estaduais que retificaram os limites atual do território do município de Ribeira do Pombal e conseqüentemente os territórios dos municípios próximos e vizinhos. A lei nº 12.057 de 11 de janeiro de 2011 que “dispõe sobre a atualização das divisas intermunicipais do estado da Bahia, e adota providências correlatas”, portanto a lei descrita acima é o ponto de partida a atual divisão intermunicipal da região. O diagrama 13 mostra o território de Ribeira do Pombal em 2011.

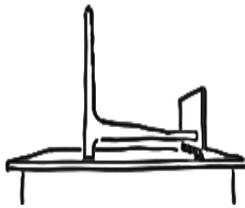
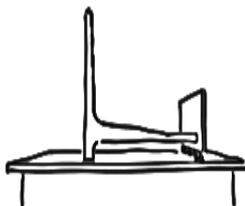


Diagrama13 - Mapa do território de Ribeira do Pombal em 2011.

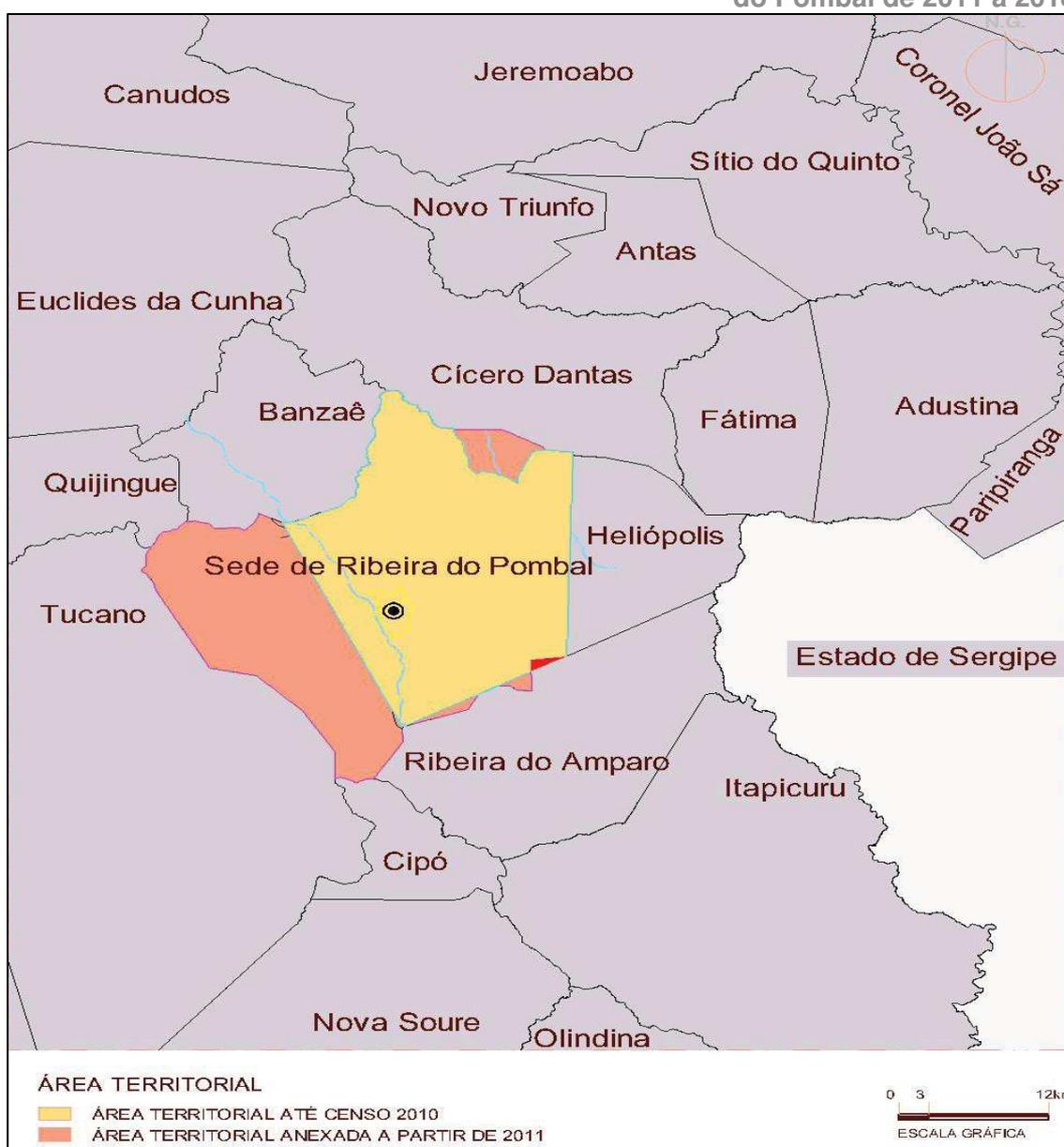


Elaborado por Roberval Teles, setembro de 2019



Este processo se estendeu, passando pela Lei Ordinária Nº 13360, de 29 de junho de 2015 chegando a lei nº 14.092 de 29 de abril de 2019 que: "Atualiza, de acordo com a Lei nº 12.057, de 11 de janeiro de 2011, os limites dos municípios de Cícero Dantas, Coronel João Sá, Jeremoabo, Nova Soure, Novo Triunfo, Paripiranga, Pedro Alexandre, Ribeira do Amparo, Ribeira do Pombal, Santa Brígida e Sítio do Quinto." Contudo os diagramas 14 e 15 mostram o território em processo de anexação ao município de Ribeira do Pombal e o território atual

Diagrama 14 - Mapa do território em processo de anexação de Ribeira do Pombal de 2011 a 2018



Elaborado por Roberval Teles, setembro de 2019

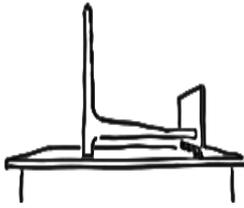
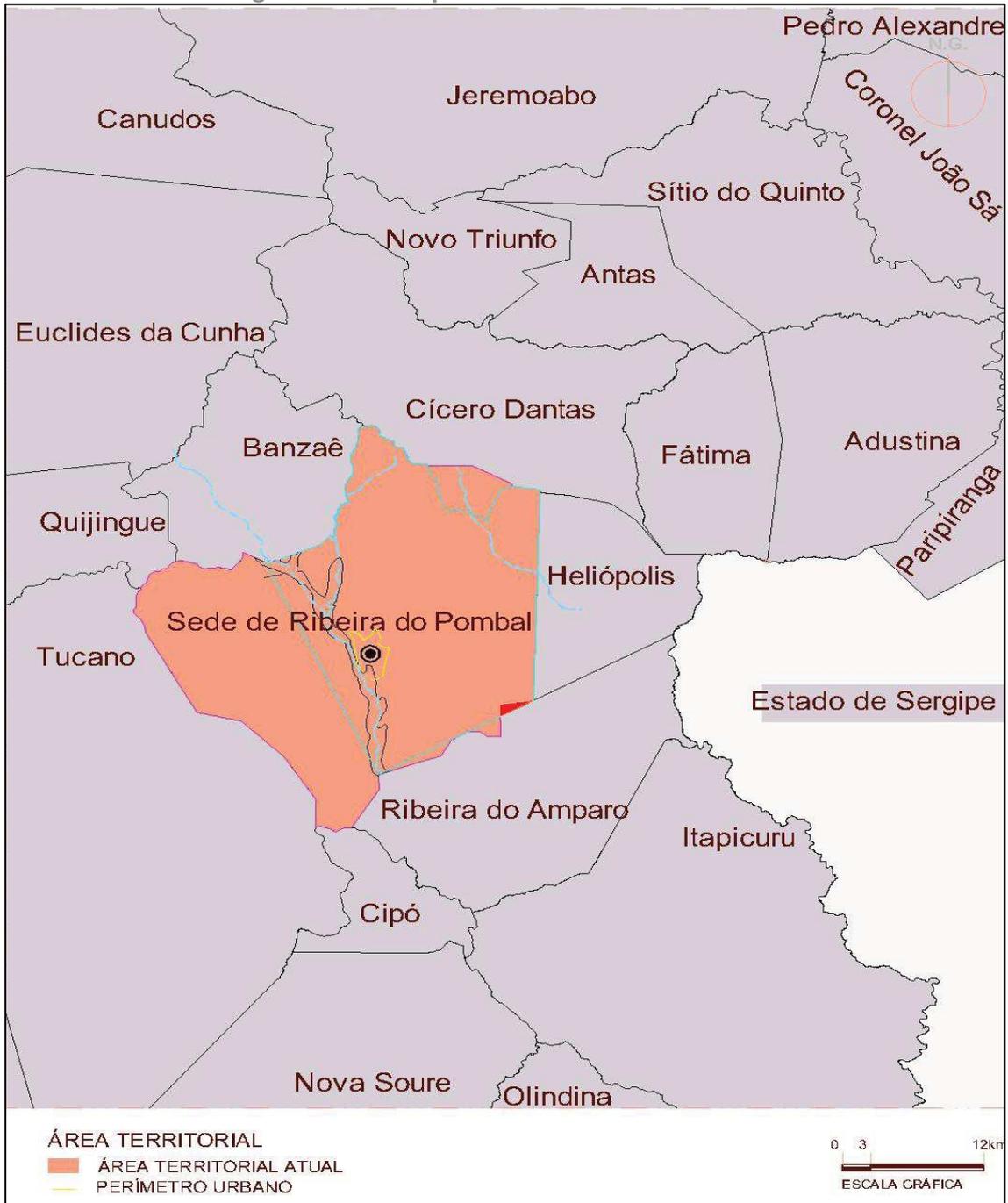
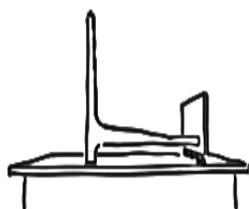


Diagrama 15 - Mapa do território de Ribeira do Pombal ano 2019

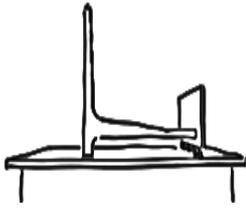


Elaborado por Roberval Teles, setembro de 2019.

2.4



Dados Estatístico e Suas Relações com a Produção do Espaço Urbano.





Nos últimos 50 anos, o município de Ribeira do Pombal apresentou variação de crescimento populacional diferente do verificado no estado da Bahia. Segundo a tabela 04, extraída dos dados dos censos demográficos de 1970 a 2010, onde compara o crescimento populacional do município em relação ao estado, expressa uma discrepância na variação de crescimento populacional do censo demográfico de 1991 onde teve um valor negativa de (6,95%) de crescimento, ou seja a população absoluta do município no censo de 1980 era de 45.684 habitantes e no censo seguinte houve uma redução de 3.175 habitantes sendo num total de 42.509. Esta anomalia é explicada com o desmembramento do território de Ribeira do Pombal, por força de Lei Estadual, de 24/02/1989 onde o antigo distrito da Mirandela (Saco dos morcegos) foi elevado à categoria de cidade, com sede no antigo distrito de Banzaê.

TABELA 4 - POPULAÇÃO E VARIAÇÃO DE CRESCIMENTO-1970-2018

Ano	Estado da Bahia		Ribeira do Pombal	
	Absoluta	Varição %	Absoluta	Varição %
1970	7.386.278	-	38.968	-
1980	9.454.346	28,00%	45.684	17,23%
1991*	11.867.991	25,53%	42.509	-6,95%
2000	13.070.250	10,13%	46.254	8,81%
2010	14.021.432	7,28%	47.518	2,73%
2018**	14.800.000	5,55%	53.807	13,23%

*O MUNICIPIO DE RIBEIRA DO POMBAL FOI DIVIDADO EM DOIS(RIBEIRA DO POMBAL E BANZAÉ)

** DADOS ESTIMADO PARA 2018

Elaborado por Roberval Teles,2019. Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010

A diferente taxa de crescimento entre o estado da Bahia e o município de Ribeira do Pombal Não esta restrita aos dados do censo de 1991, pois no censo de 2010, com variação de 2,73%, ou seja, mais de 50% abaixo do que



verificada no estado, que foi de 7,28%. Vale ressaltar que a projeção do crescimento populacional segundo o IBGE para o ano de 2018 apresenta tendência opostas, enquanto a variação populacional estadual apresenta queda em relação ao censo 2010, o município apresenta alta, ou seja em 2010 o estado teve variação populacional de 7,28% e a projeção para 2018 e de 5,55%, já o município teve variação em 2010 de 2,73% e sua projeção para 2018 fica em torno de 13,23%. Portanto o município tem uma tendência de aumento populacional maior do que o estado para 2018, mas os resultados das projeções serão revisados após censo que será realizado em 2020.

Quanto à ocupação do território pela população, o município de Ribeira do Pombal apresenta uma mudança drástica no intervalo entre o censo demográfico de 1970 e o censo 2010, onde segundo a tabela 5, em 1970 19,20% da população, cerca de 7.486 habitantes residia na zona urbana e 80,80% da população ou cerca de 31.504 habitantes ocupava a zona rural. No censo de 1991 a população urbana passa a rural, sendo que em percentuais a relação fica em torno de 51,18% urbana e 48,82% rural, mesmo com a perda de habitantes para o município Banzaé recém criado.

TABELA 5 - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO NO TERRITÓRIO -1970-2018

Ano	URBANO	%	Rural	%
1970	7.486	19,20%	31.504	80,80%
1981	13.479	29,01%	32.987	70,99%
1991	21.757	51,18%	20.752	48,82%
2000	25.374	54,86%	20.880	45,14%
2010	29.756	62,62%	17.762	37,38%

Elaborado por Roberval Teles, 2019. Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010

Seguindo uma tendência nacional, foi constatado no censo demográfico de 2010 que o percentual de habitantes residindo nas áreas



urbanas aumentou, pois 62,62% da população, cerca de 29.756 habitantes residia na zona urbana, consolidando esta tendência.

Analisando o número de habitantes residente na zona rural em 1970 e 2010, verificou-se que a população rural diminuiu em quarenta anos, quase a metade, passando de 31.504 em 1970 para 17.762 em 2010.

Esse crescimento da população urbana tem reflexo na malha urbana do município, pois analisando a tabela 6 onde traz os dados de número de domicílio particulares permanentes nas zonas urbana e rural, verifica-se que entre o censo de 2000 e o de 2010 o número de domicílio nas áreas urbanas cresceu 36,41% ou seja, teve um aumento neste período de 2.375 residências, enquanto neste mesmo intervalo de tempo houve um aumento de 11 residências nas áreas rurais.

TABELA 6 - NÚMERO DE DOMICÍLIO PARTICULARES PERMANENTE-2010

Ano	Total	Urbanos	%	Rurais	%
2000	11.451	6.523	57%	4.928	43%
2010	13.839	8.898	64%	4.941	36%

Taxa de crescimento urbano de 2000 a 2010=36,41%

Taxa de crescimento rural de 2000 a 2010=0,26%

Elaborado por Roberval Teles, 2019. Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010

É relevante frisar que a presente pesquisa do número de domicílios particulares permanente responde em parte a necessidade quantitativa da pesquisa sendo que é necessário preencher as lacunas sobre a qualidade dos serviços ofertada no município. Portanto na tabela 7 foram feitas comparações dos indicadores sociais municipais de adequação de moradia, dos censos de



2000 e 2010, onde segundo o IBGE que classifica os domicílios como: moradia adequada; moradia semi-adequada; e moradia inadequada.

TABELA 7 - INDICADORES SOCIAIS MUNICIPAIS ADEQUAÇÃO DE MORADIA -2000 A 2010

Ano	Total	Adequados	%	Semi-adequados	%	Inadequados	%
2000	11.374	729	6%	9.643	85%	1.002	9%
2010	13.839	3.252	24%	9.327	67%	1.259	9%

Elaborado por Roberval Teles, 2019. Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010

Analisando no censo de 2000 onde os domicílios considerado adequado representava 6% das unidades de um total 11374 domicilio, ou seja, 729 domicílios, já os domicílio semi-adequados, com 9643 de unidade, abrangia 85% de amostragem, e fechando a análise, 1002 domicilio ou 9% foram classificado como inadequados.

Fazendo a mesma análise o censo de 2010, verificou-se uma melhora nos índice de domicílios classificado como adequados, passando de 6% para 24%. Embora a quantidade de domicílios Semi-adequados apresentou uma leve melhora na quantidade, ou seja, 316 unidades a menos do que no censo de 2000, contudo esta variação em percentuais foi significativa passando 85% em 2000 para 67% em 2010, já os dados de domicilio inadequados do censo de 2010 manteve o mesmo percentual de verificado em 2000 de 9 % mais em quantidade de domicílios notou-se um aumento de 257 domicílios.

Complementado a análise dos indicadores sociais de adequação de moradia do município verificou-se na tabela 5 referente aos níveis de renda por domicilio, notou-se que a taxa de domicílios inadequados em porcentagem é superior a o numero de domicilio classificados como sem rendimento, pois dos 738 ou 5,33% é menor do que os 9% das moradias inadequadas. Contudo a



boa parte dos desvios entre a tabela 7 e 8 reflete que só a análise dessas duas tabelas não responde interinamente o comportamento da infraestrutura do tecido urbano, mas serve como indicadores de tendências que estão integradas com o índice de desenvolvimento urbano e o crescimento do produto interno bruto do município.

TABELA 8 - RENDIMENTO NOMINAL MENSAL POR DOMICÍLIOS-2010

Rendimento mensal domiciliar per capita (salário mínimo)	Domicílios
Sem rendimento	738
Até 1/2 salário mínimo	1.709
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	2.935
Mais de 1 a 2 salários mínimos	4.107
Mais de 2 a 5 salários mínimos	3.399
Mais de 5 a 10 salários mínimos	718
Mais de 10 a 20 salários mínimos	158
Mais de 20 salários mínimos	75

Elaborado por Roberval Teles,2019. Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010

A tabela 8 mostra também que a maioria das moradias cerca de aproximadamente 54% tem rendimento mensal domiciliar per capita de 1 a 5 salários mínimos, ou seja, o 7506 domicílios, além de que, 33,54% dos domicílios, cerca de 4644 domicílios tem rende per capita inferior ou igual a um salario mínimo.

Portanto fica evidente que boa parte dos domicílios semi-adequado pertencem aos domicilio que tem renda per capita inferior ou igual a 1 e aos domicílios com renda per capita de 1 a 5 salários mínimos. Contudo nota-se a importância de captação de outros dados para entender a realidade do



município, pois em meados 2010, o município de Ribeira do Pombal possuía menos de 50% da malha viária sem pavimentação adequada. Além de um sistema de drenagem pluvial superficial, causadores de varia erosões nos período das chuvas.

Além dos dados coletado do instituto brasileiro de geografia e estatística (IBGE), outros dados foram coletados para possibilitar uma avaliação sobre o crescimento da malha urbana de Ribeira do Pombal e sua influencia nas cidades vizinhas.

A tabela 9 onde demonstra uma comparação do valor do produto interno bruto-2002 a 2014 entre o município de Ribeira do Pombal e o Estado da Bahia informa que as taxa de crescimento do produto interno bruto de 2002 a 2014 é em média 21% maior que a taxa de crescimento do estado. Essa tendência só não se repetiu em 2010 onde a taxa do crescimento do município teve um aumento em torno de 21 % em relação ao ano de 2008 e o estado apresentou taxa de 25,89% neste mesmo período.

TABELA 9 - VALOR DO PRODUTO INTERNO BRUTO-2002 A 2014

Ano	Ribeira do Pombal		Estado da Bahia	
	Valor R\$	Taxa Crescimento	Valor R\$	Taxa Crescimento
2002	88.278.000	-	60.671.843.000	-
2004	118.370.000	34,09%	79.083.228.000	30,35%
2006	161.877.000	36,76%	96.520.701.000	22,05%
2008	219.036.000	35,31%	121.507.056.000	25,89%
2010	265.024.000	21,00%	154.419.547.000	27,09%
2012	341.051.000	28,69%	182.572.530.000	18,23%
2014	448.906.000	31,62%	223.929.966.000	22,65%
	Medias de crescimento por 2 anos de Ribeira do Pombal	31,24%	Medias de crescimento por 2 Anos do Estado da Bahia	24,38%

Elaborado por Roberval Teles, 2019.
 Fonte: <http://www.deepask.com/goes?page=bahia-Confira-a-evolucao-do-PIB---Produto-Interno-Bruto---no-seu-estado>, www.deepask.com/goes?page=ribeira-do-pombal/BA-Confira-o-PIB---Produto-Interno-Bruto---no-seu-município



Corroborando com a tabela 9 a tabela 10 traz um levantamento crescimento do produto interno bruto-2002 e 2014 dos municípios próximo a Ribeira do Pombal retifica sua importância regional, pois com taxa de crescimento do PIB de 409% entre os anos 2002 a 2014, maior que os municípios circos vizinhos exceto o município de Fátima que neste mesmo período apresentou um taxa de crescimento do PIB maior que Ribeira do Pombal.

TABELA 10 – CRESCIMENTO DO PRODUTO INTERNO BRUTO-2002 e 2014 dos municípios próximo a Ribeira do Pombal

Cidade	PIB 2002	PIB 2014	Taxa de Crescimento
Antas	20.459.000	93.681.000	358%
Banzaé	15.804.000	68.903.000	336%
Cicero Dantas	52.818.000	216.195.000	309%
Cipó	24.089.000	98.118.000	307%
Fátima	26.297.000	153.097.000	482%
Heliópolis	17.819.000	78.668.000	341%
Novo Triunfo	16.058.000	49.212.000	206%
Ribeira do Amparo	19.808.000	96.965.000	390%
Ribeira do Pombal	88.278.000	448.906.000	409%
Tucano	87.284.000	337.921.000	287%

Elaborado por Roberval Teles, 2019. Fonte: <http://www.deepask.com/goes?page=ribeira-do-pombal/BA-Confira-o-PIB---Produto-Interno-Bruto---no-seu-município>

Contudo verifica-se com o auxílio da tabela 11 conclui que segundo o censo de 2010 o município de Ribeira do Pombal, na maioria das vezes possui



Índice de desenvolvimento humano (IDHM) maior que os municípios circo vizinhos. Portanto o município nos últimos 15 a 20 anos não demonstrou seu reflexo de crescimento só nos dados estatístico, mas também físico territorial com o aumento da malha urbana.

TABELA 11- Evolução do Índice Desenvolvimento Humano IDH

Cidade	Ano		
	1991	2000	2010
ADUSTINA	0,206	0,347	0,546
ANTAS	0,309	0,444	0,592
BANZAÊ	0,234	0,393	0,579
CÍCERO DANTAS	0,290	0,417	0,585
CIPÓ	0,348	0,444	0,601
EUCLIDES DA CUNHA	0,257	0,408	0,567
FÁTIMA	0,230	0,362	0,559
HELIÓPOLIS	0,220	0,370	0,563
JEREMOABO	0,244	0,383	0,547
NOVA SOURE	0,295	0,405	0,555
NOVO TRIUNFO	0,241	0,422	0,554
QUIJINGUE	0,191	0,343	0,544
RIBEIRA DO POMBAL	0,321	0,450	0,601
SÍTIO DO QUINTO	0,201	0,359	0,533
TUCANO	0,278	0,398	0,579

Elaborado por Roberval Teles,2019. Fonte:[http:// www.deepask.com/goes?page=ribeira-do-pombal/BA-Confira-o-PIB---Produto-Interno-Bruto---no-seu-município](http://www.deepask.com/goes?page=ribeira-do-pombal/BA-Confira-o-PIB---Produto-Interno-Bruto---no-seu-município)

Segundo o IBGE a dimensão que melhor contribui para o IDHM do município no censo 2010 foi a Longevidade, com índice em torno de 0,704, seguida de Renda, com índice de 0,599, e de Educação, com índice de 0,515, mesmo com IDHM em torno de 0,601 o município de Ribeira do pombal ocupa a 4123ª posição entre os 5.565 municípios brasileiros. Ou seja, não só Ribeira do Pombal necessita melhorar seu IDHM, mas também os municípios vizinhos pois estes tem IDHM inferior ou igual à Ribeira do Pombal.

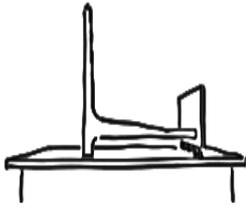


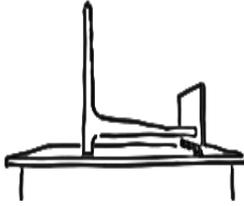
3.0

**REFLEXO DO
URBANISMO
CONTEMPORÂNEO,
UMA ANÁLISE CRÍTICA
SOBRE A PRODUÇÃO
RECENTE DO ESPAÇO
URBANO DE RIBEIRA
DO POMBAL**

3.1

**Agentes Modeladores do
Espaço Urbano e sua
Ação na Expansão
Recente do Tecido
Urbano.**





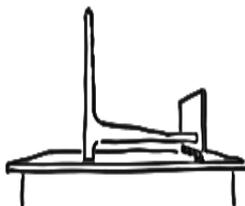
O Estado, representado pela União, Estados e Municípios, estes agentes modeladores do espaço urbano são os que exercem o maior número de funções estruturantes no território urbano. Segundo Correia (1999) “O Estado atua também na organização da cidade. Sua atuação tem sido complexa e variável tanto no tempo como no espaço, refletindo a dinâmica da sociedade da qual é parte constituinte” (p.24).

Portanto, ele age como regulador do espaço urbano através de leis federais, estaduais e municipais de uso e ocupação do solo urbano, como agente imobiliário, pois através de suas ações o Estado pode influenciar positivamente ou negativamente o valor monetário de certas áreas do espaço urbano, além de políticas de crédito habitacionais e etc.

Como também, ele exerce a função de industrial, principalmente na indústria da construção civil, pois a suas ações de investimento no espaço urbano principalmente na infraestrutura (construção e melhoria viárias, rede de drenagem, esgotamento sanitário e, etc.), nutre a necessidade de produção de produtos para atender a demanda provocada pela ação desenvolvimentista do Estado. (CORREIA,1999)

Além das funções descrita a cima o Estado opera como proprietário fundiário, pois detêm de terrenos no tecido urbano que com o crescimentos das cidades e com as diversificação dos meios de produção acumularam valor estratégico e monetário no decorrer do tempo, como grande consumidor de territórios para a aplicação de suas políticas públicas de infraestrutura, e para acolhimento das diversas atividades exercida pelo Poder Público como escolas, posto de saúdes, setores administrativos de gestão federal, estadual e municipal.

Portanto, o Estado está sempre presente na produção do espaço urbano, além de agir de várias formas, possui um complexo instrumento operacional administrativo, que dinamiza e direciona suas ações intervencionistas de modelação do espaço urbano modificando espacialmente seu território.



Ele é fundamental até na sua ausência, pois o capital financeiro, veem nestes territórios terreno fértil para suas ações, mas de formas diferentes para obter seu objetivo que é o acúmulo de capital, além do que nestas áreas onde o Estado se omitiu em regulamentar, fiscalizar e intervir, o capital financeiro se apropriou das necessidades e carências de parte da população e implementar suas ações. (CARLOS, et al, 2018;)

Na história recente de Ribeira do Pombal o Estado, neste caso o município, representado pela Prefeitura, teve um papel fundamental nos anos 70 com o uso da prerrogativa do direito de desapropriação e preferência na compra de terrenos, o município desapropriou várias propriedades rurais as margens da cidade tornando-as: em áreas urbanas, assim tornando-se ao mesmo tempo um proprietário fundiário e promotor imobiliário, pois as terras desapropriadas rurais próximo ao tecido urbano consolidado na época foram convertidas em lotes urbanos e vendidos ou cedidos a população local do município.

Nas décadas seguintes o Poder Público local agiu embora que discretamente, na regulação da produção do espaço urbano, adotando como principal medida de planejamento e controle dessa produção a continuação dos segmentos de ruas, formas, tamanho de disposição das quadras, manutenção dos padrões de urbanístico das décadas passadas, ou seja, sem exigir desses loteadores a instalações de infraestrutura básica prevista em lei.

Após a vigência em 2001 do Estatuto da Cidade (Lei federal 10.257/2001), dando continuidade e regulamentando às políticas de desenvolvimento urbano descrita nos artigos 182 e 183 da Carta Magna de 1988, na qual consolida a importância fundamental da esfera local do Estado na regulação e controle da produção do espaço urbano além da implantação de mecanismo de execução de políticas urbanas, um exemplo é o direito de preempção que dar preferência do Poder Público municipal de desapropriar propriedade privada para implementação das políticas urbanistas.

Segundo Alvim (2014, p.204):



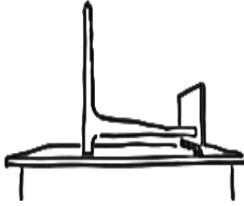
“O direito de preempção, assim como todos os outros instrumentos previstos no atr. 4^a do Estatuto da Cidade, foi instituído buscando concretizar a execução da política urbana e propiciar a implantação de uma nova moldura urbana, com vista a readequação de áreas anteriormente ocupadas por particulares nas quais há evidente interesse público. [...] O o direito de preempção do Estatuto da Cidade pode ser definido como direito conferido ao poder público, em áreas previamente definidas pelo plano diretor urbano e específicas leis, de adquirir o imóvel urbano no particular objeto de alienação onerosa, nas mesmas condições de preço e prazo, com vistas à concretização de finalidade públicas a cargo do ente público.

Portanto fica evidente que através da legislação municipal sobre uso e ocupação do solo urbano, e adoção de diretrizes e metas de planejamento contínuo sócio espacial do território urbano, aumenta a capacidade de implementação de ações do Poder Público local sobre o tecido urbano, como também a responsabilidade sobre este espaço.

Este movimento de pensar, planejar e regular a produção do espaço urbano pelo Poder Público municipal, somado ao fato que o município já possuía população maior que 20 mil habitantes, contando com o apoios técnico e financeiro das esferas estadual e federal do Poder Público, convergiu para a elaboração do primeiro Plano Diretor do Município na segunda metade do ultimo mandato Ex. Prefeito Edivaldo Calazans(Dadá) no início do século XXI. Mas este Plano Diretor nunca entrou em vigência, pois não houve aprovação pelos vereadores naquela gestão e nem pelas administrações que o sucederam, portanto, da aprovação do Estatuto da Cidade em 2001 até meados de 2019 o município não possui um Plano Diretor em vigor, apesar de frequentes discursões.

Nesse contexto Correia (1999, p.61) afirma que:

A intervenção do Estado, quer direta, quer indiretamente, através do financiamento aos consumidores e às firma construtoras, ampliando a demanda solvável e viabilizando o processo de acumulação capitalista. Diretamente, através da construção pelo próprio Estado, de habitações.



Consequentemente, esta desatenção do Poder Público local em legislar, regulamentar, fiscalizar a produção do espaço urbano no município, associada à ação conjunta dos proprietários fundiários com os promotores imobiliários, culminou na produção da prática de parcelamento do solo urbano, ou seja, na criação de loteamento sem atender as leis vigentes de parcelamento e uso do solo urbano.

Com um ótimo desempenho nas vendas destes lotes, muitas vezes por causa do valor de venda baixo ou pela facilidade de pagamento parcelado do imóvel. Portanto, o mercado imobiliário moldava a oferta de lotes e os preços para caber no bolso do seu público alvo.

Com base na análise do diagrama 16 onde loca a ações dos agentes do crescimento no tecido urbano nos últimos 15 anos verificou-se a proliferação de empreendimento do tipo loteamento residenciais dispersos, e próximos das vias principais, aumentando a área urbana da cidade.

Além da negligência do Poder Público municipal na regulação da produção do espaço urbano, os promotores imobiliários usavam uma estratégia de pedido de “extensão de rede de energia” para ter em seus loteamentos rede energia sem custo de implantação que poderiam aumentar o valor dos lotes urbanos disponível para vendas.

Assim, o setor imobiliário foi adequando suas estratégias de produção do espaço urbano para atender ao poder de compra de seus clientes, de maneira que, os clientes com alto poder aquisitivo, eram ofertados lotes ou residências próximos ao tecido urbano consolidado na proximidade do centro econômico e de serviço. Já os clientes com menor poder aquisitivo eram ofertados lotes distantes da malha urbana adensada sem infraestrutura básica.

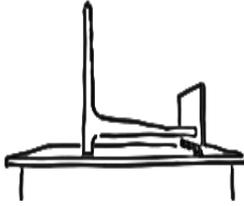
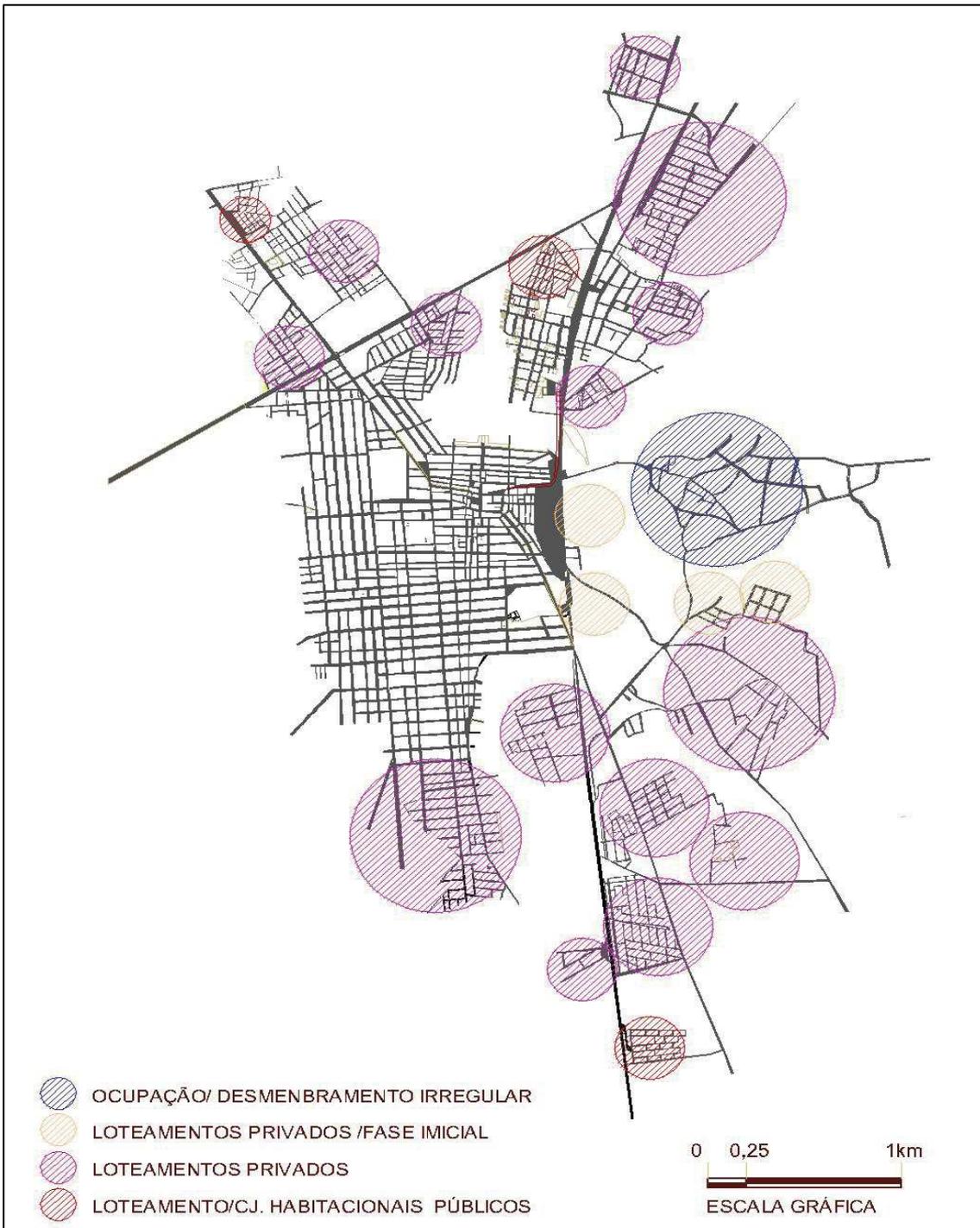


Diagrama 16 – Localização x Tipo de Empreendimento de 2000
ate 2019.



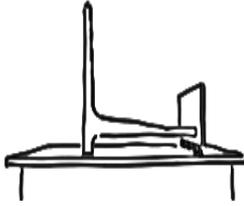
Elaborado por Roberval Teles, setembro de 2019.
Fonte: Google Earth, Sec. Mun. de Obras e visitas In loco.



Com a multiplicação dos loteamentos e a edificação dos lotes, despontou o problema da produção do espaço urbano dispersa, fragmentada, e inadequada, conseqüentemente iniciam-se os conflitos entre os proprietários desses imóveis, e os Poderes Públicos administrativo, Judicial (Ministério Público) e os promotores imobiliários (diagrama 16).

Através dessa situação se agravando progressivamente, o Poder Público municipal notou a necessidade de ampliação de suas ações na legislação, regulação e fiscalização. Iniciando após a assinatura do decreto de nº 88/2013 de dezembro de 2013 no qual “aprova a regulamentação da Lei Nº606 de 05 de novembro de 2013, que estabelece a Política Municipal de Meio Ambiente e de proteção a Biodiversidade, institui o fundo Municipal do Meio Ambiente – FMMA e cria o Sistema Municipal de Meio Ambiente do Município de Ribeira do Pombal, Bahia dá outras providencias”. A partir da vigência dessa Lei ficaram mais complexas as aprovações dos loteamentos, mas ainda não inibiram a produção desse loteamento irregular, pois geralmente o licenciamento era feito após sua conclusão. Em seguida, em 20 de janeiro de 2015, foi publicado pelo Diário Oficial do Município de Ribeira do Pombal a Lei Complementar Nº 030 de 26 de dezembro de 2014 que “Dispõe sobre o código de postura do Município de Ribeira do Pombal e dá outras providencias” regulando os mecanismos de licenciamento, fiscalização e aplicação de infração e ações posteriores, Portanto atualizando a lei Nº 334/2001.

Concluindo temporariamente a participação do Estado como agente modelador do espaço urbano, o Poder Público Municipal, através de parcerias com as outras esferas do executivo, direcionou suas ações na forma de promotores imobiliários e proprietário fundiário na construção de moradias através de programas como “Minha Casa Minha Vida” na faixa de 1 a 3 salários mínimos, e outros convênios focados em atender a população mais carentes com a construção de casas populares.



Analisando o diagrama 17 onde loca os três últimos empreendimentos públicos, de promoção da moradia, verifica-se que o Poder Público municipal locou estes empreendimentos em locais distante do tecido urbano adensado e contribuindo para a segregação da população, para a fragmentação do tecido urbano e agrava o problema da segurança pública nesses locais, pois nestas áreas há uma maior evidência da insegurança.

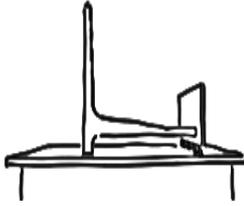
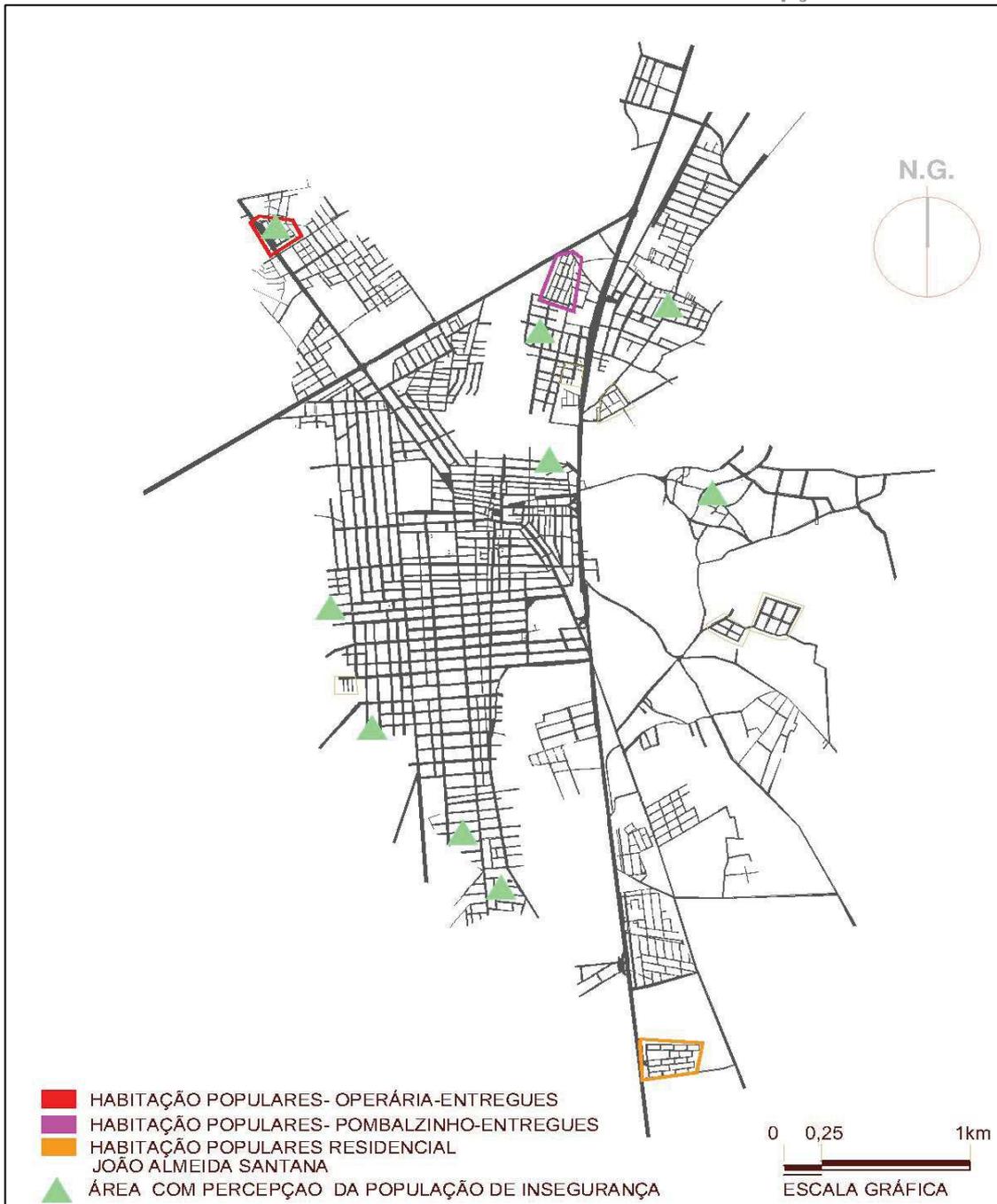
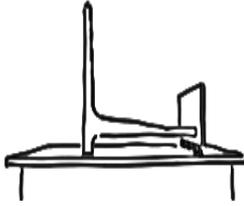


Diagrama 17 – Localização de Empreendimentos Habitacionais X Percepção de Violência.



Elaborado por Roberval Teles, setembro de 2019.
Fonte: Google Earth, Sec. Mun. de Obras e visitas In loco.



Seguindo o compasso da ação dos agentes modeladores do espaço urbano, neste caso os proprietários fundiários dividiram-se em três formas: a primeira se deu na venda de sua propriedade para o mercado imobiliário com preço um pouco maior do que o valor da terra rural, mas muito inferior aos valores dos lotes urbanos. Já a segunda forma, foi a mutação de proprietário fundiário em promotores imobiliários, em vez de vender a propriedade passou a desmembrar em pequenos lotes e posteriormente vendê-los. Quanto à terceira forma foi à concessão de suas propriedades aos promotores imobiliárias e recebendo parte dos lucros obtidos pelo parcelamento e venda dos lotes.

Já a indústria que é representada pelos agentes proprietários dos meios de produção, que foram protagonistas na expansão e modelação do espaço urbano em diversas cidades tem sua contribuição na produção do espaço urbano de Ribeira do Pombal, embora sua ação foi oriunda de conflitos entres índios e não índio no distrito da Mirandela, pertencente ao município do Banzaé. Em meados de 1986, o Senhor Manoel Nascimento Dantas, conhecido como Nego, prevendo um aumento nas tensões entre os índios e os não índios no Distrito da Mirandela, ele possuía uma planta de fábrica no ramo de olaria, formalizou a compra de um terreno às margens da estrada que liga Ribeira do Pombal ao Distrito da Mirandela e as cidade do Banzaé e Euclides da Cunha, próximo a sede do Município de Ribeira do Pombal. Este Senhor iniciou a construção de mais uma olaria, que ficou pronta em meados 1989, e maneira progressiva ele foi relocando seus funcionário do Distrito da Mirandela para Ribeira do Pombal. Para facilitar a adaptação dos operários, construiu residências próximas a olaria, para cada funcionário instalar suas famílias, dando início a formação do aglomerado denominado Vila Operária. Com o acirramento do conflito no Distrito da Mirandela que culminou na demarcação pelo Governo Federal das terras indígenas, desse o distrito, dai houve a necessidade de desapropriação e indenização da população não pertencente ao povo Kiriris. O senhor Manoel sensível a esta situação, adquiriu outro terreno próximo a olaria e loteou para seus conterrâneos Mirandelense se



instalarem em uma nova localidade, mais com os laços vivos de suas origens através das pessoas que formaram a comunidade do povo Mirandense (anexo I- Jornal Tribuna do povo Mirandense).

Até a década de 90 os agentes modeladores do espaço urbano no Município de Ribeira do Pombal, representado pelos grupos sociais excluídos residiam próximo ao açude e nas ruas: Col. João Sá e João Paulo II como também na Avenida José Carvalho Passo. Já próximo a BR 110 a segregação ficou mais evidente nas ruas Ana Brito e São José. Atualmente essas ruas ainda apresentam traços dessa segregação, principalmente na tipologia de algumas residências, ver figuras 05 e 06.

Figura 05-Imagem da Rua João Paulo II -2019.

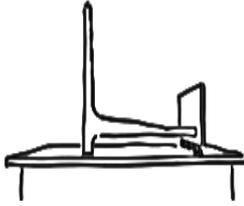


Fonte: Roberval Teles, setembro de 2019.

Figura 06-Imagem da Rua Ana Brito -2019.



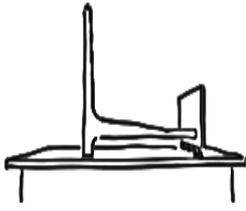
Fonte: Roberval Teles, setembro de 2019.

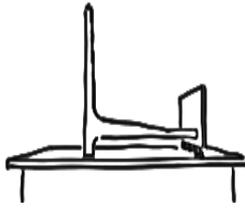


Além do entorno dessas vias, a segregação social estava presente no Bairro Pombalzinho e a localidade do Alto do Santo Antônio, embora muitas vezes camufladas, pois as duas áreas possuíam características de propriedade rural. Outro foco de segregação, mais de forma dispersa existia nas extremidades do bairro Pedro Tibúrcio.

Fazendo essa mesma análise no tecido urbano nos últimos 15 anos, há uma reafirmação dos grupos sociais excluído no bairro Pombalzinho, principalmente, após povoamento das casas populares, e hoje no bairro Alto de Santo Antônio. Nota-se também o surgimento desse grupo na Vila Operaria, e de forma pulverizada, no bairro Pedro Tibúrcio, loteamentos subsequentes, ruas próximo ao açude e nas ruas e próximo a BR 110, descrita acima.

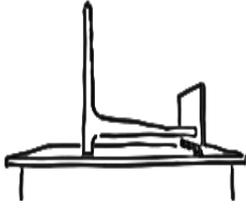
Estes conjuntos de ações dos agentes de crescimento provocaram o uma dissonância na malha urbana e rural, promovendo uma valorização em terrenos rurais distante do centro da cidade mais potencializado pelas vias que os ligam e pela possibilidade de geral acúmulo de capital, mesmo com valores inferiores aos terrenos locados próximos a malha urbana. Consolidados esses são transformados em urbanos, através de loteamentos regulares ou irregulares adquiriam valores superiores em relação à propriedade rural.

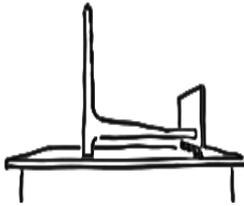




3.2

**A Especulação
Imobiliária e
Seus Reflexos Social
e Territorial no
Tecido Urbano.**





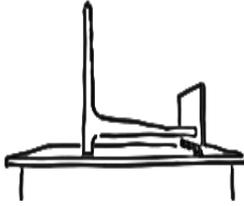
Diferente da década de 70 e 80, do século passado, onde o Estado agia como promotor imobiliário, parcelando o solo rural e transformando em lotes urbanos. Já nos anos 90 a cidade crescia nas margens do tecido urbano consolidado, especialmente na parte sul, conhecida popularmente como “Pedro Tibúcio”, e em localidades próximas ao Município como Alto do Santo António e bairro Pombalzinho, que expressam seu tipo de crescimento, segundo Panerai (2006, p12): “ A aldeias-rua primitiva, essa forma primeira de ocupação urbana do território, continua a existir em nossos dias na expansão dos subúrbios, na pavimentação dos caminhos” além do adensamento de vários vazios oriundo dos loteamentos das décadas anteriores.

Até então o Município não tinha conhecido uma valorização repentina acima da média da gleba urbana pela ação da especulação imobiliária, pois os lotes ofertados nos anos 70 e 80, caracterizavam-se por uma disponibilização de lotes maior que a procura e muitas vezes a prefeitura municipal doou alguns desses lotes, além do que na década seguinte ainda havia muitos lotes não edificados(ver figura 7.)

Figura 07-imagem aérea de Ribeira do Pombal -1985.



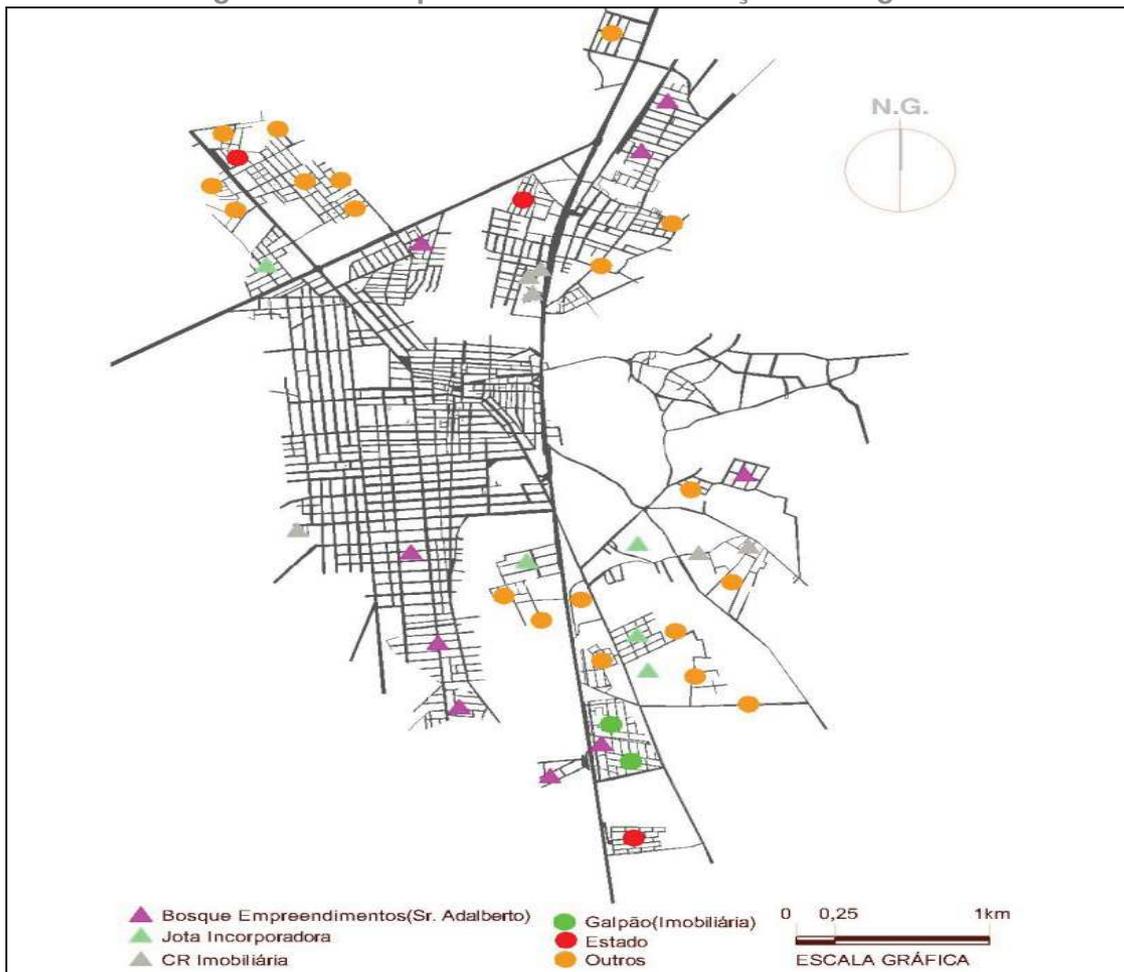
Elaborado por Roberval Teles, dezembro de 2019.
Fonte: Google Earth.



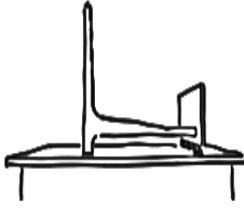
Uns dos principais promotores imobiliário de Ribeira do Pombal e região, o Sr. Adalberto Pereira de Moura viu na aquisição de terras rurais próximas a cidade, até então não valorizadas, como uma excepcional oportunidade de acúmulo de capital, com o objetivo de transformar esses terrenos em lotes urbanos.

Nesse mesmo período surgiram outras empresas, nesse seguimento, como a Galpões Imobiliários, CR Imobiliária e a Jota Incorporadora, todas com o intuito de preencher algumas lacunas do setor imobiliário do Município, ora repetindo as estratégia do Sr. Adalberto, mas com status de imobiliária. O diagrama 18 mostra a ação dos agentes no tecido urbano nos últimos 15 anos .

Diagrama 18 – Mapa Temático-Área de Ação dos Agentes Imobiliário.



Elaborado por Roberval Teles, dezembro de 2019.
Fonte: Google Earth, Sec. Mun. de Obras e visitas in loco.



Este movimento de concorrência entre os promotores imobiliários expôs as necessidades do Sr. Adalberto de se profissionalizar dando início à empresa Bosque Empreendimento.

Por estarem na vanguarda do segmento de loteamentos, a Bosque Empreendimento e a Jota Incorporadora expandiram seus negócios além dos limites de Ribeira do Pombal. Reproduzindo o modelo de produção do espaço urbano principalmente nas cidades da região nordeste do Estado da Bahia.

Embora com multiplicação de loteamento promovidos por estas empresa contemplou várias cidades, em conversa informal com os gestores desses empreendimentos, eles relataram que o Município de Ribeira do Pombal apresentou melhores resultados financeiro que as outras cidades.

Voltando ao caso do Município de Ribeira do Pombal, objeto desse trabalho, verificou-se que as imobiliárias também diversificaram seus produtos, além de ofertar lotes urbanos, passaram a ofertar propriedades rurais e até a construção de imóvel para moradia.

Mas esse cenário de produção do espaço por meio de loteamento, não ficou restrito a ação destas imobiliárias, muitos dos proprietários fundiários, possuidores de propriedades próximas às vias de acesso a sede do município, se tornaram promotores imobiliárias, passando a lotearem as terras de forma legal e também ilegal.

Ao analisar os diagramas 19 e 20, nota-se que o protagonismo das vias é primordial na ação e valorização do empreendimento imobiliário, tanto no processo de expansão quanto no processo de verticalização do espaço urbano, ditando o sentido, a hierarquia e fluxo por meio de sua influência no tecido urbano atual e futuro, pois direciona as tendências da expansão urbana.

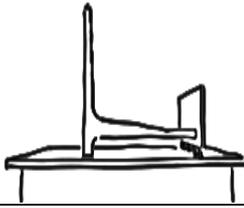
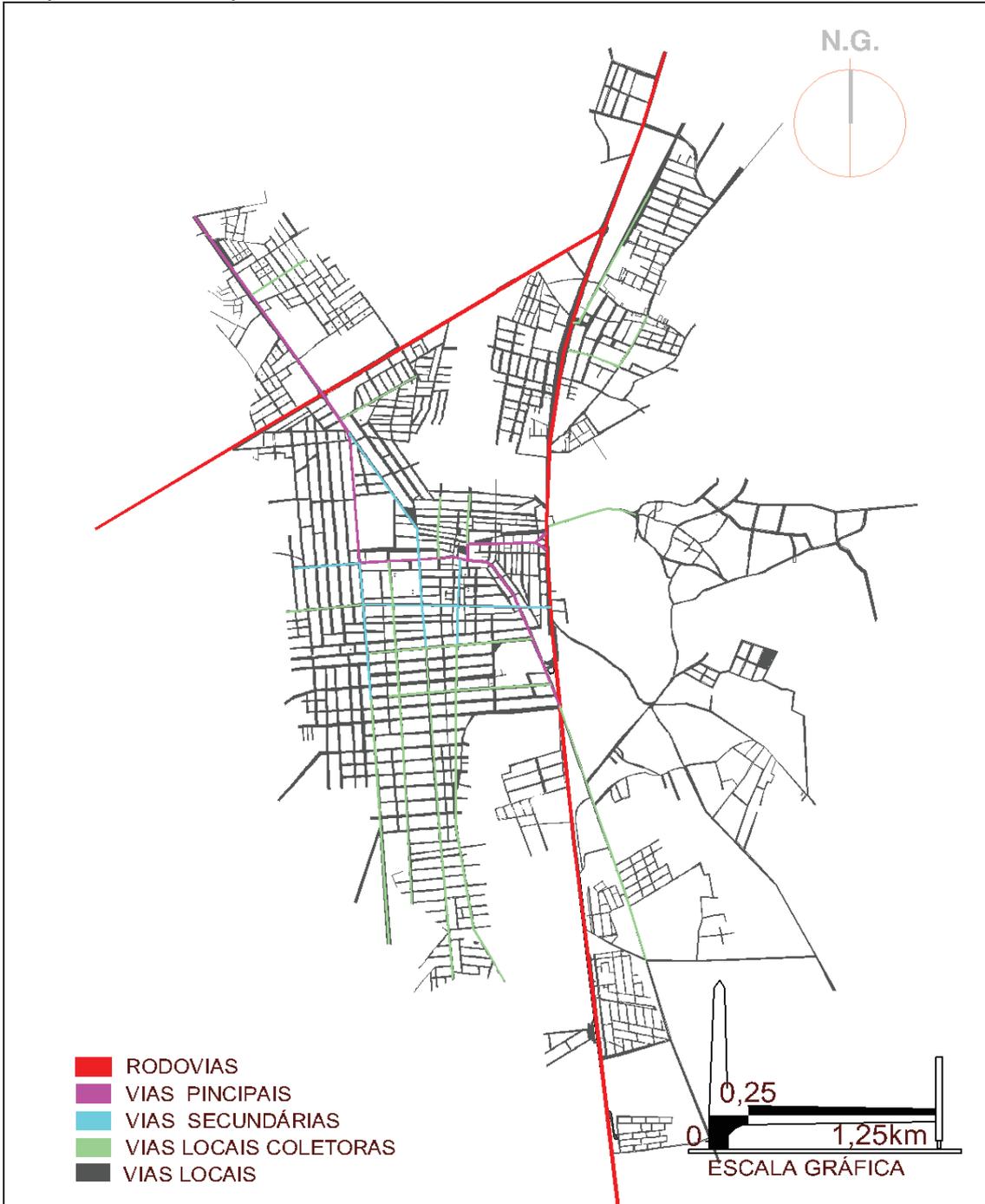


Diagrama 19 – Mapa Temático-Hierarquia Viárias.



Elaborado por Roberval Teles, setembro de 2019.
Fonte: Google Earth, Sec. Mun. de Obras e visitas in loco.

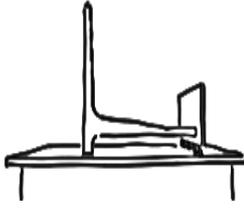
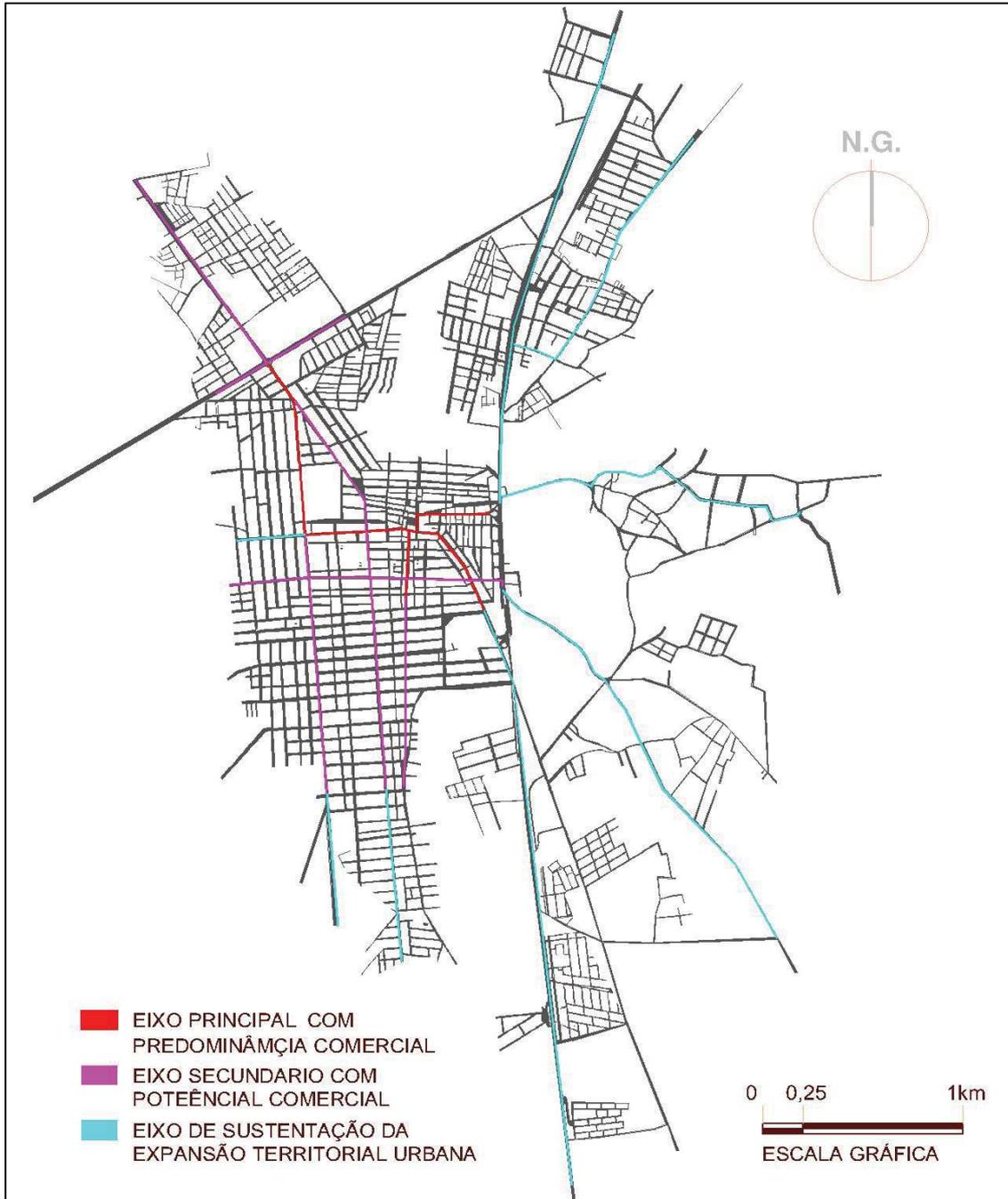


Diagrama 20 – Mapa Temático-Eixo de Sustentação do Crescimento.



Elaborado por Roberval Teles, setembro de 2019. Fonte: Google Earth, Sec. Mun. de Obras e visitas in-loco.



Destaca-se a versatilidade e a sensibilidade dos promotores imobiliários em reconhecerem os obstáculos, e adaptar-se, mantendo o acúmulo de capital esperados pelas suas ações. Pois com a dificuldade, embora que tardia de regularização legalização dos seus loteamentos e a exigência do cumprimento das obrigações básicas de infraestrutura aliados a ausência de políticas públicas locais de desenvolvimento urbano, proliferou a ação de parcelamento de grandes terrenos rurais em pequenos lotes rurais denominado de sítio ou chácaras.

O flagrante desrespeito na constituição desses loteamentos é que, na maioria das vezes, a infraestrutura básica é executada de forma tardia, após a ocupação. O diagrama 21 mostra a distribuição da implantação da infraestrutura desses locais.

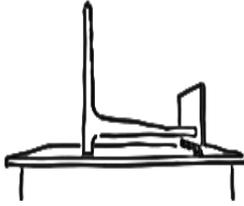
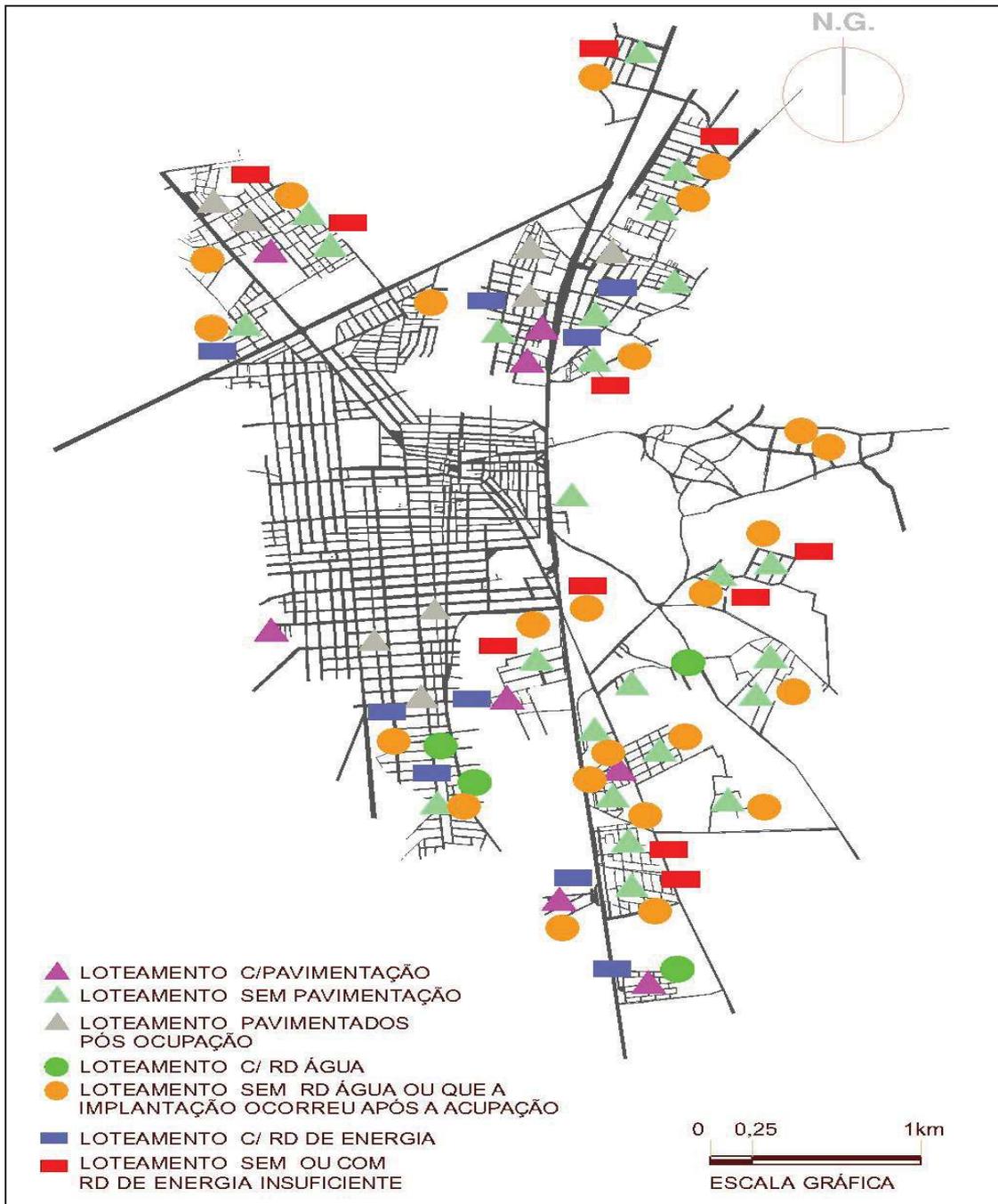
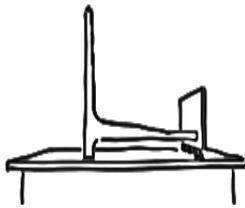


Diagrama 21 – Mapa Temático-Nível de Infraestrutura dos Loteamentos.



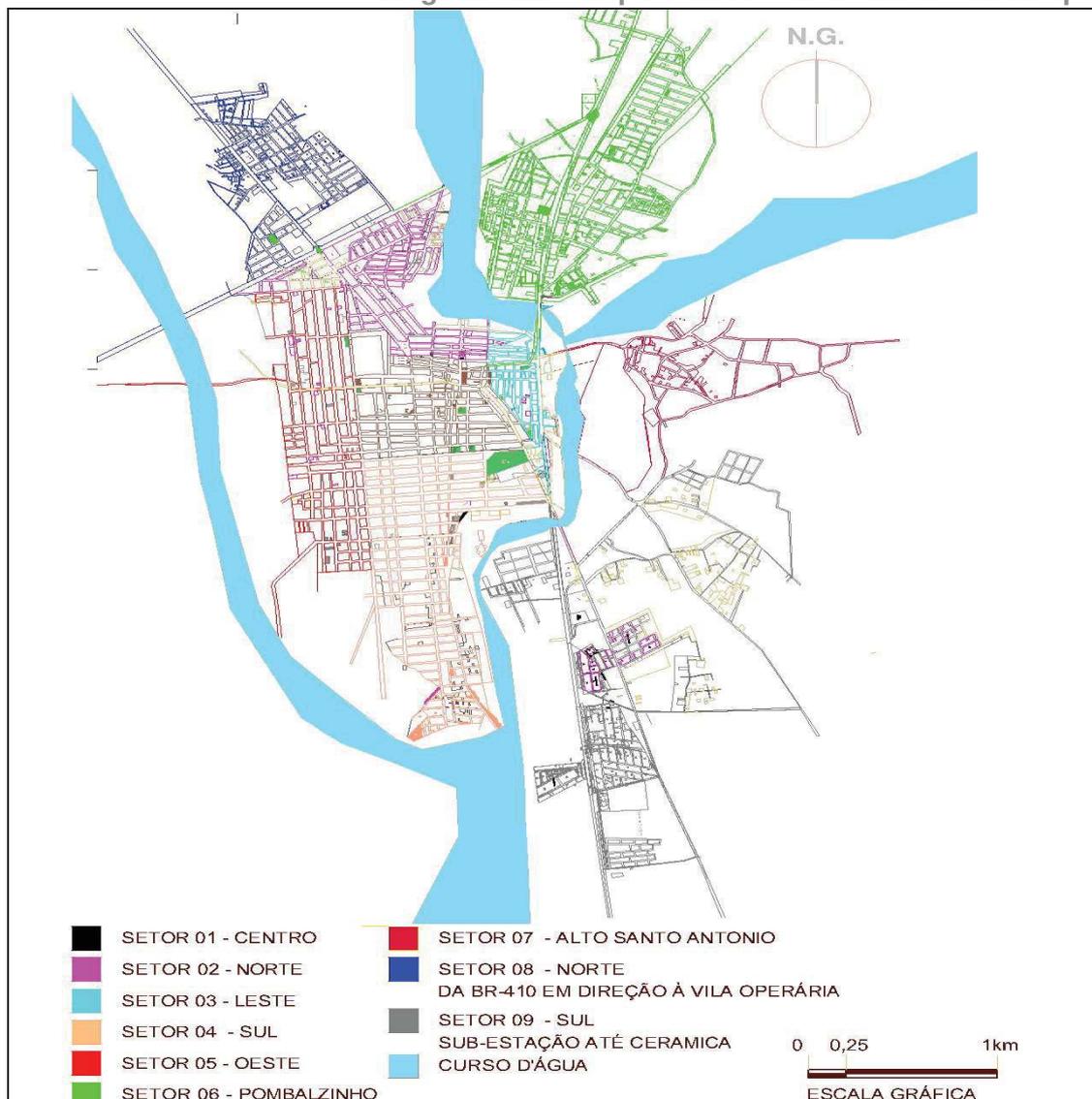
Elaborado por Roberval Teles, setembro de 2019.
Fonte: Google Earth, Sec. Mun. de Obras e visitas in loco.



Essas ações dos promotores imobiliários ficaram mais evidentes na porção sudoeste do município nos bairros de João do Alto e Fazenda Aloques, onde se concentrou boa parte desses loteamentos de lotes rurais (sítios) e assim, com essa estratégia burlavam a exigências de instalação de infraestrutura básica urbana.

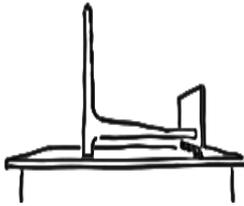
É importante ressaltar que o Poder Público local, embora não tenha um Plano Diretor vigente zoneou o espaço urbano da sede do município segundo diagrama 22, separando a cidade em setores.

Diagrama 22 – Mapa Temático-Zoneamento Municipal.



Elaborado por Roberval Teles, setembro de 2019.

Fonte: Google Earth, Sec. Mun. de Obras e visitas in loco..



O problema da produção urbana recente também onerou o Estado. Verificou-se que o mesmo assumiu a responsabilidade de prover infraestrutura para boa parte desses loteamentos, um exemplo dessa situação foi esforço do Poder Público local em condicionar a renovação da concessão de abastecimento de água a Empresa Baiana de águas e saneamento, o fornecimento de água potável para o Bairro João do Alto.

Contudo, o conjunto de ações dos agentes do crescimento que vão de pequenos atos, como uma simples venda de lote irregular, a ações de grande envergadura como a instalação de moradias populares afastada do tecido urbano consolidado, com o discurso do Estado capitalista de está proporcionado moradia digna, condicionado essa população que adquiram os lotes irregulares ou foram instaladas nas moradias populares, a morarem afastando do mercado de trabalho e serviços, mas na verdade essas ações segregam e priva essa população da vida urbana plena, só lhe restando o ônus da criminalidade e da ineficiência do Estado.

Um exemplo bem prático atual para entender o “direito a cidade” e considerar a probabilidade da população que irá habitar o conjunto residencial João Almeida Silveira, onde será entregue 500 unidades habitacionais com distância superior a 2 km do terminal rodoviário, que se localiza na extremidade do tecido urbano adensado, em frequentar a praça da juventude? à que distância esta o posto de saúde familiar mais próximo.

A ação dos promotores imobiliários, aliado a insuficiência do Poder Público local em planejar e regular a produção do espaço urbano, ou até de cobrar o cumprimento da lei pelo Poder Público local 6766/79 de uso e ocupação do solo, resultou no cenário atual, constituído pelo porção maior do tecido urbano adensado, exceto em algumas extremidade desse, e interligando através das vias aos núcleos populacionais, constituído de áreas urbanas com característica de ocupação dispersa e fragmentada(figura 06 e 07 mostra a forma de adensamento desses loteamento), além de distantes do

centro econômico do município, formando grandes vazios a espera de um novo processo de valorização fundiária.



Figura 08-Loteamento Nova Cidade -2019.



Fonte: Roberval Teles, agosto de 2019.

Figura 09-Loteamento Sítio 360/ Nova Cidade -2019.



Fonte: Roberval Teles, agosto de 2019.

O diagrama 23, demonstra o mapa temático de cheios e vazios, mostra graficamente o modo de produção recente do espaço urbano, sendo nítida a

percepção da ocupação urbana. Já o diagrama 24, mapa de ocupação urbana mostra as áreas com e sem edificação e áreas de transição entre zonas urbanas e rurais.

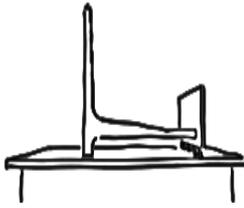


Diagrama 23 – Mapa Temático-Cheios e Vazios.



Elaborado por Roberval Teles, setembro de 2019.
Fonte: Google Earth, Sec. Mun. de Obras e visitas in loco.

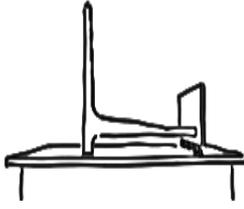
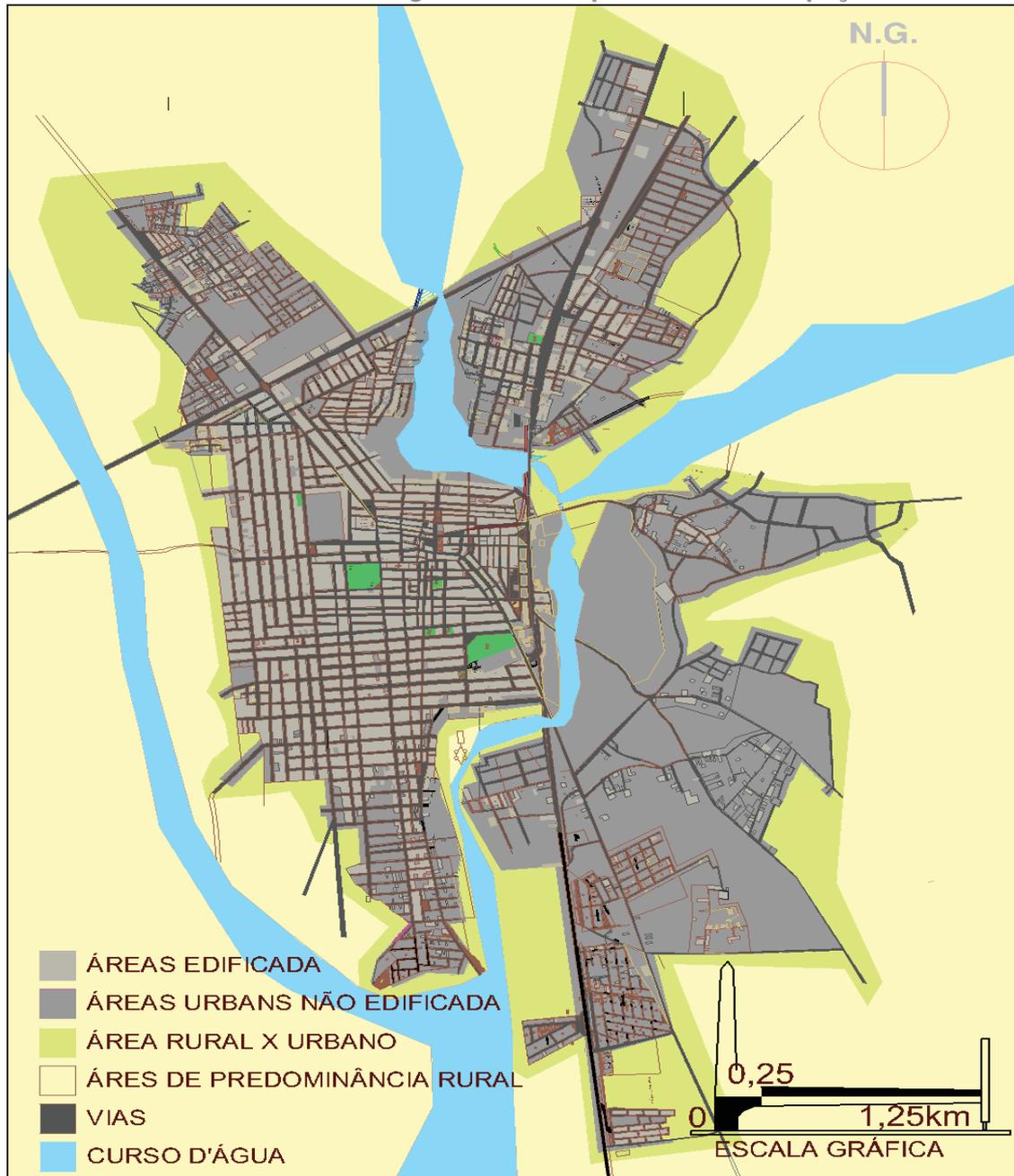
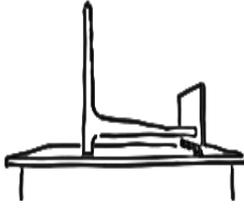


Diagrama 24 – Mapa Temático-Ocupação Territorial.



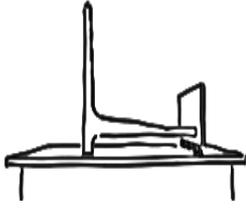
Elaborado por Roberval Teles, setembro de 2019.
Fonte: Google Earth, Sec. Mun. de Obras e visitas in loco.



3.3

A

**Problemática
Produção
Inadequada do
Espaço Urbano na
Cidade de Ribeira do
Pombal.**





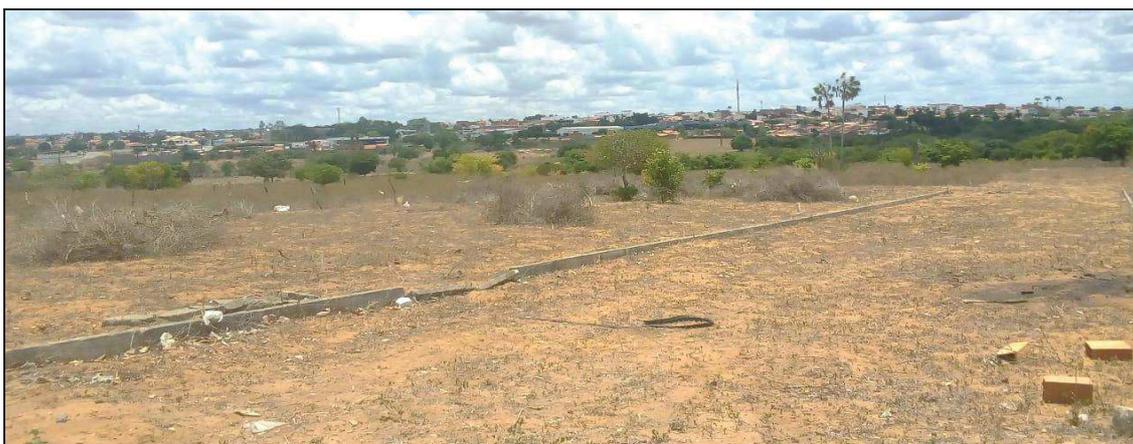
A criação de obstáculos em virtude da produção inadequada do espaço urbano no Município de Ribeira do Pombal não é recente, pois a cidade já vivenciou essa situação desde a década de 70 do século passado, embora em outro contexto geopolítico e econômico, mas com consequências similares provocadas pela recente expansão urbana. Portanto para a administração do município mitigar os problemas da expansão de outrora descrita acima, principalmente no quesito infraestrutura (figura 08), foram necessário várias décadas, pois boa parte da pavimentação de vias desse áreas foi concluída nos últimos 25 anos.

Figura 10-Novo Horizonte -2019.



Fonte: Roberval Teles, agosto de 2019.

Figura 11-Loteamento (João do Alto) -2019.



Fonte: Roberval Teles, agosto de 2019.

Figura 12-Bairro Santo Antônio -2019.



Fonte: Roberval Teles, agosto de 2019.

Contudo comparando a expansão da malha urbana recente com a as mais antigas, verifica-se diferença no modo em que ela foi implanta principalmente no território, ou seja, geograficamente, pois até a década de 90, a cidade crescia as margens de seus limites, na faixa de transição entre o rural e o urbano, alterando esses mesmos limites de forma gradual. Já a expansão urbana dos últimos 15 anos, além de repetir características da produção do espaço urbano da década de 70 a 90, apresentou novos agentes, ou até mesmo mudou a proporção e formas das ações dos agentes já conhecidos, trazendo tendência características das produções do espaço urbano vividas pelas metrópoles às cidades pequenas.

Certamente que as relações, inerentes ao recente crescimento da malha urbana de Ribeira do Pombal, as vias e a especulação imobiliária assumiram o protagonismo na regência da sinfonia da produção do espaço urbano. Estes conjuntos de ações dos agentes do crescimento provocarão uma dissonância no tecido urbano e nas áreas de transição entre as áreas urbana e rural, provocando uma valorização em terrenos rurais distante do centro da cidade, mesmo com valores inferiores aos terrenos locados próximos a malha urbana. Consolidada esses terrenos e transformado em urbanos através de loteamentos regulares ou irregulares adquiriam valores superiores em relação à propriedade rural.



A nova dinâmica urbana com o parcelamento desses terrenos e conseqüentemente sua edificação com finalidade principal de moradia, teve como conseqüência o povoamento de áreas distantes da cidade aumentando a necessidade de transportes para locomoção dessa população, para atender a necessidade de trabalhos e serviços (figura 13), conseqüentemente, encarecendo o custo de vida dessa população que geralmente tem um poder aquisitivo menor.

Figura 13-Vista do Tecido Urbano Adensado do Bairro Santo Antônio -2019.



Fonte: Roberval Teles, agosto de 2019.

Entretanto, os problemas são mais extensos, pois essa população também tem o direito de ser atendidas nas suas necessidades básicas de infraestrutura urbana como: rede de abastecimento de água potável, rede de distribuição de energia elétrica, sistema de tratamento de esgoto e coleta de lixo, mas por falta de implantação de diretrizes, planejamento, regulação e fiscalização da produção do espaço urbano, onera o Poder Público local, principalmente, por esses aglomerados estarem distantes da malha urbana adensada.

Com o custo de implantação de infraestrutura urbana para esses locais são expressivos, eles chegam ao ponto de impossibilitar a viabilidade econômica de execução e fornecimento desses serviços. Mas esse problema não é novo, pois no ano de 1996 a cidade tinha menos que 40% das vias pavimentadas, após 1996 o Poder Público local e por meio de convênios com

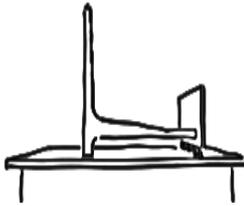


as outras esferas do Estado atuaram na pavimentação tardia dessas vias. O diagrama 25 mostra os limites da pavimentação do ano de 2012 até os atuais.

Diagrama 25 – Mapa Temático-Abrangência da Pavimentação nas vias urbanas.



Elaborado por Roberval Teles, setembro de 2019.
Fonte: Google Earth, Sec. Mun. de Obras e visitas in loco.



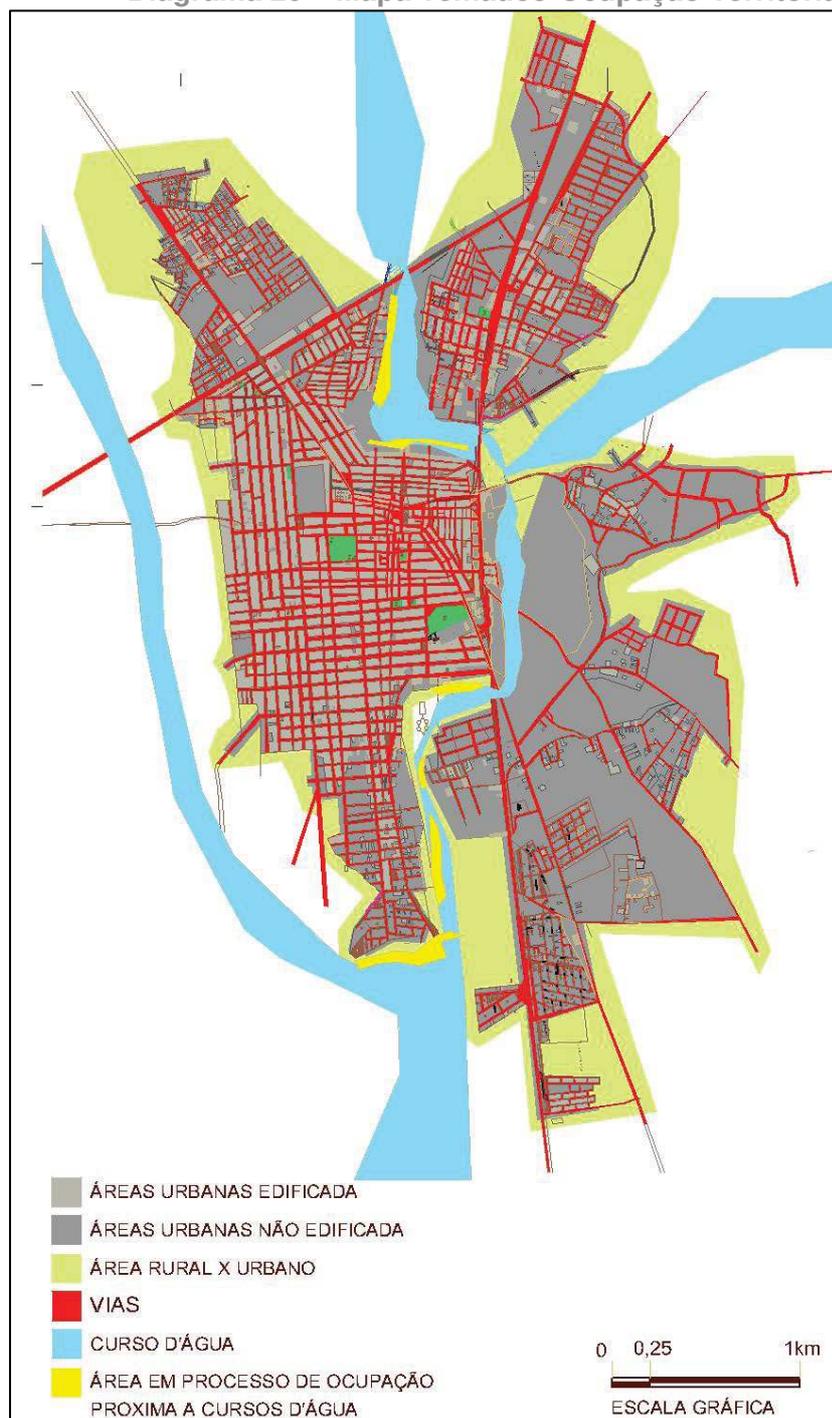
Apesar de Ribeira do Pombal não sofrer frequentemente com alagamento, pois o relevo da cidade adensada tem declividade para os quatro pontos cardeais, a cidade sofre com o tamanho insuficientes da rede de drenagem de águas pluviais, pois o mais de 70% da coleta e transporte desse fluido é feito superficialmente, ou seja por meio das sarjetas. Contudo basta uma chuva para notar que a lâmina d'água nas ruas ultrapassa mais de 60% das suas larguras, além de que por ser superficial na maioria das vezes o transporte das águas das chuvas ao longo do percurso de escoamento ao longo das vias, esse volume de água adquire uma conservação de energia cinética durante seu trajeto, que frequentemente causa a retirada de pavimentação, erosão e até mesmo a interdição de edificações por causa do risco de desabamento, a figura 14 traz uma noção do relevo o diagrama 26 demonstra a ocupação se aproximando do curso de drenagem natural das águas da chuva na cidade.

Figura 14-Vista Aérea Alterada o Relevo (3x).



Fonte: Google Earth.

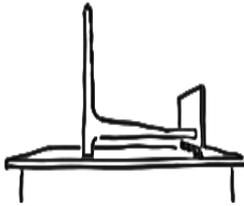
Diagrama 26 – Mapa Temático-Ocupação Territorial



Elaborado por Roberval Teles, setembro de 2019.

Fonte: Google Earth, Sec. Mun. de Obras e visitas in loco.

Atualmente um fato importante, mesmo que, em pequenas proporções, há evidência de um movimento de ocupação e edificação próximo às áreas de relevo mais baixo onde estão localizados os córregos naturais que capitam as águas das chuvas que não infiltraram no solo e distribuem por toda a bacia.



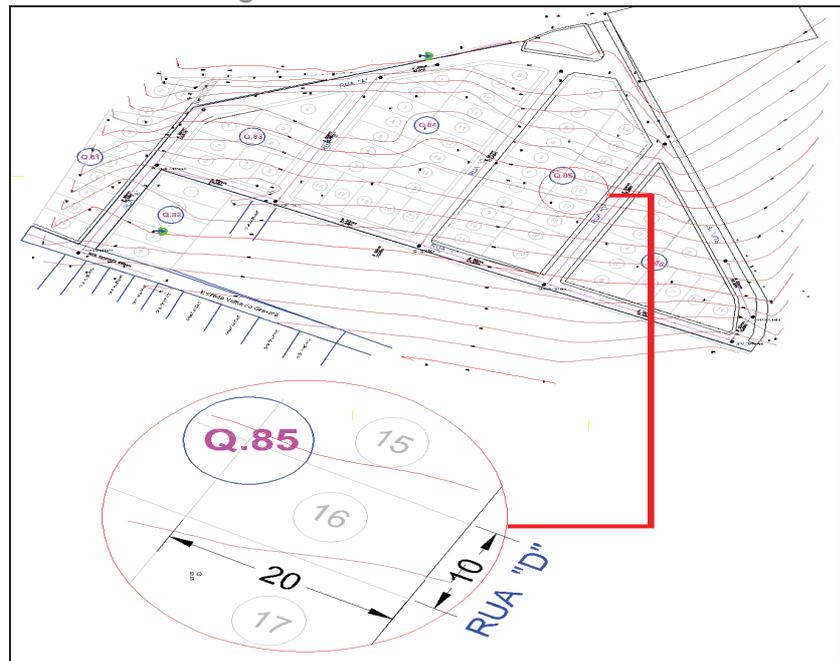
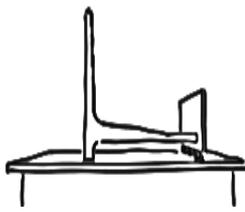
Verificou-se Também, a interrupção desses córregos provocando a formação de lagoas.

Ainda tratando da relação produção do espaço urbano e a geografia, a barreira ou o limite físico que a bacia ao redor da cidade de Ribeira do Pombal, exercia sobre a expansão do tecido urbano foi ultrapassado. Portanto quando as novas áreas urbanas tiverem uma taxa significativa de adensamento populacional consequentemente e proporcionalmente uma área menor de infiltração por causa das edificações e pavimentações, ocasionará a necessidade de absolver um volume maior de água oriunda da drenagem pluvial urbana pelas baixadas e córregos, portanto pode no futuro próximo ocasionar um problema frequente de inundação.

Outro problema da expansão urbana recente foi o desmembramento de lotes existente em glebas com área menor do que ao mínimo exigido pela lei Federal quanto ao uso e ocupação do solo urbano que estabelece a área mínima da gleba em 125m², exceto para lotes de interesse social. Essa estratégia geralmente era executada quando o setor imobiliário construía as residências para a venda. Com os lotes menores, o impacto do terreno no valor de venda do imóvel era menor.

A frequência desses desmembramentos foi tão significativa que o Poder Público aumentou a fiscalização e extinguiu esta prática. O diagrama 27 mostra a planta do loteamento Vila Velha com a dimensões dos lotes seguindo a lei de uso e ocupação do solo urbano com área igual ou superior a 125m², e na Figura 15, mostra esse mesmo lote, agora desmembrado com área inferior a 125m², portanto, menores do que a planta do loteamento inicial.

Diagrama 27–Planta do Loteamento Vila Velha.



Elaborado por Roberval Teles, setembro de 2019.
Fonte: Adalberto Pereira de Moura.

Figura 15-Vista do Loteamento Vila Velha



Elaborado por Roberval Teles, setembro de 2019.
Fonte: Google Earth.

A expansão urbana de Ribeira do Pombal não somente dissipa-se no sentido horizontal, pois por causa de vários fatores como: o sucesso de sua centralidade, pela alta valorização dos terrenos no tecido urbano consolidado e



as distâncias dos loteamentos para o centro econômico viabilizando o processo de crescimento vertical da cidade, ou seja, a verticalização (figura 14) dos edifícios. Inicialmente no núcleo comercial (diagrama 28), a Praça Getúlio Vargas e as Avenidas: Evência Brito e Ferreira Brito e as ruas Simões Filho e João Fernandes da Gama (popular Rua da Ribeira), estendendo-se ainda por outras ruas com características de edificações de uso misto e em alguns casos puramente residencial (figura 15).

Figura 16-Vista da Av. Evência Brito.

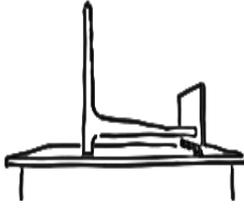


Fonte: Roberval Teles, setembro de 2019.

Figura 17-Vista da Av. B.



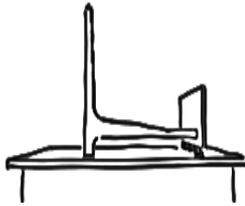
Fonte: Roberval Teles, setembro de 2019.



28- Mapa Temático- Áreas Com Predominância Comercial.



Elaborado por Roberval Teles, setembro de 2019.
Fonte: Google Earth, Sec. Mun. de Obras e visitas in loco.



Além do fenômeno de verticalização, a expansão está contribuindo para o surgimento de estabelecimento comerciais nas ruas adjacentes as principais (figura 16 e 17), o deslocamento de lojas do segmento de autopeças do centro para outras vias com potencial inferior as avenidas principais e o surgimento de estabelecimentos comerciais em vias locais com segmento diferentes do habitual como padarias e mercearias.

Figura 18-Pç da Juventude.

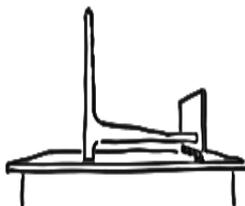


Fonte: Roberval Teles, setembro de 2019.

Figura 19- Rua Adjacente a Av. Evencia.



Fonte: Roberval Teles, setembro de 2019.



edificações.

Essa verticalização também apresenta problemas, pois boa parte das edificações não está em conformidade com as normas de prevenção e combate a incêndio (Figuras 18), principalmente, nos quesitos de adoção de sistema de hidrantes, saída de emergência e separação entre as

Mesmos constando no código de postura do Município a conformidade com as normas de prevenção e combate a incêndio e pânico, o município não veicula a aprovação de alvará de construção ou de funcionamento a essas disciplinas.

Figura 20- Av. Evencia Brito.



Fonte: Roberval Teles, setembro de 2019.

Complementado a análise do espaço urbano de Ribeira do Pombal, o diagrama 26 mostra a disposição dos serviços no tecido urbano atual.

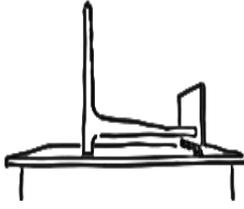
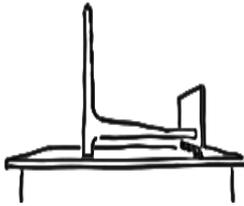


Diagrama 29– Mapa Temático- Áreas com Predominância Diversos Usos.

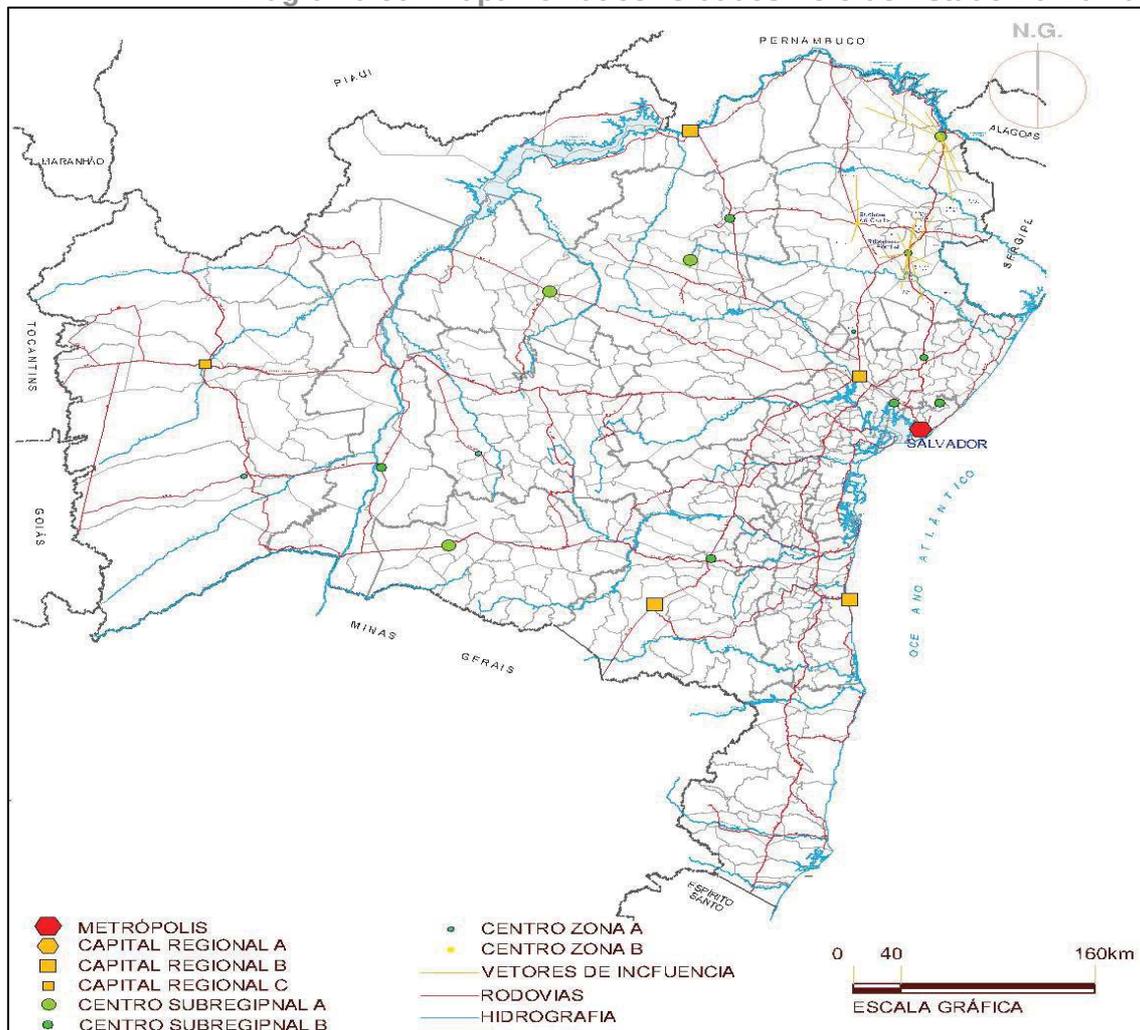


Elaborado por Roberval Teles, setembro de 2019.
Fonte: Google Earth, Sec. Mun. de Obras e visitas in loco.



Portanto, a nova dinâmica da produção do espaço urbano reforça ainda mais a centralidade de Ribeira do Pombal na rede urbana onde esta inserida, contudo o diagrama 30 e 31 onde o primeiro demonstra a localização das cidades polo e sua hierarquia no Estado da Bahia e segundo traz esse tipo de amostragem para a rede urbana local, mostrando a importância das cidades média no desenvolvimento econômico social local e nas cidades que sofrem sua influência.

Diagrama 30– Mapa Temático- Cidades Polo do Estado Da Bahia.



Elaborado por Roberval Teles, 2019. Fonte: Série Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil Configuração Atual e Tendências da Rede Urbana IPEA e IBGE.

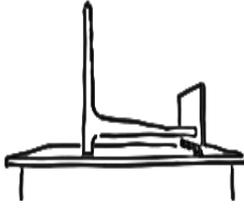
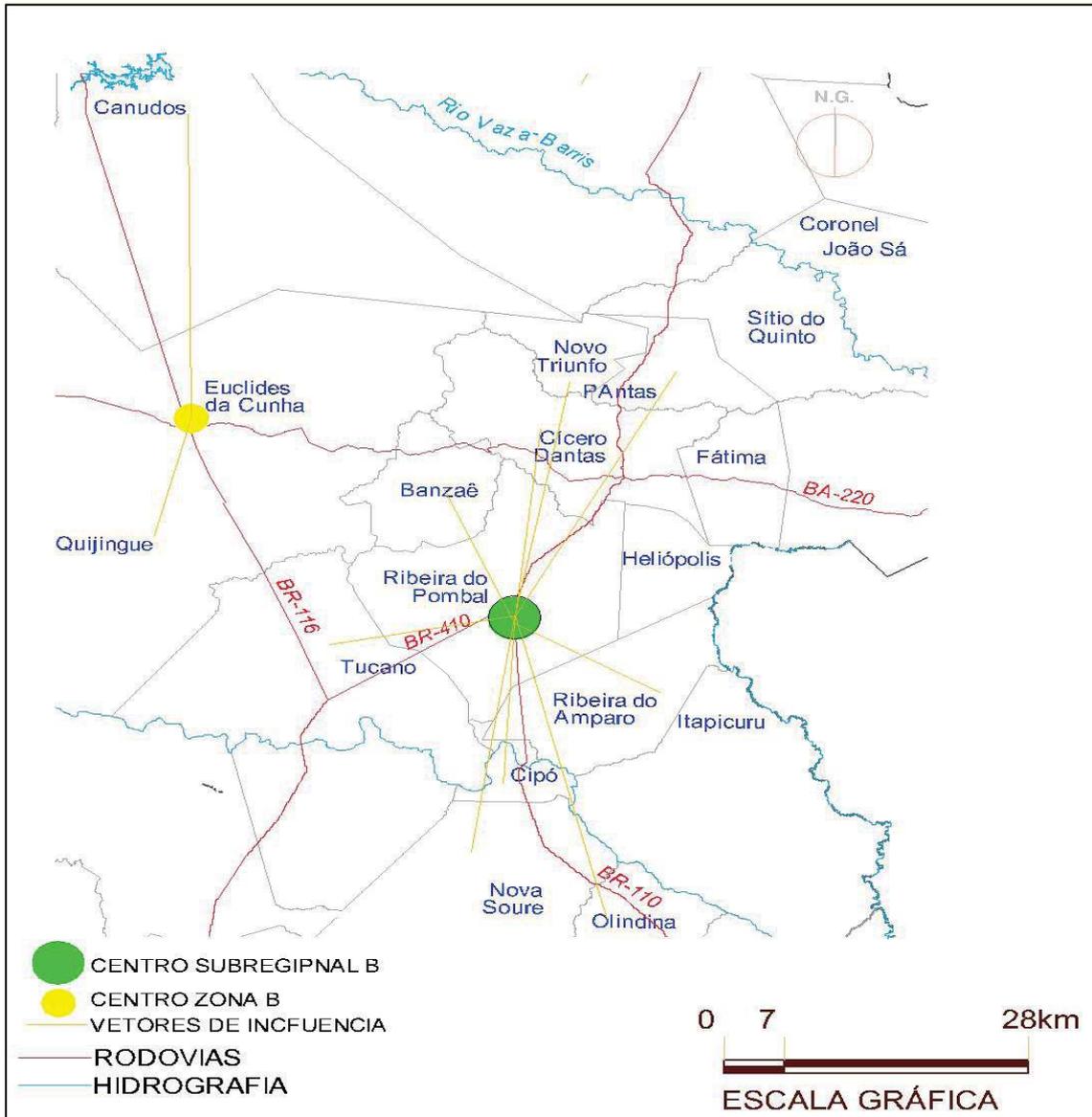
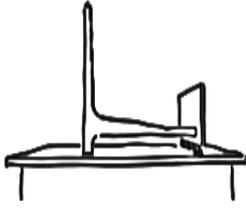


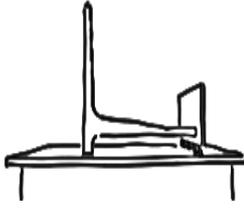
Diagrama 31– Mapa Temático- Cidades Polo de Ribeira do Pombal.



Elaborado por Roberval Teles, 2019.

Fonte: Série Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil Configuração Atual e Tendências da Rede Urbana IPEA e IBGE.

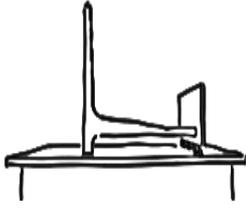


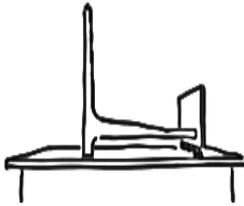


5.0

CONSIDERAÇÕES

FINAIS



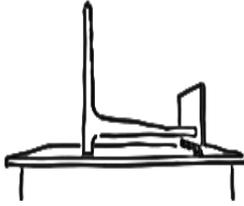


Partindo da constituição de 1988 nos Artigos 182 e 186, que concretizam “a função social da propriedade” onde define que a posse, inerentes ao proprietário está subordinada a atender ao bem comum. Portanto a regularização fundiária e seus mecanismos tem as ferramentas para agir na gestão de territórios urbanos baseados no princípio da função social da propriedade, através de medidas jurídicas, ambientais, urbanísticas e sociais, e ainda, com o intuito de adequar os assentamentos irregulares, com isso, viabilizando o direito à cidadania, à moradia que atendam aos fundamentos da dignidade da pessoa humana. Conforme Arruda Alvim (2014, p.59) reafirma: “a função social da posse não pode sobrepor-se à propriedade” e que a função da posse faz parte do conjunto que forma a função social da propriedade.

Contudo, as relações das formas de produção do espaço urbano, na cidade Ribeira do Pombal, como formas de acumulação de capitais está interlaçado com o conceito da “função social da propriedade” relativizando o direito de posse. A acomodação das forças dos agentes no espaço e as reações entre esses agentes definem a forma e a velocidade de produção e reformulação do espaço urbano.

Fazendo uma análise das formas de produção do espaço urbano como forma de acúmulo de capital, significa que é preciso compreender o trajeto e a forma de produção do espaço no decorrer da história, portanto, para ter o mínimo de percepção da produção do espaço, é preciso de um conjunto de análise do comportamento da produção urbana do passado, do presente e saber interpretar possíveis comportamentos futuros.

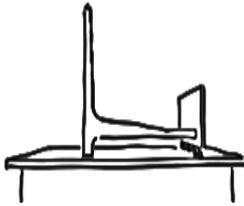
A dinâmica do comportamento da produção do espaço urbano serve de termômetro para a análise do mercado sobre as eventuais tendências positivas ou negativas que influenciam na prospecção de acúmulo de capital com seus empreendimentos. As interpretações dessas tendências trazem a possibilidade de ter conhecimento da projeção dos lucros, ou seja, da viabilidade econômica e financeira dos futuros empreendimentos.



Nesse contexto a percepção intuitiva dos agentes imobiliários e proprietários fundiários, do desenvolvimento econômico da cidade nortearam suas ações na produção do espaço urbano. Com o passar dos anos, Alguns desses empresários adquiriram o entendimento que somente o desenvolvimento econômico local não sustentava o sucesso financeiro dos seus empreendimentos, viram que era necessário o domínio amplo de disciplinas referente à produção do espaço urbano, para viabiliza-los. Mesmo analisando os empreendimentos que tiveram sucesso, os seus resultados não obtiveram a proporcionalidade de lucro semelhante, portando não promoveram o capital de lucro esperados.

A sensibilidade comportamental, dos agentes do crescimento a ação de produção e modelamento do espaço podem interferir no volume de acúmulo de capital, desde a redução do consumo de bens e serviços por causa do resfriamento da economia global a operações de requalificações e ressignificações urbana.

Um exemplo das relações de ocupação do território e o acúmulo de capitais são após ter iniciado as vendas de unidade de um determinado empreendimento voltado para os clientes mais abastados da cidade, o Estado com sua política habitacional resolve instalar um conjunto habitacional de baixa renda nas proximidades desse empreendimento. Além das duas ações segregarem e influenciaram, negativamente, nas vendas das unidades, por causa do fator vizinhança que não existia na concepção do primeiro empreendimento. Trazendo para a escala local, um exemplo da relação de valorização imobiliária com a dinâmica da produção do espaço urbano, foi a implantação de casa populares na Vila Operária, que no primeiro momento desvalorizou os lotes disponível naquela área, mas atualmente foram valorizados por causa das edificações de lotes ocioso e da intervenção do Estado com a execução da pavimentação e construção de edifícios institucionais de saúde e educação neste bairro.

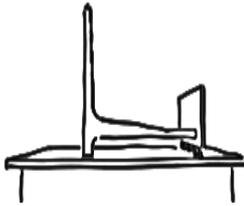


Ainda analisando as tendências comportamentais da produção do espaço e o acúmulo de capital, através do que está ocorrendo atualmente no tecido urbano de Ribeira do Pombal, onde o custo alto dos lotes e imóveis disponível próximo do centro da cidade está viabilizando a verticalização das edificações. Embora esse fenômeno já perceptível nas áreas de predominância do comércio, expandiu-se para a área majoritariamente residencial do tecido adensado. Contudo o acúmulo e capital está intrinsicamente ligado à iniciativa, dinâmicas, meios e formas de produção espacial.

Portanto, a expansão acelerada e descompassada do tecido urbano nos últimos da sede do município de Ribeira do Pombal, compõe um cenário que a produção do espaço urbano que se comporta como produto e ao mesmo tempo matéria prima, resultado de um conjunto de variáveis que produz este espaço e remodela os espaços já moldados anteriormente com suas próprias ações. Seguindo a lógica capitalista atual onde a indústria não é mais a principal força motriz na produção do espaço urbano, ela divide seu protagonismo com outros agentes, ora como ator principal, ora como ator coadjuvante e em muitos casos como apenas figurante.

Com o avanço da tecnologia, principalmente dos meios de comunicação e dos modos de produção chamada 4ª revolução industrial, aliado ao dinamismo e fluidez da economia global, que a cada dia que passa, se sobrepõe direta ou indiretamente as economias regionais e locais com uma sensibilidade na forma de acolhimento e inserção das individualidades, sociais, culturais, econômicas, políticas e espacial, onde as transformações econômicas interligadas as redes de conexões são bases da financeirização atual, ou seja, meio de ação e propagação da lógica capitalística de acúmulo de capital.

O enredamento da análise do comportamento da produção do espaço urbano através da forma, direção, fluxo, intensidade, comportamento humano social na ocupação do território e outras variáveis pertencentes à fórmula



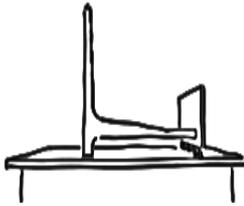
multável de produção do espaço urbano são bem complexas, pois o grau de intensidade de cada disciplina que regem as transformações no espaço requer o entendimento que as respostas ou os meios de extração dessas não representam um conceito absoluto de ocupação do território, pois a relativização da produção do tecido urbano não se resume em fluxo, vetores, manchas ou em comportamento, mais no modo de intensidade que as variáveis si comportam de maneira conjunta na produção do espaço.

O desenvolvimento deste trabalho, fica evidente que há vários direcionamentos da produção do espaço urbano, que fundamentam-se nas consequências das ações do agentes, da evolução na oferta de serviços, de fatos histórico da ocupação territorial, do protagonismo do município exercendo sua centralidade como polo econômico e pelo fato de esta geograficamente entre duas das maiores rodovias que interligam o país norte a sul.

Contudo o presente trabalho demonstra a necessidade de compreensão das relações geopolíticas, culturais, econômicas e comportamental do meio de produção para a obtenção de acúmulo de capital, representado pelo mercado financeiro global, como forma de erudição das importantes relações do contexto do mundo globalizado e a suspensão das barreiras geográficas por meio da tecnologia no contexto local, bem como contextualizar a reprodução das formas de produção do espaço urbano vivido nas metrópoles brasileiras e nas pequenas cidades, nesse caso Ribeira do Pombal.

Além da influência mundial no regional e local na produção espacial, notou-se prudente e indispensável uma análise do histórico da ocupação territorial da região onde a cidade de Ribeira do Pombal está inserida, pois nota-se que ainda há reflexo dessa ocupação nas transformações da malha urbana atual.

Como a formação desse aglomerado se deu pela política pública colonial de expansão da atividade econômica concentrada do litoral para o

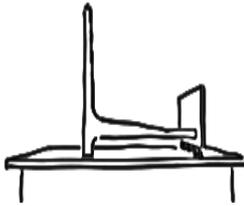


sertão baiano até chegar ao Rio São Francisco e, conseqüentemente, as vias que ligavam os extremos assumiu o protagonismo dessas política. Esse processo de povoamento iniciou-se com as missões jesuítas catequizando os povos nativos dessa região e conseqüentemente, instalando bases para o povoamento e para os tropeiros que circulavam nessas vias. Portanto a relação das vias com a produção do espaço urbano na cidade está enraizado desde os primórdios até a atualidade, pois boa parte da ocupação territorial urbana e rurais recentes estão no entorno dessa vias.

Sequencialmente, com o intuito de compreender a produção urbana, se viu necessário a análise de dados geopolíticos e econômicos para entender a capacidade do município absolver na esfera do consumo a quantidade de loteamentos ofertados nos últimos 15 anos. Em posse destes conteúdos (tabelas, gráfico estatístico e mapas temáticos) que na maioria das vezes fornecido pelo IBGE e pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), possibilitou a análise territorial da ocupação e a característica centralizadora de Ribeira do Pombal em relação às cidades circunvizinha.

Contudo verificou-se que através do estudo do conteúdo relacionado a economias e ao desenvolvimento Humano-IDH local chegou-se a mesma percepção, mas no modo cognitivo, pelos promotores imobiliários em notar que o crescimento econômico local e regional impactaria no sucesso de seus empreendimentos.

Após a contextualização histórica, espacial, econômica, política e social, partimos para a análise da maneira e forma que os agentes da produção do espaço urbanos agiram nesse território, independentemente, se as ações dos promotores imobiliários foram predominantes no tecido urbano da cidade. Nota-se que a ação do Estado foi fundamental para a formação da malha urbana atual. É evidente que as ações do Estado no campo da política pública urbana foram, e está sendo desastrosa, a inércia tanto no rol da legislação, regularização, fiscalização quanto na produção do espaço urbano esta aquém

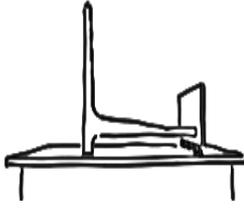


da gravidade que esta disciplina cobra do Poder Público; para se ter noção de causa e efeito. Até o presente momento não há no Município um Plano Diretor em vigência ou ao menos diretrizes que possam minimizar os impactos da produção desordenada e fragmentada do espaço urbano, apesar de haver uma ação brutal dos promotores imobiliário.

Nota-se também, a necessidade do Poder Público Municipal em se capacitar para agir contra outro fenômeno da produção do espaço urbano que é de aumento do adensamento do tecido urbano consolidado por meio da verticalização. Além da redução de residências nas áreas centrais, retificando a necessidade de um código de obra, e de um Plano Diretor atualizado e sensível as problemáticas peculiares da modelação do espaço urbano.

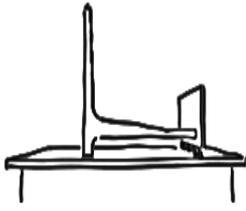
Outra ação do Estado, mostra sua sensibilidade no entendimento da produção do espaço, verificou-se que suas políticas habitacionais recentes segregam a população de baixa renda em conjuntos habitacionais distante da cidade adensada e do centro econômico do município onerando a população desses conjuntos com transportes tanto para ter acesso ao trabalho como aos serviços públicos e privados, quanto também onera o próprio Poder Público para levar infraestrutura urbana para esses conjuntos.

E ainda, ao analisar as ações dos agentes imobiliários, proprietários fundiários, verificou-se que estas ações alinhadas com a ineficiência do Poder Público de reger a produção do espaço urbano ocasionou na multiplicação de loteamento regulares e irregulares atendendo a todas as faixas monetárias da população, deixando como resíduo destas intervenções, um território urbano espaçado, fragmentado, com formação de Franjas, locação dispersa dos loteamentos, longe do centro da cidade e a ausência ou o fornecimento inadequado de infraestrutura urbana básica. Vale ressaltar que a locação desses loteamentos e conjuntos habitacionais que estão próximas às vias com fluxo de veículos regular, traz a percepção ilusória de proximidade. Além da formação de um fenômeno bem conhecido nas grandes cidades, “a especulação imobiliária”, que embora suas ações venham sofrendo baixas com



os níveis de crescimento econômico nacional e local, este segmento está ativo esperando uma nova explosão econômica para intensificar suas ações.

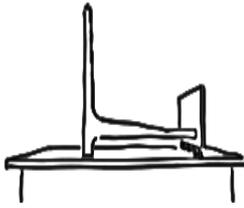
Concluiu-se, portanto, que há uma necessidade emergencial de implantação de um Plano Diretor que regulamente e projete as diretrizes de planejamento urbanístico municipal como um zoneamento que identifique as peculiaridades físicas, ambientais assim como sociais e econômicas, definindo o perímetro urbano de forma responsável que coloque o bem coletivo acima do bem de alguns segmentos influentes na vida pública, e que não negligencie a forma de produção espacial recentes com a elaboração e execução de políticas públicas mitigatória embora que tardias, mas com reflexos significativos futuros, assim não estendendo o problema trazendo melhorias para a administração urbanas.





REFERÊNCIAS

BIBLIOGRÁFICAS



ALVIM. José Manoel de Arruda (org.). Estatuto da Cidade / coordenadores José Manoel de Arruda Alvim e Everaldo Cambler. --São Paulo: Editora Revistas dos Tribunais,2014.799p.

BUENO, Laura Machado de Melo, Org; CYMBALISTA, Renato, org. Plano Diretor municipais: novos conceito de planejamento territorial./ organizado por Laura Machado de Melo Bueno e, Renato Cymbalista. -- São Paulo: Annablume, 2007.292p.;14x21 cm.

BRASIL. Constituição (1988). Artigo nº 182,183, de 5 de outubro de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 03 set. 2019.

_____. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Estatuto da Cidade. Brasília, DF, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm>. Acesso em: 03 set. 2019.

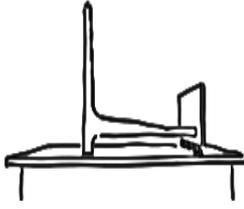
_____. Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979. Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências. Brasília, DF, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6766.htm>. Acesso em: 03 set. 2019.

CANHOLI, Aluísio Pardo. Drenagem urbana e controle de enchentes/ Aluísio Pardo Canholi.-- São Paulo: Oficina de Textos,2005. 305p.

CARLOS, Ana Fani Alessandri; VALOCHKO, Danilo e ALVAREZ, Isabel Pinto. (orgs.). -1.ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto 2018. 272p.

CORRÊA, Roberto Lobato. A rede urbana. São Paulo: Ática, 1989.

CORRÊA, Roberto Lobato. O espaço urbano. São Paulo: Ática, 1995.



ESTATUTO DA CIDADE. Guia para implementação pelos municípios e cidades. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2002.

Estatuto da Cidade / coordenadores José Manoel de Arruda Alvim e Everaldo Cambler. --São Paulo : Editora

Revistas dos Tribunais,2014.799p.

FRANÇA. Sarah Lúcia Alves. A produção do espaço na zona de expansão de Aracaju/SE: dispersão urbana, condomínios fechado e políticas publicas/ Sarah Lúcia Alves França. - Niterói,2011.187f.

GALLOIS, Dominique Tilkin . Terras ocupadas? Territórios? Territorialidades?. In: Fany Ricardo. (Org.). Terras Indígenas & Unidades de Conservação da Natureza. 1ed.São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004, v. , p. 37-41

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2005. Disponível em: Acesso em: 30 out. 2019.

LANDIM, Paula da Cruz .Desenho de paisagem urbana: as cidades do interior paulista / Paula da Cruz Landim. - São Paulo: Editora UNESP, 2004

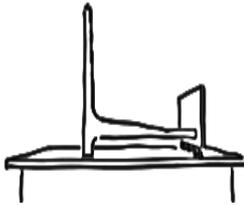
LUCK, Heloísa. Metodologia de projetos : uma ferramenta de planejamento e gestão / Heloísa Luck. – Petrópolis, RG: Vozes,2003.142p.

OLIVEIRA. Lippi Oliveira (org.). Cidade: história e desafios. Rio de Janeiro: Ed.Fundação Getulio Vargas, 2002. 295 p.

OLIVEN, RG. Urbanização e mudança social no Brasil [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein, 2010. 146 p.

PANERAI, Philippe. Analise urbana; tradução de Francisco Leitão; revisão técnica de Sylvia Ficher – Brasília: Editora Universidade de Brasília,2006. 198p.

PERRONE, Rafael Antonio Cunha. Fundamentos de Projeto: Arquitetura e Urbanismo/ Rafael Antonio Cunha Perrone e Heliana Comin Vargas, organizações—1. Ed.1. reimpr.—São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo,2016.168p.;27x27 cm.



Ribeira do Pombal (BA). In: ENCICLOPÉDIA dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro: IBGE, 1957. v. 21. p. 160-164. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_21.pdf. Acesso em: jan. 2019.

Ribeira do Pombal (BA). In: ENCICLOPÉDIA dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro: IBGE, 1957. v. 21. p. 160-164. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/ribeira-do-pombal/pesquisa/37/30255?tipo=grafico&ano=1991pombal/pesquisa/32/28163?tipo=grafico&indicador=28317>

SANTOS, C. R. Monografias Científicas: TCC, dissertação, tese. São Paulo: editora Arvercamp, 2005.

SANTOS, Milton. A Urbanização Brasileira. 5. ed. 1 reimp. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

VILAÇA, F. O espaço intra-urbano no Brasil. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel. 2001. 373p

SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. Boletim Paulista de Geografia. São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros, n.54, 1977, p.81-100.

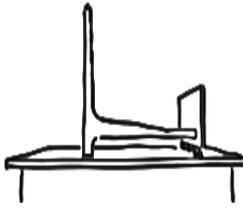
SOUZA, Marcelo Lopes de. ABC do desenvolvimento urbano/ Marcelo Lopes de Souza -2ª ed.- Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2005. 192p.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Capitalismo e Urbanização, São Paulo 1997.

VOLOCHKO, Danilo. A produção do espaço urbano e as estratégias reprodutivas do capital. Negócios imobiliários e financeiros em São Paulo. São Paulo: FFLCH, 2008, 146p.

https://www.indios.org.br/files/file/PIB_verbetes/kiriri/narrativa%20%20darnival%20kiriri.pdf :Acesso em: 6 out. de 2019.

Anexo I – Jornal Tribuna do Povo Mirandense.



**Tribuna do Povo
Mirandense**
Informação Oficial da Associação Beneficente Comunidade Católica Nosso Senhor da Ascensão
Centro Comunitário, Praça Sombal da Ascensão, S/N - Vila Operária - CEP: 45400-000

OUTRO SONHO REALIZADO!!!

**AGORA O POVO MIRANDELENSE
PODE SE ORGULHAR DE TER SEU
PRÓPRIO CENTRO COMUNITARIO**

Dia 29 de maio de 2014: uma data que ficará na história do povo mirandense que fez da Vila Operária em Ribeira do Pontal o seu povo torrão natal. Isto porque, 30 anos após termos realizado a primeira missa no lançamento da Pedra Fundamental da nova igreja do Nosso Senhor da Ascensão, estamos inaugurando o nosso Centro Comunitário que certamente será uma referência para o exercício da cidadania para o exercício da cidadania da nossa tão sofrida mas aguerida população.

A ESTRUTURA DE FUNCIONAMENTO DO CENTRO COMUNITÁRIO

As instalações do nosso Centro Comunitário buscam de uma maneira simples, porém com o melhor das nossas energias, atender as diversas necessidades para o exercício pleno da cidadania dos moradores da Vila Operária.

Dessa forma, aspectos como: a assistência à saúde (médica/odontológica) e a questão educacional (Salas de Aula/Reforço escolar/Informática/Escola e Corte de Costura) foram prioritárias na estrutura de funcionamento de nosso Centro.

Como bem disse o Sr. Calazans: "em Mirandela não existia um analfabeto sequer", pois o lema do sertanejo: "filho meu tem que saber ler e escrever", foi levado à risca em nosso povoado e queremos reproduzi-lo em nossa nova lar.

TÉRREO

Salão de eventos
Consultório Médico
Consultório odontológico
Sala de Esterilização
Banheiro Feminino
Banheiro Masculino
Banheiro Deficiente



1º ANDAR

Administração
1ª Escola de Corte e Costura "Antonio Gomes Lacerda - Mestre Abilio"
Reforço Escolar "Mannel Nascimento Dantas - Negro"
Informática
Sala de Aula - Reforço
Dep. Social
Alojamento / Edesástico
Toiletas



"Esta obra perenizará as bênçãos do Senhor da Ascensão sobre todas as pessoas que contribuíram das mais diferentes formas para a sua realização. Ela suaviza a angustia dos mirandelenses pela perda do seu torrão natal e comprova a união fraterna alimentada pela fé em seu tradicional Padroeiro".

Vila Operária, 29 de maio de 2014.

A SAGA DE UM POVO: MOMENTO DE REFLEXÃO...

Transcrevemos abaixo um texto postado pelo Sr. Francisco Calazans no Blog "História Econômica Ribeira do Pombal e região", em 6 de abril de 2014:

Sugiro que vejam e historicarem o que está ocorrendo no Bairro de Vila Operária, em Ribeira do Pombal, onde a comunidade formada pelas famílias que foram retiradas da Vila de Mirandela, devota de Senhor da Ascensão construiu sua nova igreja e um centro comunitário para se manter congregada como forma de preservar sua tradição religiosa, sua cultura. Contata-se que na solicitação dada pelo Governo

de então - José Sarney - a FUNAI não teve a sensibilidade necessária para conciliar as diferentes etnias locais preservando, destarte, o interesse de todos os brasileiros que não são apenas os indígenas. A Vila de Mirandela teve sua igreja construída em 1666 pelas famílias que ali já se haviam fixado. Logo, teria que ter sido relativizada a carta régia do ano de 1700 que concedeu aos kiriris a região em torno desta igreja, num raio de três quilômetros. É que distancia-se do princípio da razoabilidade, que no âmbito do Estado de Direito é fundamental, quando aplicado isoladamente, em detrimento de outros dispositivos

constitucionais que emanam do princípio da isonomia que sugere a igualdade de todos perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. Houve por parte das autoridades de então um resquício de sensibilidade humanística, índios, brancos, negro e seus consanguíneos estariam vivendo em paz, todos mantendo suas tradições centenárias, cultuando os restos mortais de seus respectivos antepassados, todos sepultados no mesmo cemitério desde meados do século XVII, ou seja, desde 1666. O que fizeram ao povo de Mirandela foi uma tortura das mais cruéis. Eis aí uma verdade que precisa ser contada. Por requerimento que

fiz perante o Ministério Público Federal, a Igreja do Senhor da Ascensão de Mirandela está sendo reformada e será preservada. Sem dúvida um patrimônio histórico. Isto é bom. Mas a dor da perda do torrão natal é incomensurável e absolutamente irreparável. Sou mirandelense, sou Advogado e vivo em São Paulo, sem interesse pessoal no caso. Apenas sinto a dor dos meus conterrâneos e gostaria muito de poder ajudá-los, pelo menos a poderem visitar o cemitério onde estão sepultados todos os seus antepassados."

Francisco Calazans Lacerda